FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA

EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Porto Velho, RO
2021

LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA

EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, da Fundação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba

Linha 2: Políticas e Gestão Educacional
Auxílio Financeiro: Bolsa CAPES

Porto Velho, RO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

O482e
Oliveira, Luciara de Souza Bispo.

Educadores ambientais na perspectiva do sujeito ecológico no Estado de Rondônia / Luciara de Souza Bispo Oliveira. -- Porto Velho, RO, 2021.

196 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Sujeito ecológico. 2.Educação Ambiental. 3.Educadores ambientais. 4.Práticas educativas ambientais. I. Barba, Clarides Henrich de. II. Título.

CDU 37.04:612.39(811.1)

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas-NCH, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

Banca Examinadora:

Clarides Henrich de Barba

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba
Orientador/Presidente – PPGE/UNIR

Prof. Drª. Isabel Cristina Moura Carvalho
Membro Externo – UFMG

Prof. Drª. Marilsa Miranda de Souza
Membro Interno – PPGE/UNIR

Prof. Dr. Célio José Borges
Membro suplente – PPGE/UNIR

Profª. Drª. Viviane Vidal da Silva
Membro Suplente – PPGCH/UFAM

Porto Velho-RO, 06 de Outubro de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DISSERTAÇÃO

Aos seis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às catorze horas, teve início sessão pública de **Defesa de Dissertação**, na sala virtual da Plataforma Google *Meet*, onde se reuniram os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: Clarides Henrich de Barba (Presidente), Isabel Cristina de Moura Carvalho (Membro Externo), Marilsa Miranda de Souza (Membro Interno), Célio José Borges (Membro Interno Suplente) e Viviane Vidal da Silva (Membro Externo Suplente) a fim de arguirem **LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA** acerca da Dissertação intitulada: **EDUCADORES *AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA***, sob orientação do **Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba**. Aberta a sessão pelo presidente, coube a mestranda, na forma regimental, expor a sua dissertação dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora e tendo dado as explicações necessárias, **LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA** foi APROVADA no **Exame de Defesa de Dissertação**, faz jus ao título de **Mestra em Educação** e deve apresentar na forma e no prazo regimental toda a documentação necessária para a emissão do Diploma pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Recomendações da Banca: A banca sugere publicação.

Porto Velho/RO, 06 de outubro de 2021.

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba (Orientador/Presidente – PPGE/UNIR)

Prof.ª Dr.ª Isabel Cristina de Moura Carvalho(Membro Externo – PPGE-UFMG)

Prof.ª Dr.ª Marilsa Miranda de Souza (Membro Interno – PPGE/UNIR)

Prof. Dr. Célio Jorge Borges (Membro Interno Suplente – PPGE/UNIR)

Prof.ª Dr.ª Viviane Vidal da Silva (Membro Externo Suplente– PPGE-UFAM)

Documento assinado eletronicamente por **CLARIDES HENRICH DE BARBA, Docente**, em 13/10/2021, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARILSA MIRANDA DE SOUZA, Docente**, em 14/10/2021, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Isabel Carvalho, Usuário Externo**, em 14/10/2021, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CELIO JOSE BORGES**, **Docente**, em 18/10/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0779476** e o código CRC **68325754**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é meu refúgio e meu amparo;

Ao meu esposo Edielmo, à minha filha Rebecka por compreenderem a minha ausência e por acreditarem no meu potencial. Aos meus pais Marlene e Euvaldo, ao meu irmão Deivson, minha cunhada Kerolyn e a minha sobrinha Anabela pelo apoio e incentivo incondicional.

Às minhas colegas da turma 2019, em especial à Rosângela Santos pela amizade e parceria em todas as etapas do Mestrado; à Vanuza Marchioli e à Suelen, pela amizade e pelas experiências compartilhadas.

Ao Professor-Orientador Dr. Clarides Henrich de Barba, por toda paciência, conhecimentos conselhos e contribuições durante todo o período do Mestrado.

Aos membros da Banca Profª. Drª. Isabel Cristina de Moura Carvalho Profª Drª Marilza Miranda de Souza, Profª. Drª. Viviane Vidal da Silva e Prof. Dr. Célio José Borges, pelas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Maciel pelas orientações teóricas e metodológicas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que permitiu a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – PPGE, Mestrado Acadêmico em Educação-MEDUC/UNIR.

Ao Arikapú por todas as orientações/informações dadas durante o Mestrado.

À SEDUC pela autorização concedida para a realização da pesquisa.

À prof. (doutorando) Iranira pelas sugestões e orientações dadas ao longo de toda a pesquisa.

E agradeço imensamente aos educadores ambientais Alemmar, Ana Nere, Carmem, Julcelho e Leci por confiarem a mim suas histórias de vida, suas experiências com a Educação Ambiental no estado de Rondônia; pelo apoio recebido, pelas mensagens de incentivo e pela amizade desenvolvida ao longo da pesquisa.

GRATIDÃO!

O MENINO E A ESTRELA-DO-MAR

Lair Ribeiro (1997)

Era uma vez, um escritor, que morava numa praia tranquila, junto a uma colônia de pescadores. Todas as manhãs ele passeava à beira-mar, para se inspirar, e de tarde ficava em casa, a escrever.

Um dia, ao caminhar pela praia, ele viu um vulto que parecia dançar. Quando chegou perto, era um jovem a pegar nas estrelas-do-mar que estavam na areia, uma por uma, e a mandá-las de volta ao oceano.

- Por que é que tu estás a fazer isso? - perguntou o escritor.

- Você não vê? - disse o jovem. - A maré está baixa e o Sol está a brilhar. Elas vão secar ao sol e morrer, se ficarem aqui na areia.

- Meu jovem, existem milhares de quilômetros de praia por esse mundo fora e centenas de milhares de estrelas-do-mar, espalhadas pelas praias. Que diferença faz? Tu atiras umas poucas de volta ao oceano, mas a maioria vai perecer de qualquer forma...

O jovem pegou numa estrela na areia, atirou-a de volta ao oceano, olhou para o escritor e disse: - Para esta, eu fiz diferença.

Naquela noite, o escritor não conseguiu dormir nem sequer conseguiu escrever.

De manhãzinha, foi para a praia, reuniu-se ao jovem e juntos começaram a atirar estrelas-do-mar de volta ao oceano.

OLIVEIRA, Luciara de Souza Bispo. **Educadores ambientais na perspectiva do sujeito ecológico no estado de Rondônia.** 2021. 196 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia desempenham práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito ecológico na concepção de Isabel Cristina Moura de Carvalho (2001). O referencial teórico compõe-se de uma revisão bibliográfica a respeito da Educação Ambiental e especificamente do sujeito ecológico. Esta pesquisa é de natureza qualitativa com base na abordagem fenomenológica-hermenêutica. Utilizou-se da História Oral de Vida com enfoque nas narrativas, testemunhos e depoimentos combinada com a História Oral Temática, considerada por combinar experiências vivenciadas com atributos do narrador através de entrevistas gravadas, com cinco educadores ambientais do Estado de Rondônia. As entrevistas foram transcritas e analisadas com base nos fundamentos teóricos metodológicos da Educação Ambiental com base nos fundamentos do sujeito ecológico em Carvalho (2001): militância, como um traço marcante: atuação política, envolvimento ambiental, sensibilidades estéticas e afetivas; e também dimensões da militância, além das categorias de Campos e Cavalari (2017), persistência, envolvimento pessoal, motivação e superação. Observou-se através das narrativas que os educadores ambientais buscam em suas memórias a identificação com a Educação Ambiental, desde a infância, bem como as opções e vivências no ensino, além da escolha da vida profissional. Destaca-se também que o interesse pelo campo ambiental ocorreu no exercício da docência, opção profissional e existencial. Pode-se considerar que em relação à caracterização dos educadores ambientais como sujeitos ecológicos verificou-se que os mesmos possuem envolvimento pessoal e profissional, princípios, valores e atitudes que não se restringem somente à escola, pelo contrário, sua atuação é constante. Pode-se afirmar que os educadores ambientais participantes da pesquisa são considerados sujeitos ecológicos por apresentarem traços, valores e crenças com uma variedade de especificidades de projetos e ações ambientais, além de inspiração no exercício da docência.

Palavras-chave: Sujeito ecológico. Educação Ambiental. Educadores ambientais. Práticas educativas ambientais.

OLIVEIRA, Luciara de Souza Bispo. **Environmental educators from the perspective of the ecological subject in the state of Rondônia.** 2021. 196 f. Dissertation (Academic Masters in Education) *Strictu Sensu* Postgraduate Program in Education, Federal University of Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2021.

ABSTRACT

This research aimed to understand how environmental educators from the state public education system in the state of Rondônia, perform environmental educational practices in the school and social context from the perspective of the ecological subject in the conception of Isabel Cristina Moura de Carvalho (2001). The theoretical framework consists of a bibliographical review about Environmental Education and specifically the ecological subject. This research is qualitative in nature based on the phenomenological-hermeneutic approach. We used Oral Life History with a focus on narratives, testimonies, and testimonials combined with Thematic Oral History, considered to combine lived experiences with attributes of the narrator through recorded interviews with five environmental educators from the State of Rondônia. The interviews were transcribed and analyzed based on the theoretical methodological foundations of Environmental Education, based on the foundations of the ecological subject in Carvalho (2001): militancy, as a defining feature: political action, environmental involvement, aesthetic, and affective sensibilities; and also dimensions of militancy, in addition to the categories of Campos and Cavalari (2017), persistence, personal involvement, motivation and overcoming. It was observed through the narratives that environmental educators seek in their memories the identification with Environmental Education, from childhood, as well as the options and experiences in teaching, in addition to the choice of professional life. It is also noteworthy that the interest in the environmental field occurred in the exercise of teaching, a professional and existential option. It can be considered that, in relation to the characterization of environmental educators as ecological subjects, it was found that they have personal and professional involvement, principles, values and attitudes that are not restricted to schools, on the contrary, their performance is constant. It can be said that the environmental educators participating in the research are considered ecological subjects because they present traits, values, and beliefs with a variety of specificities of environmental projects and actions, as well as inspiration in the teaching practice.

Keywords: Ecological subject. Environmental Education. Environmental educators. Environmental educational practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Transformações mundiais na sociedade 54

Figura 2 – Traços identitários dos educadores ambientais, sujeitos ecológicos no estado de Rondônia 101

Figura 3 – Educadora Ana Nere na parte externa do CTPM V..... 123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do estado de Rondônia no território brasileiro 78
Mapa 2 – Municípios do estado de Rondônia 80
Mapa 3 – Localização dos sujeitos e municípios da pesquisa 86
Mapa 4 – Deslocamento de cada educador ambiental 88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa 29
Quadro 2 – Contato inicial com cada educador ambiental – 2021 31
Quadro 3 – Endereços eletrônicos e redes sociais disponibilizados 33
Quadro 4 – Datas das entrevistas 37
Quadro 5 – Tendências em Educação Ambiental 61
Quadro 6 – Crescimento populacional no estado de Rondônia..... 77
Quadro 7 – Resumo do panorama dos conflitos agrários na Amazônia Legal 2015 a 2017 153

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Educadora Ambiental – Alemmar 89
Foto 2 – Educadora Ambiental – Ana Nere 90
Foto 3 – Educadora Ambiental – Leci 93
Foto 4 – Educador Ambiental – Julcelho 94
Foto 5 – Chegada dos estudantes à sede da base do ICMBio no Parque Nacional Pacaás Novos 111
Foto 6 – Trilha realizada pelos estudantes e equipe escolar – Rio Jaci 111
Foto 7 – Local de recolta das tampinhas na escola 15 de Outubro 112
Foto 8 – Mudas de plantas nas caixas de Leite 115
Foto 9 – Inauguração da placa do projeto de revitalização dos rios Pires de Sá e Barão de Melgaço 118
Foto 10 – Feira de Adoção de animais: Escola Murilo Braga 126
Foto 11 – Implantação do sistema da captação de água: Escola Murilo Braga 129
Foto 12 – Senhor Poluição e a Família Sustentável: Escola Murilo Braga 130
Foto 13 – Confecção de vasos de garrafa pet – Escola Manaus..... 133
Foto 14 – Cartaz de divulgação das práticas educativas ambientais realizadas pelos estudantes 134
Foto 15 – Pequeno herbário na escola Marechal Castelo Branco 137
Foto 16 – A horta da Escola Oswaldo Pianna 139
Foto 17 – Tour dos estudantes da COM-VIDA, Escola Murilo Braga e Escola Oswaldo Pianna 140
Foto 18 – Arborização da Escola Oswaldo Piana 141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPA	Batalhão da Polícia Ambiental
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIERO	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CJ	Coletivo Jovem
CJs	Conselhos Jovens
CNIJMA	Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente
COE	Comissão Organizadora Estadual
COM VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CTPM V	Colégio Tiradentes da Polícia Militar V – Vilhena
CTPM VII	Colégio Tiradentes da Polícia Militar VII – Porto Velho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PROHACAP	Programa de Habilitação e Capacitação de Professores
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SEDAM	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental
SEMARO	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Rondônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

PARA INÍCIO DE CONVERSA: AS VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA 17

1 INTRODUÇÃO 19

2 DELINEAMENTO DA PESQUISA 25

2.1 ENFOQUE METODOLÓGICO 25

2.2 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 27

2.3 A APROXIMAÇÃO COM OS EDUCADORES AMBIENTAIS NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS: OS PARTICIPANTES E O LÓCUS DA PESQUISA 28

2.4 A HISTÓRIA ORAL COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS..... 34

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO..... 41

3.1 ENTENDENDO A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA 41

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO 47

3.3 CONCEITUAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 58

4. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS ..64

4.1 FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO 64

4.2 ÉTICA E A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL 70

4.3 EDUCADORES AMBIENTAIS E A PRÁTICA EDUCATIVA NA PROPOSTA DO SUJEITO ECOLÓGICO 73

5. OS EDUCADORES AMBIENTAIS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS EM ESCOLAS ESTADUAIS DA REDE DE ENSINO NO ESTADO DE RONDÔNIA: NARRATIVAS 77

5.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL 77

5.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR RONDONIENSE 84

5.3 CONTEXTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA 86

5.4 TRAJETÓRIA DO SUJEITOS ECOLÓGICOS COMO EDUCADORES AMBIENTAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA 88

5.5 AS VIVÊNCIAS DOS EDUCADORES AMBIENTAIS: A CHEGADA AO ESTADO DE RONDÔNIA 96
5.6 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCADORES AMBIENTAS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS 100
5.7 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS E A MILITÂNCIA 105
5.7.1 Educadora ambiental Leci Aparecida Dáros dos Santos 105
5.7.2 Educadora ambiental Ana Nere Custódio Marques Paula Assis 113
5.7.3 Educadora ambiental: Carmem Silvia de Andrade Corrêa 124
5.7.4 Educadora Ambiental Alemmar Ferreira da Fonseca 131
5.7.5 Educador ambiental Julcelho Marins da Silva 138
5.8 DIMENSÕES DA MILITÂNCIA PERCEPTÍVEIS NOS EDUCADORES AMBIENTAIS: PERSISTÊNCIA E ENVOLVIMENTO PESSOAL 143
5.9 SITUAÇÕES AMBIENTAIS AGRAVANTES NO ESTADO DE RONDÔNIA 150
5.10 PERCEPÇÕES FINAIS DOS EDUCADORES AMBIENTAIS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS 155

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 160

REFERÊNCIAS 164
APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA 176
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA 177
APÊNDICE C – TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR 179
APÊNDICE D – CARTA DE ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL SEDUC 180
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 182
APÊNDICE F – CARTA DE CESSÃO PARA ENTREVISTA 187
APÊNDICE G – ROTEIRO PARA ENTREVISTA 189
APÊNDICE H – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM 190
ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA A PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS 191
ANEXO B – COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO 192
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP – UNIR 193

PARA INÍCIO DE CONVERSA: AS VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA

Minhas experiências vivenciadas no contexto amazônico iniciaram-se por volta dos meus quatro anos de idade, através do contato com várias espécies animais, com o canto dos pássaros, com os sons da/na floresta que se misturavam ao som dos rios e cachoeiras. Tais vivências impulsionaram essa pesquisadora a desenvolver uma sensibilidade afetiva e estética em questões relacionadas à natureza.

Meus pais, Euvaldo e Marlene, como outras centenas de famílias, decidiram mudar-se para Rondônia entusiasmados com as novas notícias advindas desta região. Em busca de uma vida melhor meus pais, eu e meu irmão Deivson (então com seis meses de idade), juntamente com outros familiares saímos do estado da Bahia em direção à Ariquemes, Rondônia, em meados de 1986.

O estado de Rondônia acolheu milhares de brasileiros que sonhavam com uma vida ideal em um novo local, com muitas promessas de dias maravilhosos, um pedaço de terra para cultivar e tirar dali o sustento da família. Famílias nordestinas, do sul e de outras regiões do país chegavam dia após dia. As pessoas misturavam-se à poeira nas proximidades da “rodoviária” da cidade e ficavam perplexas logo que chegavam ao observarem a pouca ou nenhuma estrutura da localidade na época, não havia asfalto somente a terra vermelha e uma densa poeira.

Muitas lembranças dessa época estão vívidas em minha memória. Assim foi minha infância na Amazônia: logo ao chegarmos à Ariquemes fomos morar em uma fazenda e a maior parte da minha infância foi em contato direto com a natureza. Isoladas da zona urbana, muitas famílias buscavam sobreviver às adversidades próprias da região, tais como: a malária, os mosquitos, a lama, a poeira e os longos percursos de caminhada dentro da mata fechada, por não haver estradas; o transporte, quando tinha, era através de cavalos. Os desafios eram demasiados e este período teve grande influência na minha formação pessoal.

Dentre tantas experiências vivenciadas, destaco algumas: o desmatamento de grandes áreas florestais, árvores gigantescas tombadas pela ação devastadora do homem e o resgate de filhotes de animais feridos ou órfãos pela ação destrutiva e impiedosa dos caçadores; o cuidado com cada animal até sua recuperação para em seguida devolvê-lo ao seu habitat era acompanhado pelos meus pais, que me ensinaram a respeitar e cuidar dos seres vivos; as reuniões com familiares e amigos à beira dos imensos rios; as brincadeiras animadas ao som do canto dos pássaros,

barulho dos rios e sol radiante; os encontros sociais, que eram os momentos mais ansiados pelas crianças; o momento das “histórias e dos causos”, envoltos na escuridão das noites quebradas pela claridade da esplendorosa lua cheia que dissipava todas as trevas, dentre tantas outras, são algumas das memórias marcantes que destaco. A percepção e consciência ambiental e a relação direta com a natureza me proporcionaram sensibilidade afetiva e estética, além de valores e atitudes bem definidos dentro deste contexto.

Ainda vivenciei o auge de outra realidade, a destruição de florestas e rios por milhares de pessoas em busca de minérios valiosos. Para isso também arriscavam suas vidas em busca de uma “vida melhor”, muitas morreram soterradas, como um tio que foi soterrado pela queda de um barranco, no conhecido nacionalmente “Garimpo Bom Futuro”, próximo à cidade de Ariquemes. A busca por riquezas naturais como: ouro, cassiterita e outros, causou destruição de grande parte da flora, da fauna e de milhares de vidas humanas daquela região. Restando apenas um amontoado de terras remexidas, rios contaminados, sonhos destruídos, pessoas doentes e com sequelas do trabalho pesado, e alguns que se renderam às drogas e a outros vícios.

Inserida neste contexto amazônico, cresci e aprendi a respeitar o próximo, o ser vivo, o outro e o ambiente. A sensibilidade afetiva, o respeito por esta região e por todos os povos que aqui viveram e vivem, são características que se fortaleceram em mim.

Neste estado, por meio do ensino público, iniciei minha trajetória acadêmica no primeiro ano do Ensino Fundamental, na zona rural, em uma turma multisseriada. Depois continuei minha jornada acadêmica na zona urbana, onde concluí o Ensino Fundamental e Médio na cidade de Ariquemes, e posteriormente o Nível Superior, com licenciatura em Pedagogia. Em 2019, iniciei outro desafio: o Mestrado Acadêmico em Educação, no Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Porto Velho.

A partir destas vivências, surgiu o interesse por realizar uma pesquisa que contasse a história de educadores ambientais, também inseridos neste contexto e que fazem a diferença na comunidade da qual fazem parte. Ressalto que as aventuras desta pesquisadora, neste estado, continuam! E que venham mais pesquisas com enfoque na relação socioambiental no contexto amazônico, onde fui aceita e acolhida.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tanto no âmbito internacional quanto nacional, a Educação Ambiental tornou-se objeto de estudo e mais intensamente em diferentes áreas do conhecimento como: Biologia, Geografia, História, dentre outras. Os desastres ambientais, mudanças climáticas, queimadas florestais, enchentes, pandemias como: H1N1[1] e (COVID 19), são assuntos que causam muita discussão em diversos grupos de estudos, entre pesquisadores, instituições governamentais e não governamentais, que buscam soluções para tais questões.

Tais discussões também acontecem no contexto escolar. Na legislação nacional a Educação Ambiental iniciou-se através da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída por meio da Lei nº 6.938/1981.

A Constituição Federal de 1988, que em 2021, completou 33 anos, no Art. 225, destaca que todas as pessoas "têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". No inciso 1º destaca que cabe ao poder público: "[...] VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente [...]" (BRASIL, 1988, p. 145).

Em 1999, foi implantada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, nesse contexto, a Educação Ambiental, torna-se parte do espaço escolar e implantada nos currículos escolares. A partir desta lei, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRoNEA), que tem como foco a construção de uma sociedade sustentável. Este programa direciona as ações para a sociedade quanto à promoção da Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

A Lei 9.795, de 1999 descreve os princípios básicos da Educação Ambiental, reforçando o objetivo democrático e participativo. Nessa conjuntura, o docente torna-se o principal responsável para explanar e apresentar a Educação Ambiental aos educandos.

---

[1] O vírus "Influenza A" de origem suína, foi transmitido para a espécie humana, sendo o primeiro caso identificado no México no ano de 2009. O vírus se espalhou rapidamente pelo mundo e a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia em grau 6. Neste mesmo ano no Brasil 2.051 vidas foram ceifadas em detrimento desta pandemia (BELLEI; MELCHIOR, 2011).

Na seção II, Art. 9, a Educação Ambiental é entendida no contexto de educação escolar, como a realizada na esfera dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

> I - educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos. Art. 10. A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.
> § 1º A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino (BRASIL, 1999, p. 35).

No estado de Rondônia é fundamental um aprofundamento no contexto histórico, cultural e social do estado, que até a década de 1970, quando a economia era extrativista, baseava-se em produtos como a borracha, castanha, ouro e cassiterita. Após essa década houve uma explosão populacional e com ela a devastação ambiental e o desperdício de suas reservas naturais (ALMEIDA, 2009; MACIEL, 2012). Nesse sentido, a colonização capitalista atraída pelas políticas e estratégias do Governo Federal visava apenas “ocupação das áreas de fronteiras na região norte do país, sem, no entanto, contar com políticas voltadas para as questões ambientais” (ALMEIDA, 2009, p. 11). Em 1987, foi criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Rondônia (SEMARO), no entanto, não foi suficiente para resolver as questões ambientais.

É pertinente destacar que no período de 1970 a 1990, a Educação Ambiental era muito discutida no cenário nacional e internacional e a necessidade de compreensão sobre a preservação dos recursos naturais para a garantia de qualidade de vida era de grande importância, no entanto, o discurso do Governo Federal ia na contramão dessas preocupações, pois, projetos de desenvolvimento da região amazônica foram implementados, com grande degradação ambiental (ALMEIDA, 2009).

A Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), inserida neste contexto, buscava acompanhar a questão ambiental no estado e oferecer capacitação para educadores com o Projeto Capacitação Ambiental, com o enfoque no auxílio técnico, na gestão, planejamento e realização de atividades em Educação Ambiental, no entanto, as limitações de recursos humanos e financeiros dificultava a execução das

atividades dessa proposta de capacitação, bem como de outros projetos e ações, como a COM-VIDA[2] (ALMEIDA, 2009).

Guimarães (2004) e Carvalho (2013) entendem que o educador ambiental tem participação ativa e fundamental no contexto escolar e social, atuando através de práticas educativas e comportamentos ecológicos, apresentando aos discentes e comunidade geral, posturas, estilo de vida e atitudes ecológicas a serem adotadas para uma relação socioambiental.

Nesse contexto amazônico, discute-se, as práticas educativas do educador ambiental, caracterizado por Barba e Cavalari (2016) como aquele professor que trabalha a Educação Ambiental promovendo a consciência crítica dos educandos. Questões ambientais como: desmatamento, queimadas florestais, conservação e preservação dos biomas, emergências climáticas, relação socioambiental, dentre outras, são algumas temáticas que estes educadores discutem com os discentes.

Nesta conjuntura de contexto amazônico, o educador ambiental tem uma participação relevante, pois, o trabalho realizado por ele é importante e pertinente para a formação de sujeitos ecológicos, cientes de sua responsabilidade socioambiental. No entanto, este educador necessita de condições de trabalho, de aporte teórico, cursos de complementação, recursos humanos e financeiros disponíveis para a realização de práticas educativas ambientais significativas, do contrário, este educador ambiental enfrentará desafios que podem desmotivá-lo tornando o caminho para a Educação Ambiental mais propenso apenas para a teoria (MACHADO, 2018).

Dessa forma, o educador ambiental exerce influência ao desenvolver suas práticas educativas ambientais com o intuito de conscientizar cada educando de sua responsabilidade pessoal e sobre a valorização da relação socioambiental. Vivenciar, compartilhar ideais, atitudes, valores e apresentar a natureza são possibilidades que o educador ambiental pode realizar na escola e na sua comunidade onde vive. As ações em prol da melhoria planetária são de grande valia para todos os seres humanos, seja de forma individual ou coletiva.

Entendemos que, ao investigar os educadores ambientais, deve-se pensar na categoria do sujeito ecológico, termo criado por Isabel Cristina Moura de Carvalho

---

[2] É uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade. [...] O principal papel [...] é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade (BRASIL, 2004, p. 9).

(2001), que apresenta um sujeito com características e ideais ecologicamente bem definidos, que têm consciência e reconhece a importância de preocupar-se com as questões ambientais e influencia a outros através do seu cuidado, zelo, atitudes, valores e ações ecológicas.

Este sujeito é definido por Carvalho (2013, p. 115) como sujeito ecológico que possui "[...] um conjunto de ideais que inspira atitudes ecologicamente orientadas. [...] e é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas [...]".

Neste caso, as ações, atitudes e comportamentos deste sujeito ocorrem espontaneamente, pois percebe sua responsabilidade individual e social na relação socioambiental. Este sujeito é um agente de mudança com demasiada vontade de transformar sua realidade, a realidade de sua comunidade, entendendo todo o processo das modificações de sua localidade, além de estar comprometido na construção do bem-estar coletivo, consciente e ativo (CARVALHO, 2001; SILVA, FERREIRA, 2014). É consciente de suas responsabilidades ecológicas e suas vivências cotidianas; tem o enfoque de realizar, dentro de suas possibilidades e campo de atuação, atitudes que contribuam para melhor relação socioambiental. E, diante desta breve descrição, o educador ambiental é um ator social, pode possuir características do sujeito ecológico e contribuir para a formação de outros sujeitos.

É possível conhecer alguém ou algum professor com esse perfil, que tenha atitudes admiráveis quanto a questões ambientais, que faz separação dos resíduos sólidos, que prefira meio de transporte que não polua o ar, que cuida do lixo produzido e não o descarta em qualquer lugar, e que escolha alimentos naturais aos industrializados, dentre outros.

Este sujeito possui algumas características específicas, como por exemplo, a militância, no sentido de ideias e princípios. A militância profissional refere-se à participação em atividades, eventos e realização de projetos que exigem muita dedicação e longas horas de trabalho, muito além do que lhe é proposto a fazer: "O que parece estar no centro dessa postura militante é a coerência entre o ser e o fazer. [...] a coerência entre a conduta individual e a responsabilidade ético-política distingue o sujeito ecológico" (CARVALHO, 2008b, p. 56). E em algumas situações arca com despesas financeiras para que seu projeto aconteça.

Levando-se em conta a situação descrita, e as produções acadêmicas e científicas, percebe-se que esta pesquisa voltada ao sujeito ecológico mediante as

práticas educativas desenvolvidas pelos educadores ambientais no estado de Rondônia, pode contribuir de forma imprescindível para novos trabalhos sobre a temática e como fonte de pesquisa para outros pesquisadores. Acrescenta-se ainda que, para apresentar à geração presente e às futuras, a relação socioambiental entre sociedade e natureza, no entanto, este educador ambiental necessita de condições de trabalho para a realização de tais práticas.

Dessa forma, justificou-se a realização dessa pesquisa pela necessidade de pesquisas relacionadas a educadores ambientais e suas práticas, que contribui com o debate a respeito da Educação Ambiental e a relação sociedade e natureza, além de registrar a trajetória e as práticas educativas ambientais, destes educadores.

A importância desta pesquisa no contexto amazônico se dá pelo fato de a região ter peculiaridades e especificidades próprias e, atualmente, ser alvo de muitas discussões em âmbito mundial pela crescente e vasta destruição das florestas, seja através do desmatamento, queimadas, ou por contaminação de rios e extinção da fauna e da flora.

Diante disso, buscou-se responder às seguintes questões norteadoras:

- Como os educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia, desempenham as práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito ecológico no estado de Rondônia?

- Os educadores ambientais investigados podem ser identificados e caracterizados como sujeitos ecológicos?

- Qual é a trajetória dos educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia que desenvolvem práticas educativas ambientais no contexto escolar e social?

A partir dessas questões, definiu-se como objetivo geral:

- Compreender como os educadores ambientais da rede pública estadual de ensino do estado de Rondônia, desempenham as práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do Sujeito Ecológico no estado de Rondônia.

E, os objetivos específicos ficaram assim definidos:

a) Apresentar o contexto histórico da Educação Ambiental no mundo.

b) Caracterizar a constituição do sujeito ecológico nos educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia.

c) Descrever a trajetória dos educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia que desenvolvem práticas educativas ambientais no contexto escolar e social

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e as abordagens epistemológicas são de cunho fenomenológico e hermenêutico, por meio de História Oral, a fim de identificar os sujeitos ecológicos, através da trajetória dos educadores ambientais.

A presente dissertação está estruturada em cinco seções:

A primeira seção é caracterizada por esta breve introdução, em que apresenta-se a problemática, os objetivos e a síntese das seções.

A segunda seção refere-se à metodologia da pesquisa descreve os caminhos metodológicos utilizados, a caracterização e descrição dos sujeitos e *lócus* da pesquisa, bem como descrição dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

A seção subsequente apresenta um breve contexto histórico da Educação Ambiental, a conceituação e as tendências da Educação Ambiental.

A quarta seção traz a constituição e caracterização do sujeito ecológico, bem como as práticas educativas ambientais do educador ambiental na proposta do sujeito ecológico.

Posteriormente, na quinta seção é apresentada uma síntese do contexto histórico do estado de Rondônia, a Educação Ambiental no contexto escolar, as características dos municípios de Campo Novo de Rondônia, Porto Velho, Seringueiras e Vilhena bem como, as análises das narrativas para constituição e trajetória do sujeito ecológico nos educadores ambientais do estado de Rondônia, à partir de suas histórias de vida e práticas educativas ambientais.

Por fim, as considerações finais e, em seguida, apresentam-se as Referências, Apêndices e Anexos.

2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Nesta seção é apresentado o enfoque metodológico da pesquisa, os procedimentos da coleta e da análise de dados, incluindo o *lócus* da pesquisa e a caraterização dos participantes da pesquisa.

2.1 ENFOQUE METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e as abordagens epistemológicas são de cunho fenomenológico e hermenêutico, tendo como aporte teórico metodológico Chizzotti (1995), Minayo (2009), Creswell (2014), História Oral, Meihy (1991, 2005), Alberti (2013), Gadamer (2013) e Merleau-Ponty (1999, 2000).

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa que possui como especificidade o estudo do comportamento humano e social; e há uma relação ativa entre o mundo real e o sujeito (CHIZZOTTI, 1995).

Creswell (2014, p. 49), descreve a pesquisa qualitativa como “um conjunto de práticas materiais interpretativas que torna o mundo visível”, sendo utilizada quando almejamos dar poder aos sujeitos para que partilhem e tornem conhecidas suas histórias.

Conforme Minayo (2009) a primeira etapa da pesquisa qualitativa é a fase exploratória que constitui-se na construção do projeto de pesquisa e de todas as estratégias necessárias para o trabalho em campo.

A pesquisa teve como abordagem a Fenomenologia e a Hermenêutica que serviram para nortear a análise. De acordo com Merleau-Ponty (1999, p. 1), a Fenomenologia caracteriza-se como “estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência”, e tem como ponto fundamental a descrição.

Martins (1992, p. 50) considera ser a Fenomenologia “[...] a investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados pela consciência, sem teorias sobre sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos”.

Creswell (2014, p. 72) entende que um estudo fenomenológico “descreve o significado comum para vários indivíduos das suas experiências vividas de um conceito ou de um fenômeno”. Do mesmo modo, Bicudo (1997, p. 17) define o

Fenômeno que vem do “grego *phainomeno* - que deriva do verbo *phainestai* – e significa o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência”.

A investigação desse fenômeno pode acontecer com um grupo de indivíduos que pode variar de três ou quatro indivíduos ou grupos maiores de 10 a 15 participantes, que vivenciaram o fenômeno (CRESWELL, 2014).

O enfoque da Fenomenologia está na descrição da essência das experiências vividas por estes indivíduos e não em apresentar explicações ou análises. O “ser-no-mundo”, é o ser (o sujeito) lançado no mundo que o antecede, no qual é inserido e “precisa lutar para encontrar-se” (MARTINS, 1992, p. 52). Dessa forma, a Fenomenologia utiliza-se da intencionalidade para compreender todo o processo anterior necessário à utilização de um processo interpretativo.

O foco investigativo está no sujeito que interpreta e que dá sentido ao mundo, a partir de seu contexto social, histórico e cultural, e também em conhecer a maneira como o sujeito experimenta e interpreta o mundo. É por essa razão que a Fenomenologia tem lugar nesta pesquisa, ao buscar o sentido construído a partir das vivências de educadores ambientais.

Adotou-se também uma postura metodológica da hermenêutica que considera ser indispensável e imperiosa a elaboração das perguntas concernentes às respostas na compreensibilidade referente à produtividade. Essa postura descreve a possibilidade infinita de interpretações, sendo contudo, a base constitutiva do olhar hermenêutico em que a linguagem se faz presente na pesquisa. Para Gadamer (2013, p. 571) “a linguagem não é somente um dentre os muitos dotes atribuídos ao homem que está no mundo, mas serve de base absoluta para que os homens tenham mundo, nela se representa mundo”.

De acordo com a concepção de Gadamer (2013), existe uma proximidade entre a linguagem e o mundo dos sujeitos, pois encontramos uma imanência de ligação entre aquilo que concebemos como mundanidade, como horizonte circunscrito na vivência do ser com o mundo.

Aquilo que delineia nossa percepção do mundo circunjacente passa a ser compreendido como um horizonte do campo conceitual e empírico das vivências do sujeito no mundo histórico determinado pela sua finitude.

Neste âmbito, precisamos entender que a mobilidade histórica do sujeito a “pari passu” representa um alargamento de horizonte, mas também trata-se de entendê-lo em uma perspectiva delimitativa do horizonte histórico.

Percebemos nessa ideia central de oposição entre pré-conceitos e o passado, como resultado de uma coligação de horizontes, visto que quando examinamos de maneira explícita e sucinta os nossos pré-conceitos sob uma perspectiva histórica, alargamos o nosso horizonte de vivência histórica (HERMANN, 2003).

Do mesmo modo, tomamos como fundamento as ideias de Grün (2005, p. 9) que caracteriza a linguagem em Gadamer diante da natureza:

> Quanto mais nós compreendemos sobre o fato de que o modo ou caminho para a dignidade das coisas reside no diálogo, mais facilmente nós seremos capazes de discernir no trabalho de Gadamer elementos para uma ética de parceria com a natureza.

Assim, a representação de um diálogo interpretativo nos traz à mente o quanto a natureza faz parte de uma experiência do sujeito no mundo que o cerca, voltado à condição da realidade ética necessária ao processo educativo de compreensão no mundo.

Ao tomar como base o pensamento de Gadamer (2013), o conceito de linguagem representa que a comunicação do sujeito com a natureza deve estar presente enquanto experiência hermenêutica por meio do diálogo entre o que se torna questionado com o papel de pesquisador e as observações do mundo que nos cerca (GRÜN, 2005).

Neste contexto, trabalhamos a “escuta hermenêutica” (GADAMER, 2013) que se esclarece pelo modo como realizamos o ato de questionar e de perguntar, pois em toda a experiência pode estar presente a estrutura da pergunta, e que nela ocorre o sentido da experiência voltada aos seus saberes, em que o entrevistado está encorajado a refletir as próprias concepções de natureza, de meio ambiente, e do mundo que o cerca.

2.2 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Utilizou-se dos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica, entrevistas por meio da História Oral de Vida associada à História Oral Temática.

No primeiro momento realizou-se a revisão bibliográfica e após, elaborou-se o roteiro de entrevista para pesquisa de campo.

Para o desenvolvimento da revisão bibliográfica foram utilizados periódicos, teses e dissertações, livros, revistas e o banco de dados das seguintes plataformas digitais: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelos “Periódicos Capes”, e Google Acadêmico. A consulta nestas plataformas ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2020. Averiguou-se em títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos mencionados, o aparecimento dos seguintes descritores estabelecidos como critério de inclusão: “sujeito ecológico”, “educador ambiental”, “professor e a Educação Ambiental”.

Após o levantamento, desenvolveu-se a etapa de seleção, leitura e fichamento do conteúdo disponível sobre a temática educadores ambientais na perspectiva do sujeito ecológico. Esta pesquisa teve como base a tese da Professora Doutora Isabel Cristina Moura Carvalho intitulada: A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental (2001).

2.3 A APROXIMAÇÃO COM OS EDUCADORES AMBIENTAIS NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS: PARTICIPANTES E O LÓCUS DA PESQUISA

O procedimento ético desta pesquisa teve como base a Resolução 466/2012 - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIR, recebendo o número CAAE: 39085920.3.0000.5300. Número do Parecer: 4.426.626 (BRASIL, 2012a).

O envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no formato PDF, ocorreu por e-mail. Cada participante respondeu ao e-mail confirmando a participação na pesquisa e aceitando os itens descritos no termo. Conforme Artigo 2º inciso XXII da Resolução 510/2016, pode ser considerado como comprovante de aceite: “[...] documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou assentimento livre e esclarecido [...]” (BRASIL, 2016, p. 4).

Uma educadora ambiental teve dificuldade de acesso ao *e-mail*, e, neste caso, o TCLE foi enviado na versão impressa para o endereço residencial da mesma, através dos Correios. Foi gerado um link para cada participante ter acesso ao TCLE,

disponibilizado através da plataforma digital do *Google Formulário*s, e assim todos tiveram acesso ao link do TCLE e puderam responder de forma rápida e sem a necessidade da impressão do documento, cujo modelo encontra-se em anexo.

O critério de seleção dos participantes teve como fator principal, o exercício da docência voltado para a Educação Ambiental. Foram selecionados educadores ambientais da rede pública estadual de ensino dos dois níveis da educação básica: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio; que efetivamente exercem ou exerceram práticas educativas ambientais com envolvimento participativo e ativo da comunidade escolar e social, tendo impacto significativo na comunidade local e, que se dispusessem a participar da pesquisa.

Os participantes da pesquisa se configuram em quatro municípios do estado de Rondônia, os quais foram definidos para realização da investigação: Campo Novo de Rondônia, Porto Velho, Seringueiras e Vilhena. Eles são educadores ambientais que desempenham práticas educativas ambientais e/ou projetos ambientais significativos na rede pública estadual de ensino, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa

Educador Ambiental	Local Nascimento	Faixa etária	Filhos	Curso Superior	Ano Conc.	Especialização	Cidade onde atua/atuou
Leci A. D. dos Santos	Jauru – Mato Grosso	50 anos	03 filhas	Licenciatura em Geografia-UNIR	2004	SIM	Campo Novo de Rondônia
Carmem S. de A. Corrêa	Salinópolis – Pará	58 anos	Não	Licenciatura e Bacharelado em Geografia – UFPa	1996	SIM	Porto Velho
Alemmar Ferreira da Fonseca	Nova Olinda do Norte - Amazonas	54 anos	02 filhas 02 filhos	Licenciatura Letras Espanhol – UNIR	2008	SIM	Porto Velho
Ana Nere Custódio Marques Paula Assis	Avaré- São Paulo	70 anos	Não	Licenciatura e, Língua Portuguesa e Língua Inglesa; Pedagogia - Fundação Educacional de Avaré	1973	SIM	Vilhena
Julcelho Marins da Silva	Terra Roxa – Paraná	52 anos	02 filhos	Licenciatura em Geografia-FINAV	2003	SIM	Seringueiras

Fonte: Elaborado pela pesquisadora à partir da coleta de dados, 2021.

A formação acadêmica dos educadores ambientais entrevistados é diversificada. Sendo, três com formação em Geografia, são eles: Carmem, Leci e Julcelho; uma com formação em Língua Portuguesa e Inglesa e também Pedagogia, Ana Nere; e uma com formação em Letras Espanhol, Alemmar.

Por conta da pandemia em decorrência da (COVID 19)[3], foram necessários alguns ajustes nos procedimentos metodológicos. A dinâmica da pesquisa de campo ocorreu da seguinte forma, inicialmente buscou-se contato com educadores da rede pública estadual de ensino de Rondônia que desenvolvem práticas educativas ambientais significativas.

Os primeiros contatos ocorreram por meio de ligação telefônica e *e-mail*. Por conta da Pandemia (COVID 19), e seguindo as recomendações do Ministério da Saúde[4] e decretos estaduais[5] e municipais, não foi possível o contato pessoal com os participantes, conforme já mencionado anteriormente. O distanciamento social foi fundamental para controle da propagação da pandemia (COVID 19), sendo assim, a pesquisadora não teve nenhum encontro presencial com os participantes em nenhuma etapa da pesquisa.

No primeiro contato com cada participante foi realizada uma explanação da pesquisa, foram repassadas todas as informações necessárias, pretensões da pesquisa, os procedimentos, o uso do material coletado, a concordância através do (TCLE), o aceite para participar da pesquisa e a carta de cessão que refere-se à autorização dada pelo narrador para uso da entrevista gravada e transcrita pela pesquisadora, além das informações gerais da entrevista, como: local da entrevista, data e horário. Os acertos necessários foram feitos com cada participante individualmente e seguiu-se para a etapa seguinte.

---

[3] "Desde dezembro de 2019, múltiplos casos de pneumonia inexplicável foram sucessivamente relatados em alguns hospitais na cidade de Wuhan com histórico de exposição ao grande mercado de frutos do mar na cidade de Wuhan, na província de Hubei, China. [...] Um surto mundial atual do novo coronavírus Covid – 19 (doença do coronavírus 2019; patógeno denominado SARS-CoV-2; anteriormente 2019-nCoV), o qual se originou em Wuhan na China e que agora se espalhou para 6 continentes, incluindo 66 países, a partir de 24:00 em 2 de março de 2020. Foi confirmado ser uma infecção respiratória aguda causada pelo novo coronavírus" (WU Di *et al.,* 2020, p. 1-2).

[4] Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (BRASIL, 2020).

[5] Decreto nº 24.871, de 16 de março de 2020. Decreta situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Estado e dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus, COVID-19, do regime de trabalho do servidor público e contratado do Poder Executivo, e dá outras providências. Decreto 25.859, de 6 de março de 2021. (RONDÔNIA, 2020a).

Buscou-se contato e aproximação com participantes indicados, com um total geral de sete professores e, desse total, cinco professores aceitaram participar da pesquisa. Os demais não demonstraram interesse em participar da pesquisa, pois não retornaram às mensagens enviadas por e-mail e nem atenderam às ligações telefônicas. Em 15 de janeiro de 2021, iniciou-se as entrevistas. Foi utilizado também outro critério de seleção, este refere-se ao contato com os participantes da pesquisa, que aconteceu por meio do Critério de Rede, muito comum em pesquisa em História Oral, no qual cada participante indica o depoimento de outro (GARNICA, ARAÚJO, 2004). Importante destacar que os participantes autorizaram e concordaram que seus nomes verdadeiros fossem utilizados na pesquisa, conforme TCLE. Observa-se no Quadro 2, as datas do primeiro contato com cada educador ambiental:

Quadro 2 – Contato inicial com cada educador ambiental - 2021

Nº	Educadores Ambientais	Data da Entrevista	Nome da escola que atua ou atuou	Cidade
01	Alemmar Ferreira da Fonseca	15 de Janeiro	EEEFM Marechal Castelo Branco	Porto Velho
02	Carmem Silvia de Andrade Corrêa	22 de Janeiro	EEEFM Murilo Braga	Porto Velho
03	Julcelho Marins da Silva	22 de Janeiro	EEEFM Oswaldo Pianna	Seringueiras
04	Ana Nere Custódio Marques Paula Assis	25 de Janeiro	Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM)	Vilhena
05	Leci Aparecida Dáros dos Santos	28 de Janeiro	EEEFM 15 de Outubro	Campo Novo de Rondônia

Fonte: Elaborado pela pesquisadora à partir da coleta de dados, 2021.

Inicialmente buscou-se contato em 15 de janeiro de 2021, conforme mencionado no Quadro 2, com a educadora ambiental Alemmar Ferreira da Fonseca que, de pronto, aceitou convite e mostrou-se disposta a colaborar com a pesquisa. A educadora é natural de Nova Olinda do Norte, Amazonas, Licenciada em Letras – Espanhol, pela UNIR, residente na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. É docente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco, em Porto Velho. Até a data da pesquisa, possuía doze anos de atuação docente. O primeiro contato foi agradável, a mesma indicou a educadora ambiental Carmem Silvia de Andrade Corrêa, e outros professores também fizeram menção ao nome da educadora, como referência em Educação Ambiental, no estado de Rondônia.

Em 15 de janeiro de 2021, buscou-se contato com a educadora ambiental, Carmem Silvia de Andrade Corrêa que é natural da cidade de Salinópolis, Pará, licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e reside na cidade de Porto Velho, onde exerce a docência na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Murilo de Braga. Até a data da pesquisa possuía 24 anos de atuação docente. A mesma indicou o educador ambiental Julcelho Marins para participar da pesquisa.

Em 22 de Janeiro de 2021, conforme mencionado no Quadro 2, fez-se o primeiro contato com o educador ambiental Julcelho Marins da Silva, natural de Terra Roxa, Paraná, licenciado em Geografia, pela Faculdades Integradas de Naviraí (FINAV), Mato Grosso do Sul. Reside na cidade de Seringueiras, onde exerce a docência na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Oswaldo Pianna. Até a data da pesquisa possuía 17 anos de atuação docente. Ele, como as demais participantes, aceitou participar da pesquisa mostrou-se disposto a dar sua contribuição.

A educadora ambiental Ana Nere Custódio Marques Paula Assis, também no primeiro contato, aceitou participar e contribuir com a pesquisa, conforme quadro 2, em 25 de janeiro de 2021. Natural de Avaré, São Paulo, é licenciada em Língua Portuguesa e Inglesa, pela Fundação Educacional de Avaré; Licenciada em Pedagogia. Reside em Vilhena, no momento da contribuição da pesquisa, estava em processo de mudança para São Paulo. Exerceu a docência até o ano passado, 2020, no Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM V), ano que solicitou aposentadoria. Tem um total 49 anos de atuação docente.

Por fim, o primeiro contato estabelecido, com a educadora ambiental Leci Aparecida Dáros dos Santos, como já mencionado no quadro 2, foi em 28 de janeiro de 2021. Ela é natural de Jauru-Mato Grosso, licenciada em Geografia pela UNIR, reside na cidade de Campo Novo de Rondônia, onde leciona na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro. Até a data da pesquisa possuía 32 anos de atuação docente. Mostrou-se muito atenciosa, receptiva, aceitou o convite para participar da pesquisa e indicou o nome de outro professor.

Mesmo não sendo possível o encontro presencial, tal situação não foi impedimento para momentos de conversação E início de vínculo entre a pesquisadora e os educadores ambientais. E no dia 16 de fevereiro de 2021, aconteceu a gravação da primeira entrevista, que foi com a educadora ambiental Leci.

Durante o período de entrevistas os educadores ambientais disponibilizaram endereço eletrônico de redes sociais, blogs, links de vídeo, entre outros, onde constam os registros de algumas práticas educativas ambientais, disponíveis e com acesso livre à comunidade em geral. Observa-se no Quadro 3 a lista endereços disponibilizados pelos educadores ambientais:

Quadro 3 – Endereços eletrônicos e Redes sociais disponibilizados

Nº	Educadores Ambientais	Informações disponibilizadas de Práticas Educativas Ambientais nas escolas e na comunidade
1	Leci Aparecida Dáros dos Santos	Página do Facebook da escola 15 de Outubro: Disponível em: https://www.facebook.com/search/top?q=e.e.e.f.m.%2015%20de%20outubro. Página do Blog da Escola 15 de Outubro: https://escola15deoutubrocamponovo.blogspot.com/2012/
2	Julcelho Marins da Silva	Página do Facebook da escola Oswaldo Piana. Disponível em: https://www.facebook.com/comvida.o.pianna. Acesso em 02.mar. 2021
3	Carmem Silvia de Andrade Corrêa	Blog da Escola Murilo Braga – COM VIDA MURILO BRAGA. Disponível em: http://comvidamurilobraga.blogspot.com/. Acesso em 02. fev. 2021
4	Ana Nere Custódio Marques Paula Assis	Documentário: Nas águas da memória – vídeo – Recuperação do Rio Pires de Sá. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GUktPavZ64U. Acesso em: 02.fev. 2021
5	Alemmar Ferreira da Fonseca	Não há fotos na página da COM-VIDA da antiga escola Manaus. Disponível em: https://www.facebook.com/Com-Vida-Escola-Manaus-587152011329103; COM-VIDA. Página do facebook da Escola Marechal Castelo Branco Disponível em: https://www.facebook.com/pages/EEEFM%20Marechal%20Castelo%20Branco/705390912938089/. Acesso em 02 fev. 2021.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora à partir da coleta de dados, 2021.

Durante cada etapa da pesquisa, ficou perceptível o entusiasmo dos educadores ambientais ao narrarem suas histórias de vida e as práticas educativas ambientais que realizaram com os estudantes e com a comunidade.

Antes de iniciar o contato com os participantes, houve uma certa apreensão por parte da pesquisadora, por receio de que não houvesse interesse pela temática escolhida por parte dos mesmos, mas após o primeiro contato, as incertezas se dissiparam. Os educadores foram participativos em todas as etapas da pesquisa, principalmente na etapa da conferência. O período inicial em que buscou-se o contato com os participantes foi no período de férias, mesmo assim, todos atenderam gentilmente à pesquisadora que agradeceu pela compreensão e atenção dada no primeiro contato.

2.4 A HISTÓRIA ORAL COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A História Oral foi utilizada como abordagem metodológica que de acordo com Meihy (2005, p. 17) é definida como “um recurso moderno usado para [...] estudos referentes à experiência social de pessoas ou grupos, sempre uma história do “tempo presente”, e também reconhecida como história viva”.

Na realização das entrevistas, utilizou-se da História Oral entendido ser “um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas” (MEIHY, 2005, p. 18). Assim, entendemos ser ela que valoriza as memórias e as recordações de pessoas ou grupos com experiências de algum fenômeno. Para Meihy (2005, p. 63):

> Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. A independência delas explica cada capacidade de individualização. No entanto, é preciso deixar claro que a memória individual, para a história oral, só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias. Ela não existe além da biologia como um fenômeno socialmente autônomo. Com isso, afirma-se que toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que explicam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas.

Percebe-se, dessa forma, que a memória para a História Oral corresponde a um processo de identificação do indivíduo, e esse processo depende de aspectos individuais, que interferem diretamente na narrativa que se baseia na memória, como as condições biológicas dos indivíduos, velhice, debilidade física, situações traumáticas e outros (MEIHY, 2005; PEREIRA, 2008).

Para a realização da História Oral é fundamental três elementos, são eles: o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem da gravação (MEIHY, 2005). Para obter êxito na entrevista é fundamental que o entrevistador tenha habilidade e Thompson (2002) destaca que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelo próximo, ser compreensivo e simpático pela opinião do entrevistado e sobretudo ter prontidão para calar-se e escutar.

Utilizou-se a História Oral Temática, combinada com a História Oral de Vida. Esta forma de História Oral é muito considerada por combinar experiências vividas

com atributos do narrador. A primeira, busca “a verdade de quem presenciou um acontecimento [...]. Já a segunda, refere-se a uma narrativa composta das vivências de uma pessoa” (MEIHY, 2005, p.162).

Desta forma, ao registrar as vivências e dar voz aos educadores ambientais, possibilita-se que outros educadores ambientais e a comunidade em geral, tenham acesso à história e às práticas educativas ambientais realizadas por estes educadores no estado de Rondônia.

Optou-se por fazer a junção desses dois gêneros da História Oral, visto que, ambos são fundamentais para esta pesquisa, uma vez que, as vivências referente às práticas educativas dos educadores ambientais podem ter ligação direta com a vida pessoal. Antes do momento da entrevista, há um momento que Meihy (2005), classifica como a pré-entrevista, que corresponde à organização e preparação do encontro, marcação dos locais e datas, gravadores e outros equipamentos que julgar necessário para o momento da entrevista.

Nesta pesquisa, o enfoque foi a entrevista temática que “são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido [...]” (ALBERTI, 2013, p. 48) combinada com a entrevista de história de vida. Assim, o roteiro de perguntas contemplou as duas temáticas, uma vez que, o educador ambiental, conforme apresentado por Carvalho (2001), em alguns casos, tem contato com a Educação Ambiental desde a infância, por meio da reconstrução narrativa. Diante disso, fez-se necessária a união da entrevista temática com a história de vida, conforme proposta por Alberti (2013), para identificar o momento em que ocorreu o despertar para as questões ambientais.

O caderno de campo foi um recurso utilizado para anotar todo o percurso de contato com os participantes, para registro das situações observadas, desde o momento do contato inicial até o pós-entrevista.

Meihy (2005, p. 187) sugere que o caderno de campo “funcione como um diário em que o roteiro prático seja anotado – quando foram feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como ocorreu a gravação, eventuais incidentes de percurso”.

Conforme apresentado por Meihy (2005), há três etapas de uma entrevista. A primeira é a transcrição, “destina-se à mudança do estágio de gravação oral para código escrito” (MEIHY, 2005, p. 181). Nesta fase, é a transformação da forma oral para a escrita, sendo esta a primeira versão escrita do depoimento. “Trata-se de um

primeiro e decisivo esforço de traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado" (ALBERTI, 2013, p. 282).

Caldas (1999, p. 103), reitera que a "transcrição é literal, rigorosa, passando-se para o papel tudo o que foi dito, inclusive todos os erros, repetições, vazios e silêncios, incluindo também as perguntas [...]". Já, Alberti (2013, p. 287) ressalta que vícios de linguagem, erros de gramática e palavras repetidas podem ser corrigidas, as perguntas feitas pela pesquisadora são inseridas. A autora destaca ainda que: "em caso de contração de palavras, proceda a seu desmembramento: ao invés de "né, usar "não é?"; ao invés de "pra", usar para ou para a"; ao invés de "tá", usar "está", e de "tô", usar "estou" e assim por diante. Esta etapa foi a base para as seguintes.

Na etapa da textualização**,** as eventuais perguntas feitas pela pesquisadora são retiradas do texto e este passa para primeira pessoa:

> [...] uma primeira textualização consiste em livrar a transcrição daqueles elementos próprios à fala, evitando as repetições desnecessárias – mas comuns aos discursos falados – e os vícios de linguagem. Num momento seguinte, as perguntas são fundidas às respostas, constituindo um texto escrito mais homogêneo, cuja leitura pode ser feita de modo mais fluente. É também possível, nessa primeira sistematização, que o pesquisador altere a sequência do texto, optando por uma linha específica, seja ela cronológica ou temática. Os momentos da entrevista são, assim, "limpos", agrupados e realocados no texto escrito (GARNICA, ARAÚJO, 2004, p.93-94).

Meihy (1991) e Caldas (1999) destacam que nesta etapa a voz do entrevistador é suprimida, surgindo assim a voz do narrador.

No momento da transcriação, terceira etapa da transcrição, ocorre a intervenção da pesquisadora no texto, recriação textual em sua plenitude, um texto recriado (MEIHY, 2005). E por fim, o momento da conferência[6], quando o narrador recebe o texto escrito da narrativa para fazer a leitura e os ajustes necessários. Meihy (1991, p. 31), destaca que "desde o ato da gravação dos depoimentos, a honestidade de propósitos deve-se impor, garantindo ao narrador a certeza de que ele verá o texto final, autorizando-o ou não [...]". Deste modo, o narrador tem plena liberdade para realizar as alterações, acréscimos ou suprimir partes que julgar necessárias no texto.

---

[6] É o momento em que, depois de trabalhado o texto, quando se supõe que este está em sua versão final, o autor entrega a versão para ser autorizada, numa ocasião combinada com antecedência. Ainda que de maneira afável, antes de ser iniciar a conversa deve haver algum preparo para eventuais negociações (MEIHY, 2005, p. 184).

A segunda etapa da pesquisa qualitativa consistiu na realização das entrevistas. Antes da realização das entrevistas elaborou-se o roteiro de entrevista, o qual foi constituído das categorias, às quais correspondem as características do sujeito ecológico, cujo modelo encontra-se em Anexo. Assim, todos os participantes manifestaram o desejo de participarem da pesquisa, bem como autorizaram o uso do seu nome na mesma. Após esta etapa, seguiu-se então para o agendamento das entrevistas que foi previamente combinado com cada participante conforme disponibilidade de horário. Optou-se por realizar as entrevistas em dois períodos.

O primeiro período, foi de 16 a 21 de fevereiro de 2021, com o total de 03 entrevistas. Foi necessária tal divisão para que a pesquisadora pudesse dispor de tempo para a realização de cada entrevista com tranquilidade e também para atender à solicitação de três participantes e facilitar a participação das mesmas na pesquisa, pois, estavam no período do descanso anual e o ano letivo iniciaria no mês de março do corrente ano. Então, preferiram que as entrevistas acontecessem antes do retorno das atividades escolares, para que pudessem participar da entrevista com mais tranquilidade, uma vez, que a sobrecarga de trabalho com as aulas no sistema remoto e a exposição às telas de computador neste momento pandêmico, tornou o trabalho docente mais exaustivo.

O segundo período das entrevistas ocorreu de 03 de março de 2021 a 26 de abril de 2021, com os demais participantes. Observa-se no Quadro 4, as datas das entrevistas:

Quadro 4 – Datas das entrevistas

Período das entrevistas			
Nº	Educadores Ambientais	Data da Entrevista	Cidade
1	Leci	16 de Fevereiro de 2021	Campo Novo de Rondônia
2	Alemmar	21 de Fevereiro de 2021	Porto Velho
3	Carmem	21 de Fevereiro de 2021	Porto Velho
4	Ana Nere	03 e 15 de Março de 2021	Vilhena
5	Julcelho	26 de Abril de 2021	Seringueiras

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da coleta de dados, 2021

No dia marcado, minutos antes do horário combinado, a pesquisadora criou uma sala no *google meet*, intitulada: nome do participante, acrescida da palavra entrevista e a data da entrevista, para facilitar no momento de identificação de cada entrevista, que ficou disponível no *google drive* da pesquisadora. O *link* em seguida

foi enviado ao participante por e-mail e também pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. Na sala esteve presente apenas a pesquisadora e o educador ambiental.

No primeiro momento, assim que o participante entrou na sala, antes mesmo de iniciar a gravação da entrevista, a pesquisadora conversou com cada educador ambiental, deu orientações referentes à gravação e a todo o processo da entrevista. Em seguida, iniciou-se a gravação com a fala da pesquisadora dando os cumprimentos, explicando sobre a proposta da pesquisa, o TCLE e, cada participante confirmou e autorizou sua participação na gravação e na pesquisa.

O segundo momento da entrevista foi destinado à apresentação e identificação do participante. Após esse momento, o entrevistado iniciou a narrativa da sua história de vida, momentos da infância, descrição de suas trajetórias e experiências de vida; como e onde iniciou o interesse e o envolvimento com as questões ambientais e com a Educação Ambiental; as práticas educativas ambientais, entre outros.

Foi necessário fazer um investimento financeiro para adquirir acesso à plataforma digital com recurso de gravação e com acesso ao *google drive* ilimitado para arquivamentos de todo o material referente à pesquisa e assim poder gravar todas as entrevistas. Em cada etapa realizou o *backup* de todo material coletado.

Logo após o encerramento da entrevista gravada utilizou-se o caderno de Campo para anotar as observações, percepções e pensamentos quanto à entrevista realizada. Registrou-se o roteiro de contato com o participante até o momento da entrevista, as situações observadas, bem como todo o processo da pesquisa. Fez-se o registro de cada etapa através no caderno de campo, o qual auxiliou na produção textual da dissertação. Em seguida, iniciou-se a fase da transformação da versão da gravação oral para a versão escrita, por conseguinte a seguinte, o processo referente às três etapas de uma entrevista: transcrição, textualização e transcriação.

A primeira chamada de transcrição, o momento da transformação da forma oral da entrevista para a versão escrita. Nesta foram inseridas todas as perguntas feitas pela pesquisadora e demais intervenções orais da mesma, e também todos os depoimentos dos educadores ambientais. As palavras ditas foram transcritas na íntegra. Depois passou-se para a segunda etapa, a textualização, que é a retirada de todas as perguntas e interferências externas, palavras repetidas e o texto passa a ser

escrito em primeira pessoa e por fim, a transcriação, que é a intervenção do pesquisador na organização e estruturação do mesmo.

Posteriormente, a pesquisadora entrou em contato com o participante para o momento da conferência, momento este em que os educadores ambientais receberam a versão final da narrativa para fazer a leitura, bem como os ajustes necessários.

Os ajustes no texto da narrativa foram realizados em momentos diversos. O texto de cada narrativa foi enviado para o e-mail dos participantes. Foi um período de acréscimos e retiradas de trechos do texto, conforme conversas entre a pesquisadora e os educadores. As conversas aconteceram por chamadas telefônicas, encontros virtuais pela plataforma do *google meet*, por e-mail e também por aplicativos de mensagens instantâneas. A conferência das entrevistas ocorreu no período de 21 de março a 30 de maio de 2021.

Por fim, a versão final da narrativa, foi enviada por *e-mail* para cada participante, juntamente com a Carta de cessão, pela qual autorizaram a utilização do texto narrativo na Dissertação. Foi enviado também o link do Termo de Autorização de Imagem para os participantes da pesquisa, cujos modelos encontram-se em anexo. Dos cinco participantes da pesquisa, quatro concordaram com o termo de uso de imagem e um não autorizou o uso de imagem na pesquisa.

Buscou-se seguir com rigor o cumprimento de cada critério exigido na pesquisa bem como atender os educadores ambientais conforme disponibilidade individual referente à documentação e resolver todas as questões de documentos e critérios.

Após a coleta de dados e produção das informações necessárias, iniciou-se a última etapa da pesquisa: a análise e interpretação dos dados coletados à luz da teoria da fenomenologia, tendo como fundamentação o referencial teórico descrito na seção 4, referente à temática em questão, educadores ambientais na perspectiva do sujeito ecológico.

Esta consistiu em reunir as transcrições das entrevistas gravadas de forma que fosse possível ler e reler o material, compreendendo-os diante das relações que existiam entre os dados de diferentes origens.

Foi utilizado o software “ATLAS.ti versão 9.0”, apropriado para análise qualitativa de informações obtidas, por meio das narrativas.

A primeira etapa para a análise foi a codificação e a categorização; processo lento e ao mesmo tempo prazeroso, assim aconteceu também no momento da transcrição das entrevistas gravadas, ler e reler as narrativas dos educadores ambientais, motivou a pesquisadora a pontuar e escolher todos os trechos narrados primordiais para a construção final das análises. Após essa etapa, passou-se então, para a organização e identificação dos depoimentos com as categorias definidas. Em seguida, para a organização de cada tópico dentro do texto dissertativo referente à análise dos dados.

As análises foram realizadas com a finalidade de organizar o texto de forma a contemplar a história de cada educador ambiental, bem como o registro de suas práticas educativas ambientais parte do trabalho realizados à luz da Fenomenologia e Hermenêutica, sendo organizadas as seguintes unidades de significados:

a) Trajetória dos sujeitos ecológicos como educadores ambientais;

b) As vivências dos educadores ambientais;

c) Construção da Identidade dos educadores ambientais como sujeitos ecológicos;

d) Práticas educativas ambientais e a militância.

e) Dimensões da militância perceptíveis nos educadores ambientais: persistência e envolvimento pessoal;

f) Situações ambientais agravantes no estado de Rondônia

g) Percepções finais dos educadores ambientais como sujeitos ecológicos

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO

> Fazemos a nossa história em comunhão com o planeta, mas a fazemos em certas condições e no âmbito de uma determinada organização social, e somente podemos nos modificar e a tais condições reconhecendo e agindo nas diferentes esferas da vida, e entendendo a educação não como o único meio para a transformação, mas como um dos meios sem o qual não há mudança (LOUREIRO, 2004, p. 58).

Nesta seção abordaremos a respeito do surgimento das discussões sobre a relação sociedade e natureza, a intensa ação humana na natureza, as transformações ocorridas, os alertas dados por pesquisadores, antes discutidas entre as autoridades internacionais e por pesquisadores. Por fim, dessas discussões surge a Educação Ambiental e a necessidade de inseri-la no contexto escolar.

3.1 ENTENDENDO A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Ao longo da história da humanidade discute-se a relação sociedade e natureza, sendo o enfoque a busca pelo equilíbrio desta relação. Na sociedade primitiva, a predominância era uma sociedade nômade em pequenos grupos, e seu poder de interferência na natureza era pequeno, a forma de subsistência desta, se dava através da captura de animais para a alimentação; buscava-se abrigo e alimento na natureza (MAIA, 2018).

Com a descoberta do fogo, começa-se a transformação da natureza, construção de ferramentas e o uso de animais para trabalhar no cultivo de plantações, inicia-se a agricultura. Neste período ocorrem mudanças consideráveis no comportamento social, os grupos tornam-se sedentários e fixos numa mesma localidade, há um aumento populacional significativo, no entanto os impactos das ações da humanidade na natureza, neste período, são imperceptíveis (MAIA, 2018).

Mas o que é natureza? Merleau-Ponty (2000, p. 4), destaca que este conceito é proveniente da derivação de um verbo do grego e em latim, relaciona-se com a palavra latina nascer:

> Em grego, a palavra "Natureza" deriva do verbo φύω, que faz alusão ao vegetal; a palavra; latina vem de *nascor,* nascer, viver; é extraída do primeiro sentido, mais fundamental. Existe natureza por toda parte onde há uma vida que tem um sentido mas onde, porém, não existe

> pensamento; daí o parentesco com o vegetal: é natureza o que tem um sentido, sem que esse sentido tenha sido estabelecido pelo pensamento. E a autoprodução de um sentido.

A natureza, conforme apresentada pelo autor, existe independente do pensamento do ser humano, onde há vida, há natureza. A natureza é autônoma e não tem nenhuma relação de dependência com a humanidade para sua existência. Ao longo da história, pode-se observar que tal relação passou por várias transições. “[...] a Natureza é diferente do homem; não é instituída por ele, opõe-se ao costume, ao discurso” (MERLEAU-PONTY, 2000, p. 4).

Thomas (2010), renomado historiador social, analisou o comportamento da sociedade inglesa e europeia, e ao final do século XVIII apresentou três características humanas que se destacavam, são elas: a primeira é a fala, que é particular à humanidade, nenhum outro animal a possui; e através da mesma a humanidade expõe sua autoridade sobre as demais criaturas. A segunda caraterística é a inteligência e a terceira é a consciência. Com tais características distintas, neste período, o tema central era o triunfo, o êxito do ser humano sobre as outras espécies e Natureza. Mesmo com tais características tão distintas e peculiares, a ação do ser humano é por vezes questionada, uma vez que este possui consciência. Pode-se observar a postura deste à natureza, aos animais, dentre outros.

Entre os séculos XV a XVIII o tratamento dado pela sociedade inglesa e europeia aos animais eram de extrema crueldade, como relata o trecho abaixo:

> O “açulamento” de touros e ursos era efetuado com os animais presos a uma corrente e atacados por cães – geralmente em sucessão, mas, às vezes todos juntos. O cão investia contra o focinho do touro, amiúde dilacerando suas orelhas ou pele, enquanto este procurava arremessar o primeiro sobre os expectadores. Se o animal acorrentado conseguisse escapar, seguiam-se cenas considerável de violência (THOMAS, 2010, p. 203).

A captura de um javali, que se aproximava dos caçadores, ao som de um assobio, era retido pelo ataque dos cachorros e ferido brutalmente pelas lanças atiradas pelos caçadores, o que causava grande prazer a tais seres humanos pelas ações cruéis. Os animais domésticos também sofriam várias crueldades, com paus e pedras Os ingleses também tornaram-se famosos pela crueldade com a qual submetiam os animais, motivo de diversão para a plateia que assistia a tais perversidades.

Um exemplo disso era a famosa tourada espanhola e a caça aos animais selvagens que acontecia anualmente. Estes tinham suas orelhas cortadas, a cauda cortada, o corpo coberto de sabão e o focinho inchado pela quantidade de pimenta que jogam no pobre animal. Nesta situação, os animais eram soltos para ver quem conseguia agarrá-los.

Outra situação de total crueldade eram as populares brigas de galo desde o século XII. Aconteciam geralmente durante as feiras e corridas de cavalo, os galos por conta dos ferimentos tinham uma vida muito curta devido à quantidade de vezes que eram submetidos às disputas. No campo, a perseguição e a eliminação de animais selvagens por esporte era uma prática comum. As estratégias de perseguição, captura e morte dos animais selvagens culminavam com as celebrações e imponência dos caçadores e a excelência dos cães de caça. O barulho causado pela matilha de cães, tornava-se música para os ouvidos dos caçadores.

O autor destaca uma história que exemplifica a maldade dos seres humanos neste período e reafirma a sensibilidade da pessoa que vive na natureza:

> [...] um homem estava tão maravilhado com o som de seus sabujos em perseguição à caça que exclamou:' Oh, que ruído celestial'. Ao que 'um simplório no grupo, o qual, aparentemente, nunca ouvira outro cachorro senão um mastim, suspendendo o ouvido como se o voltasse aos céus para escutar algum barulho do paraíso, irrompeu nas seguintes palavras: 'Ó, Senhor, de onde vem esse ruído celeste?'. Por quê? Ouça (disse o fidalgo), escute um pouco, você não ouve?'. Ao que o tolo respondeu: 'Não, os vira-latas fazem tal berreiro que não consigo escutar nada (THOMAS, 2010, p. 205).

É perceptível que o objetivo em todos estes eventos era a satisfação dos humanos, sensação de prazer, ainda que em tais comportamentos, fossem em decorrência do sofrimento de animais. Contudo, em 1869, nasce uma campanha contra a caça à raposa, resultado de um artigo famoso que atacava a caça à raposa, do historiador E. A. Freeman (THOMAS, 2010, p. 205).

Só houve legislação para proteção dos animais, quando estevem presentes os interesses econômicos. "[...] protegia exclusivamente cavalos, bois, cães, aves domésticas e outros animais de estimação [...]" (THOMAS, 2010, p. 270).

Quanto às florestas, é pertinente destacar que conservavam-se pequenas florestas virgens, o restante era utilizado para pastagens, cortes e outros. Já no início do século XV, algumas espécies de árvores voltaram a se expandir pela região, porém, com o aumento da população a devastação prosseguiu (THOMAS, 2010).

Nas cidades, os desafios eram outros: a civilização[7], pois morar nas cidades era motivo de considerável orgulho, uma vez que as pessoas criadas nestas, eram consideradas mais educadas do que aquelas que viviam nos campos, e, sair dos campos era um ato civilizatório (ELIAS, 2011).

Na cidade de Londres no Século XVIII, a sujeira no ar era considerada com a sujeira nas ruas, superpopulosa, submersos na fumaça, confusos pelo barulho, tais habitantes, almejavam o contato com a natureza, com a vida rural: “Em Londres, os visitantes logo se viam começando a tossir; e muitos inválidos crônicos, como John Locke, optaram por evitar completamente a cidade, para salvar seus pulmões” (THOMAS, 2010, p. 348).

A ênfase do século XVIII, era que Deus criara o campo, e o homem a cidade. Diante de todas as transformações ocorridas nesta relação sociedade-natureza, começam a surgir grupos preocupados com as questões ambientais. E iniciam-se então, os debates sobre as questões ambientais e os impactos das ações humanas sobre aa natureza (THOMAS, 2010).

Em virtude disso, a Educação Ambiental surge no “cenário contemporâneo como exigência das profundas transformações ocorridas na sociedade moderna. Desenvolver uma sensibilidade para as questões ambientais é a reivindicação constante” (CARVALHO, 2008b, p. 1). Nesta nova sociedade, busca-se apresentar aos seres humanos de forma geral, que é necessário uma mudança de atitudes e hábitos. Cada sujeito tem a sua participação e responsabilidade.

O entendimento tradicional sobre a relação sociedade/natureza desenvolvido até o século XIX, era de pólos excludentes: ser humano versus natureza, e esta era vista como uma fonte ilimitada de recursos disponível à humanidade (BERNARDES; FERREIRA, 2005).

Mediante a essa compreensão, foram elaboradas práticas através do processo de industrialização, em que a ‘acumulação’ ocorria por meio de intenso uso dos recursos naturais, causando danos à natureza e à humanidade. Entendia-se que o avanço econômico não tinha barreiras e que o progresso consistia em dominar a natureza e os homens.

---

[7]O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos [...] (ELIAS, 2011, p. 23).

Tozoni-Reis (2006) relata que o interesse com o ambiente tornou-se preocupante, quando a humanidade percebeu a ameaça pelo poder de destruição total dele, tendo como marco histórico a *bomba atômica* em Hiroshima, com (66 mil mortos) e Nagasaki com (39 mil mortos), ocorrida no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

A catástrofe ambiental, ocorrida no ano de 1952, em Londres, devido a poluição densa do ar, ceifou a vida de 1.600 pessoas. O que causou grandes discussões em outros países, o que culminou com a origem do conceito ambientalismo[8] nos Estados Unidos (DIAS, 2004).

Rosa, Mendonça e Monteiro (2015, p. 215), destacam que o aparecimento da Educação Ambiental, no campo internacional, está ligado a uma crise causada “pela expansão do modelo de desenvolvimento capitalista industrial, vivida a partir das décadas 50 e 60 do século XX”.

Em meados do século XX, entre as décadas de 1950 e 1960, o mundo começou a passar por um importante período de reorganização e a Educação Ambiental passou a ser destaque nesse processo (BERNARDES, FERREIRA, 2005).

A famosa obra Primavera silenciosa da bióloga norte-americana Rachel Carson, lançada nos Estados Unidos, descreveu e denunciou os males ambientais que ocorreram em várias partes do mundo devido à industrialização no campo. Agrotóxicos foram inseridos nas plantações, que diziam vencer as pragas, no entanto, o resultado era o solo envenenado e as águas contaminadas. A partir deste trabalho-denúncia, a temática ambiental desperta interesse e certa inquietação na política internacional (DIAS, 2004).

Bonzi (2013), Bernardes e Ferreira (2005), Dias (2004) fazem uma análise desta obra e destacam que desde a chegada dos agrotóxicos, o ser humano deixou de pensar mais sobre o valor das plantas e de outros organismos para a vida na terra, pois passou a escolher aqueles que “não servem", chamados de pragas, para extingui-los com a pulverização.

As pulverizações atingem até as árvores mais altas, instalam-se em suas folhas, matando os insetos e as folhas, quando estes caem, transformam-se em humo para o solo, contaminando as minhocas e consequentemente os pássaros que se

---

[8] Refere-se a “todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seus discursos com em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural [...]” (CASTELLS, 1999, p. 143).

alimentam destas. Isso se torna um ciclo da morte gerado pela ação dos humanos, pois os animais, peixes dos rios e mares próximos acabam morrendo, e a paisagem vai mudando com o tempo.

Carson (2013) destaca que tamanho foi o mal, que o ser humano causou, ao ambiente, que este voltou-se para ele próprio e as consequências foram as mesmas que aconteceram com os pássaros e outros animais que sofreram com convulsões e tremores causados pelo efeito desses venenos que destruíam o fígado e o sistema nervoso central, uma agonia mortal.

A autora foi alvo de muitas críticas e ataques vindos do Departamento de Agricultura e da indústria dos Estados Unidos, que tentava desqualificá-la, uma vez que, o objetivo do departamento era o crescimento econômico e a preservação da natureza não era o foco.

Barba (2011) e Bernardes e Ferreira (2005) destacam um outro fato, este, considerado outro desastre ambiental que ocorreu no Alasca em 1969, quando um navio chocou-se com um rochedo e derramou 40 milhões de litros de petróleo; o óleo contaminou quase toda a fauna da região, acarretando a morte de cerca de 250 mil pássaros marinhos, 2.800 mil lontras marinhas, 250 águias; 22 orcas e bilhões de ovos de salmão.

Já em 1984 na Índia, a cidade de Bhopal foi contaminada por gás tóxico, 10 mil pessoas morreram na hora e outras 200 mil sofreram queimaduras ou ficaram cegas. Até hoje os sobreviventes sofrem por problemas respiratórios. Foram vários desastres e milhões de vítimas, até a questão ambiental se tornar um assunto importante a ser debatido. Todos esses fatos ocorreram em lugares diferentes do planeta e causaram grandes prejuízos ambientais. E os danos à natureza só aumentam a cada ano (BERNARDES & FERREIRA, 2005).

Esses e outros desastres despertaram em algumas pessoas, em parte da humanidade o interesse pelas questões ambientais, que antes eram ignoradas.

Em virtude dos desastres ambientais que estavam despontando em vários lugares do mundo no ano de 1968, foi criado o “Clube de Roma”, formado por um grupo de 30 especialistas de diversas áreas, empresários, economistas, cientistas, diplomatas, dentre outros. Durante os encontros as discussões eram voltadas às questões sobre a crise atual e futura da humanidade. Estes encontros foram ganhando força e destaque no contexto mundial (DIAS, 2004; MACHADO, 2017).

Iniciaram um estudo detalhado sobre as questões ambientais, e, em 1972, um relatório foi preparado e publicado com o título: “Os limites do crescimento”, no qual o Clube de Roma relacionava os problemas ambientais ao crescimento desenfreado da economia e da população. O Banco Mundial reagiu, afirmando que o crescimento econômico era indispensável para o crescimento dos países que estavam em pleno desenvolvimento, e, ressaltou que era necessário um planejamento familiar e um controle da população, principalmente nos países de Terceiro Mundo (DIAS, 2004).

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO

O escocês Patrick Gueddes, considerado o pai da Educação Ambiental, em 1779, já demonstrava sua preocupação no início da revolução industrial na Inglaterra quanto às consequências, causada pelo processo de urbanização e seu impacto para o meio natural, no início da revolução industrial. O forte crescimento econômico do pós-guerra acelerou ainda mais a urbanização, e em várias partes do mundo os sinais da perda de qualidade ambiental começaram a aparecer (DIAS, 2004; TOZONI-REIS, 2006).

Dias (2004), Kist (2010) e Mendes (2019), apontam que a primeira vez que se adotou o conceito de Educação Ambiental foi numa Conferência de educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha, Reino Unido, com o objetivo de dar um aspecto educativo entre as ciências naturais e sociais, no ano de 1965. A utilização do adjetivo “ambiental”, à educação ressalta o reconhecimento da educação tradicional como uma educação não ambiental. A Educação Ambiental deveria se tornar parte primordial da educação de todos os cidadãos e seria vista como conservadora ou ecologia aplicada.

Para tanto, a Educação Ambiental auxilia-nos na compreensão do ambiente como um “conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir [...]” (CARVALHO, 2012, p. 165).

A partir de 1972, inicia-se o ciclo das Conferências mundiais sobre as questões ambientais, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com os Estados e a comunidade científica preocupados com o futuro do planeta realizam a 1ª Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, que aconteceu na capital da Suécia, no período de 05 a

16 de junho de 1972, com o objetivo de atenuar a problemática: ser humano versus natureza e avivar a consciência da humanidade referente às questões ambientais (DIAS, 2004; MERCADANTE, 2009).

Foi a primeira grande reunião planejada para tratar de questões ambientais e também a primeira ação mundial na tentativa de preservar o meio ambiente, uma vez que, a ação humana causava extensa degradação ambiental, criando enormes riscos à sobrevivência da humanidade. Nessa reunião foram propostas orientações para a capacitação de professores e desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a implementação da Educação Ambiental nos diversos países ao longo das décadas de 70 e 80. Foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), órgão responsável para tratar só da área ambiental (DIAS, 2004; MERCADANTE, 2009).

No ano de 1975, foi realizado um Encontro Internacional com o foco nas problemáticas ambientais, evento este promovido pela Organização das Nações Unidas, Ciência e Cultura (UNESCO), em Belgrado, atual Sérvia. No encontro foram produzidos princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental. A carta, um dos principais documentos produzidos na época, destacava que os recursos naturais do mundo deveriam ser utilizados com responsabilidade e de modo que atendessem a toda humanidade para que houvesse melhora na qualidade de vida.

No Brasil, nessa época não havia interesse por parte do poder público sobre a temática, pelo contrário, na Conferência de Estocolmo, seus representantes afirmaram que não se importariam com a degradação ambiental no país desde que este aumentasse seu Produto Interno Bruto (PIB) (DIAS, 2004).

Em 1977, acontece a 1ª Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia, o segundo encontro promovido pela UNESCO. Na Geórgia, constituiu-se a primeira Conferência Intergovernamental. A declaração produzida nesta reunião contém objetivos, estratégias, características, princípios e recomendações para a Educação Ambiental que foram aperfeiçoados em publicações posteriores da UNESCO de 1985 a 1989. Nesse documento encontram-se, por exemplo, recomendações para que a mesma aconteça tanto a nível de educação formal quanto de informal, envolvendo pessoas de todas as idades (MORADILLO, OKI, 2004).

Nesta Conferência foi acordado entre os países que no Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, cada país apresentaria um

relatório dos avanços e retrocessos, conquistas e dificuldades quanto à implantação da Educação Ambiental. O Brasil não apresentou o relatório porque a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e o Ministério da Educação (MEC), órgãos responsáveis por fazê-lo, não chegaram a um consenso (DIAS, 2004).

No ano de 1979, promovido pela UNESCO, o Seminário sobre Educação Ambiental para a América Latina, em San Jose, Costa Rica, no período de 29 de outubro a 7 de novembro, teve várias orientações, dentre elas: o conceito de meio ambiente e conceito e objetivo de Educação Ambiental como um processo contínuo, com constantes ajustes, promovendo uma ligação mais estreita entre os processos educacionais e a realidade, reportada a todos os grupos de idade e atividades profissionais.

A respeito do conceito de meio ambiente, Dias (2004, p. 138) afirma:

> O conceito de meio ambiente deve abranger os aspectos sociais, culturais, bem como os físicos e biológicos. Os aspectos físicos e biológicos constituem a base natural do ambiente humano. E as dimensões sociocultural e econômica definem as linhas de ênfase e os instrumentos técnicos e conceituais que habilitam o homem a compreender e usar os recursos naturais para suas necessidades.

No período de 17 a 21 de agosto de 1987, aconteceu mais uma Conferência, que destacou-se das demais por criar um quadro teórico-metodológico para a concretização da Educação Ambiental, sugerindo uma reorientação do processo educacional. Entre os objetivos dessa Conferência estava um plano de ação para a implementação da Educação Ambiental ao longo da década de 90. No evento, os países apresentaram os relatórios sobre a Educação Ambiental (DIAS, 2004; MENDES, 2019; MORADILLO, OKI, 2004).

Dias (2004, p. 152) relata que entre os itens destacados a serem desenvolvidos estava o treinamento de pessoal com o objetivo de “promover treinamento aos docentes em serviço e aos docentes em processo de formação”.

O documento oficial do Congresso de Moscou causou uma certa polêmica quanto à forma que foi dada aos problemas ambientais dos países pobres. De acordo com o documento, em muitos países em desenvolvimento, a pobreza era o principal problema por causar a degradação dos recursos naturais, uma vez que, ao procurarem abrigo as pessoas causavam a destruição do equilíbrio. No entanto, Dias (2004, p. 156) destaca que não podemos aceitar esse discurso tendencioso, “não

podemos aceitar que o problema básico das nossas mazelas ambientais seja a pobreza”.

A poluição industrial uma grande ameaça à qualidade do meio ambiente, a chuva ácida, o aquecimento da Terra causado pelo Efeito Estufa, o ambiente aquático que continua sendo contaminado por esgotos domésticos e pelas indústrias, dentre outros, são alguns dos problemas ambientais que o Planeta enfrenta. Todos esses problemas e outros mais não são resultados ou causados unicamente pela pobreza, mas pela junção de vários fatores, inclusive a situação socioeconômica, tão desigual no mundo.

As questões ambientais no Brasil conforme Porto-Gonçalves (2018) e Loureiro (2004), iniciaram-se num período em que o Brasil encontrava-se inserido no contexto militar, era a ditadura militar. Os autores destacam que, o debate ambiental se consolidou no Brasil muito mais devido à pressões internacionais do que pelos movimentos ambientais nacionalmente instituídos.

No ano de 1977 a Secretaria Especial do Meio Ambiente cria um grupo com a meta de elaborar um documento sobre Educação Ambiental, com o objetivo de definir o papel no contexto da realidade socioeconômico-educacional brasileira; a disciplina de Ciências Ambientais torna-se obrigatória nos curso de engenharia, nas universidades; e cria-se cursos com enfoque na área ambiental em diversas universidades brasileiras (DIAS, 2004).

A Educação Ambiental foi formalmente instituída no Brasil, a partir da criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), definida através da Lei Federal nº 6938, sancionada em 31 de agosto de 1981, pelo presidente João Figueiredo (DIAS, 2004; ROSA, MENDONÇA, MONTEIRO, 2015).

Apesar de não ser uma lei específica de Educação Ambiental têm nessa atuação um de seus dez princípios. A necessidade do Estado ser o principal agente ambiental condutor da Educação Ambiental, sua função foi fortalecida na Constituição de 1988. A partir de então secretarias e departamentos de Educação Ambiental se organizam nos três níveis: federal, estadual e municipal (BARCHI, 2016). No entanto, nesse período houve a destruição de uma grande área florestal, com o enfoque no desenvolvimento, conforme mencionado por Dias (2004, p. 41):

> Desencadeado pelo governo federal o ‘desenvolvimento’ de Rondônia e áreas de Mato Grosso. Em dois anos foram destruídos dois milhões de hectares de florestas nativas e produzidos conflitos fundiários e sociais muito graves. O Banco Mundial foi acusado pela crítica internacional de ter financiado a maior catástrofe ambiental induzida dos nossos tempos.

A falta de interesse do governo brasileiro com as questões ambientais fica evidente quando é autorizada a derrubada de dois milhões de hectares de floresta. As autoridades e instituições de vários países já expressam sua preocupação quanto aos cuidados que devia-se tomar quanto ao uso sem controle do meio ambiente.

O Parecer 226/87, aprovado com unanimidade no dia 11 de março de 1987, no Plenário do Conselho Federal de Educação (MEC), julgou necessária a inserção da Educação Ambiental no conteúdo das escolas de 1º e 2º Graus (atualmente Ensino Fundamental e Médio). Em 1989 é criado o órgão Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), com o objetivo de coordenar a política de meio ambiente. E apenas no ano de 1991 através da Portaria 678 do MEC, do dia 14 de maio de 1991, fica decidido que “os sistemas de ensino, em todas as instâncias, níveis e modalidades, contemplem nos seus respectivos currículos, entre outros, os temas/conteúdos referentes à Educação Ambiental” (DIAS, 2004, p. 49).

Durante todo o período de organização da Educação Ambiental no Brasil, a má vontade para com o desenvolvimento desta é notória. O IBAMA, no período dos três primeiros anos iniciais teve oito presidentes. A rotatividade e o pouco investimento no setor prejudicam a execução dos projetos ambientais no Brasil (DIAS, 2004).

A Conferência Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Cúpula da Terra, Rio-92, e Eco - 92 ocorreu no período de 03 a 11 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil e foi preparada uma grande estrutura para receber as delegações dos outros países. A segurança contava com 15 mil soldados, tanques blindados, helicópteros, 90 estações para intérpretes, 5.200 estações de escuta para fones, dentre outros, para que o evento transcorresse conforme planejado (DIAS, 2004).

Neste mesmo período, também no Rio de Janeiro, aconteceu o Fórum Global. Mendigos e meninos de rua foram recolhidos, e também os canhões apontados para as favelas. A Eco-92, foi um acontecimento bipartido, pois, no Riocentro acontecia a Cúpula da Terra, onde acordos internacionais foram definidos; enquanto que no Aterro

do Flamengo, ocorria o Fórum Global, que envolveu as ONGs e movimentos sociais (OLIVEIRA, 2015).

O autor menciona que, a estrutura que foi preparada para os dois eventos foi um momento em que o Brasil retirou das ruas, meninos e adultos moradores de rua e conseguiu maquiar a realidade da cidade do Rio de Janeiro, evitando assim que o Mundo conhecesse sua real situação; como as desigualdades sociais, econômicas e falta de segurança, quando. Acordos foram firmados, com o objetivo de resolver questões ambientais, porém, é importante destacar a participação do Banco Mundial, que tem grande interesse não na resolução das questões ambientais, sejam elas sociais ou ambientais, mas seu maior interesse é que tais situações, não interfiram no crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Abaixo são descritos os documentos oficiais produzidos na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, conforme Oliveira (2015, p. 9):

> [1] Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [2] Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; [3] A Convenção sobre Diversidade Biológica, ou apenas "Convenção sobre / da Biodiversidade"; [4] a "Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas", ou simplesmente, a Declaração sobre as Florestas; e [5] a Agenda 21. [...], também foram produzidos trabalhos como "Nossa Agenda", da América Latina e Caribe, e os Relatórios Nacionais dos países participantes.

A Rio-92 foi um evento importante e marcante pois traçou objetivos e metas a serem alcançados pelos países dispostos a colaborar com a melhor gerência dos recursos naturais.

Do mesmo modo, destaca-se o I Encontro Nacional dos Centros de Educação Ambiental que aconteceu no período de 07 a 09 de dezembro de 1992, em Foz do Iguaçu-PR. O evento contou com a participação "de coordenadores pedagógicos, técnicos dos Centros de Educação Ambiental e dos departamentos do MEC nos Estados, técnicos das secretarias de educação (estaduais e municipais) e das universidades (federais e municipais)" (DIAS, 2004, p. 172). O objetivo desse encontro foi discutir as propostas pedagógicas e metodológicas para qualificação e atividades a serem executadas nos Centros. Algumas recomendações foram propostas nesse encontro.

Com crescente preocupação mundial com as mudanças climáticas, no ano de 1992, na ECO 92 (Rio 92), foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), que resultou na Conferência das Partes (COP), (órgão superior desta convenção). A Conferência das Partes, COP I aconteceu em Berlim, e desde então, ocorreu anualmente e tornou-se parte da agenda política internacional auxiliando na implantação de políticas públicas voltadas para as mudanças climáticas. Dentre as medidas realizadas e propostas pela COP, destaca-se o Protocolo de Quioto[9], criado durante a COP 3 no Japão, em 1997 (DIAS, 2004; MENDES, 2019).

No ano de 1997, foram sistematizados princípios e diretrizes da Educação Ambiental. Já no ano de 2012, no Rio de Janeiro, aconteceu a Rio+20, que foi considerada apenas como uma Conferência de Revisão. Chega-se à conclusão de que metas e planos traçados não foram alcançados. Criou-se um slogan “economia verde”, no qual “o conceito envolve principalmente a ideia de uma economia de baixo carbono, mas também a perspectiva de uma redução na intensidade do consumo de recursos naturais” (BRASIL, 2012b, p.130). O documento conclusivo da Rio+20 foi constituído de um protocolo de intenções com 283 artigos.

Os países industrializados (os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa) deveriam diminuir sua emissão, em pelo menos 5%, num período definido de 15 anos, porém, o Protocolo de Quioto só entrou em funcionamento no ano de 2005, na COP 11, no Canadá.

Os Estados Unidos, líder do ranking de países mais poluidores, no entanto, se contrapôs confirmar o documento, alegando que tal ação prejudicaria o desenvolvimento da nação. E, ainda vêm tentando envolver todos os países com iguais responsabilidades, alegando que o problema ambiental é de todos (MACHADO, 2018; ONU, 1995; PORTO-GONÇALVES, 2018).

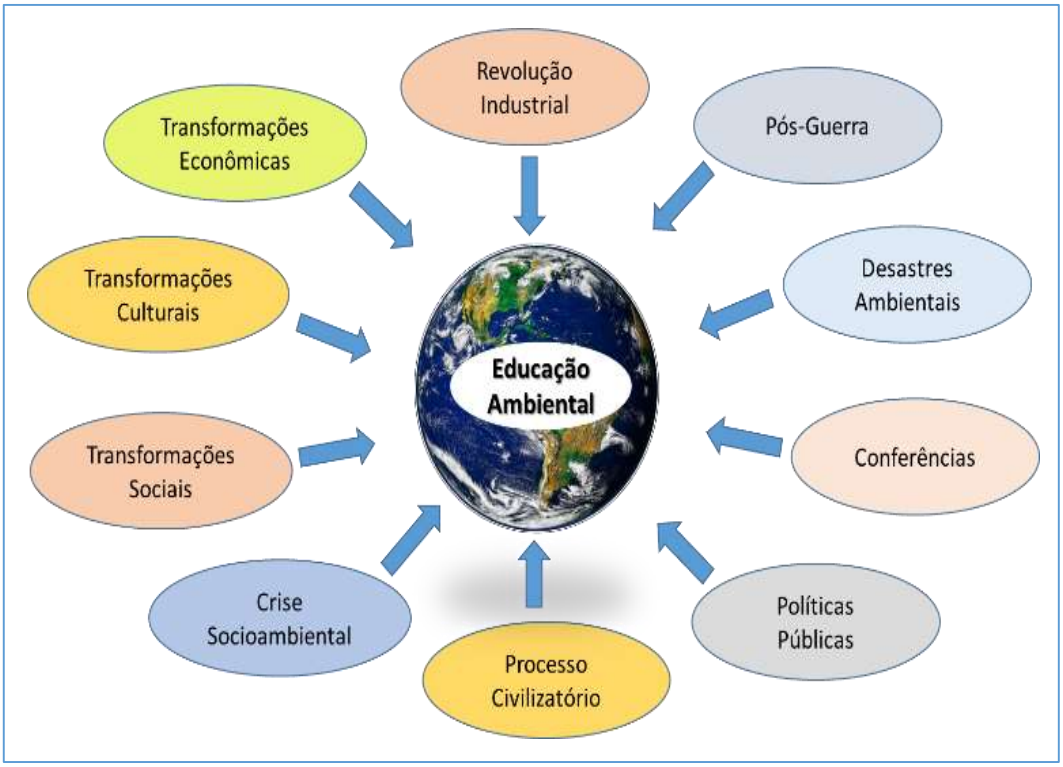
É pertinente destacar que das 23 COP realizadas a que teve grande fracasso, no que tange à ciência, quanto a mudança climática, foi a COP 15, realizada em Copenhague, com a participação de mais de cem dirigentes globais, houve muitos impasses diplomáticos, e apesar desses impasses, os países como Brasil, Estados Unidos, China e índia, assinaram o compromisso de buscar medidas que colaborassem com a redução dos gases de efeito estufa, houve avanços políticos.

---

[9] Protocolo que definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

As entidades internacionais governamentais, através da intervenção da ONU, buscam medidas para resolverem a degradação ambiental. Vários programas, leis, comissões foram criados, mas pode-se perceber que as discussões permanecem intensas e até o momento sem uma solução imediata, uma vez que, muitos interesses econômicos estão envolvidos nesse processo. Observa-se na Figura 1, uma síntese das transformações mundiais ocorridas, claro que não se restringe à estas apenas. Destaca-se o que foi perceptível na pesquisa:

Figura 1 – Transformações Mundiais na sociedade



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Dias (2004).

Diante disso, a Educação Ambiental surge nesse cenário como uma opção de intervenção para proporcionar um equilíbrio na relação sociedade e natureza. No tópico seguinte abordar-se-á essa discussão.

No Brasil, a Lei nº 10.172, de 2001, instituiu o Plano Nacional de Educação – (PNE) com a finalidade de caracterizar a Educação Ambiental como um tema transversal, ou seja, como temática a ser desenvolvida a partir de uma prática educativa integrada, contínua e permanente, conforme indicado pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001).

Rosa, Mendonça e Monteiro (2015) destacam que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi resultado do processo de leitura da Constituição Federativa do Brasil que teve como responsabilidade a promoção da Educação Ambiental e a conscientização em favor da conservação e preservação é destinada ao poder público, e tornou-se um componente essencial da educação nacional:

> Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

A lei define também o papel e as funções do poder público envolvido na gestão da educação e do meio ambiente no seu campo de atuação, como também dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das organizações não governamentais com atuação em Educação Ambiental. Logo após a promulgação desta Lei foi criada no MEC, a Coordenação Geral de Educação Ambiental – (CGEA) e no Ministério do Meio Ambiente, a equipe administrativa de Educação Ambiental, autoridade de execução da PNEA (SORRENTINO, *et al*., 2005).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), foi criado nos anos de 2003 e 2004, é o documento orientador para implementação das políticas públicas de Educação Ambiental e muitos outros projetos; ações foram organizadas e implementadas pelo governo e pela sociedade civil a partir desse programa (MACHADO, 2018).

Nas ações estruturantes é possível destacar a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola (COM-VIDA), e Coletivos Jovens (CJ), Conselhos Jovens de Meio Ambiente (CJ), caracterizados por serem coletivos informais e autônomos, compostos por jovens lideranças de 18 a 25 anos. E também a Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), estabelecida aos estudantes com o principal objetivo de alertar o Brasil para os problemas ambientais presentes em nosso cotidiano; envolver toda a comunidade escolar e comunidade em geral para debater sobre as questões ambientais (MORAIS, 2018).

A Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (I CNIJMA), aconteceu no ano de 2003, com a temática “Vamos Cuidar do Brasil”. Buscou discutir

problemas locais e globais referentes às questões ambientais e também sobre as políticas públicas, meio ambiente e educação. Contou com a participação de 15.452 escolas e o resultado desta Conferência foi a carta “Jovens Cuidando do Brasil” e a mobilização do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, desenvolvido pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC, com enfoque na formação de professores e estudantes das escolas participantes da primeira Conferência (MACHADO 2018; MORAIS, 2018).

No ano de 2005, em Brasília aconteceu a II CNIJMA, nesta houve aumento significativo da participação de escolas, tendo um total de 11.475. A temática foi “Vamos Cuidar do Brasil – Vivendo a diversidade”. Novamente foi intensa a participação da comunidade escolar. As discussões foram direcionadas para as seguintes questões ambientais: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial. O resultado final foi a “Carta de Responsabilidade”, na qual os jovens assumem nove responsabilidades, dentre elas, a diminuição da produção de lixo praticando os 5 Rs: Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar, outros (MORAIS, 2018).

A III CNIJMA ocorreu em 2009, trouxe a temática Mudanças Climáticas, com o intuito de pesquisar, estudar e debater nas escolas as alternativas civilizatórias e societárias para as mudanças ambientais globais” e envolveu 11.631 escolas. Os produtos finais foram: “Carta da Responsabilidade para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais” e materiais de Educomunicação.

Já no ano de 2013, foi realizada a IV CNIJMA, com o tema: *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis.* O objetivo era fomentar a discussão da transição das escolas para Espaços Educadores Sustentáveis, tendo a discussão nos eixos do currículo, da gestão e da estrutura física, com a participação de 16.538 escolas.

A V CNIJMA iniciou-se em junho de 2017 e concluiu-se em 21 de junho de 2018, com a temática “Vamos Cuidar do Brasil cuidando das Águas”. Desde a criação da CNIJMA, os Estados brasileiros e o Distrito Federal, são os responsáveis pelas Comissões Organizadoras Estaduais (COE), que tem como objetivo organizar as Conferências, com a função de divulgação e mobilização das escolas da rede estadual, municipal, e privada de ensino; e desenvolver suporte para realização da Conferência (BRASIL, 2004, MORAIS, 2018).

Assim, podemos destacar como ponto fundamental para a compreensão e promoção da Educação Ambiental na escola, o trabalho da “COM-VIDA” no contexto escolar.

Em 2003, aconteceu a Conferência Nacional do Meio Ambiente em duas versões: adulta e jovem e contou com a participação de 16 mil escolas. Os jovens delegados e delegadas da Conferência fizeram uma carta em que pedem a criação de conselhos jovens e Agendas 21 nas escolas como meios de participação em apoio e defesa ao meio ambiente, sendo assim definida:

> A COM-VIDA é uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade. [...] O principal papel da COM-VIDA é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Por isso, a COM-VIDA chega para somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todas as disciplinas (BRASIL, 2004, p. 9)

Assim, as COM-VIDAS foram se efetivando como um Programa que busca o envolvimento da escola e também da comunidade local, na qual a escola está inserida (BRASIL, 2004).

É uma outra possibilidade de criar na escola o envolvimento de estudantes, professores, dos gestores, da comunidade geral para realização das metas propostas, soluções para as questões mais diversificadas da atualidade local, almejando um futuro melhor (BRASIL, 2004).

A COM-VIDA é uma ação política que acontece dentro das escolas, com a participação da comunidade nas quais estão inseridas. A Educação Ambiental torna-se um elo entre a escola e a comunidade. As discussões, palestras e envolvimento da comunidade nos projetos são ações que buscam uma maior conscientização sobre a realidade socioambiental. Envolve a equipe escolar e parceiros externos que queiram contribuir com as ações propostas pela COM-VIDA na escola (BRASIL, 2004).

3.3 CONCEITUAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo de construção do conceito de Educação Ambiental esteve relacionado ao conceito de meio ambiente e este era entendido, com enfoque limitado a seus aspectos naturais. Sendo assim, não permitia observar a relação mútua, nem a cooperação das ciências sociais e outras ao entendimento e melhoramento do ambiente (DIAS, 2004).

Para Guimarães (2004), a definição para os conceitos de natureza ou meio ambiente, se definem como um conjunto de elementos vivos e não vivos que constituem o planeta Terra. E todos esses elementos se inter-relacionam e sofrem influência em um equilíbrio dinâmico.

Para Tozoni-Reis (2004, p. 147) Educação Ambiental é:

> [...] dimensão da educação, é atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental.

A Educação Ambiental como atividade de interação dos seres humanos com a natureza, é uma prática educativa que tem por objetivo de uma relação socioambiental.

Dias (2004), a define como um processo através do qual os seres humanos entendam como o ambiente funciona, o quanto necessitam dele, e também como o prejudicam com certas ações, e por último como proporcionar a sustentabilidade[10] do mesmo.

Já, Maia (2015), a caracteriza como um processo que recupera valores que foram extraviados, perdidos na relação histórica da humanidade com o meio natural. Esta educação acontece quando ações humanas beneficiam a integração do indivíduo com o ambiente, em busca da superação da dicotomia e divisão entre sociedade e natureza.

Dias (2004) destaca que para entender a questão ambiental é necessário inserir suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Uma vez que, analisá-la

---

[10] Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉZÁROS, 2007, p.190).

apenas do ponto de visto ecológico, seria realizar um reducionismo perigoso, e não apareceriam o que ele chama de mazelas sociais: como a fome, miséria, concentração de renda, corrupção, falta de moradias, dentre outras; e tais mazelas são consequências de um modelo de desenvolvimento econômico que objetiva, somente a exploração imediata, constante e gradual dos recursos naturais e das pessoas.

Destaca, ainda, que uma pequena parcela da sociedade dispõe dos benefícios, do lucro. E compartilham com toda a sociedade os custos que é a degradação dos recursos naturais e a dimensão política está inserida em tudo. Nesse sentido, cabe à Educação Ambiental incentivar a participação comunitária e assim intervir no processo político.

Trein (2012, p. 296) destaca que essas questões tornaram-se mais aguçadas a partir da década de 70 do século XX, “quando a crise econômica, social e ambiental” intensificou-se e “foi percebida como articulada em todas estas dimensões o que não nos permitia mais tentar superá-la em apenas um aspecto.”

Até aquele momento a dimensão ambiental quase não era discutida nem tão pouco avaliada, uma vez que, a humanidade pensava que a natureza era “inesgotável”, e aderia à sua exploração não apenas como objeto mas também como fonte de matérias primas para manter o projeto de desenvolvimento econômico, fundamentalmente em duas vertentes, ou seja, a produção e o consumo.

Nesse contexto, enquanto parte de um movimento ecológico, a Educação Ambiental caracteriza-se pela “compreensão holística do mundo e defende a construção de relações ambientalmente justas com a natureza e entre os seres humanos” (CARVALHO, 2012, p. 40).

Surge então, a preocupação da sociedade com o futuro da vida humana e com a qualidade da existência das gerações presentes e futuras. Percebeu-se que os recursos naturais eram finitos, e o uso incorreto dos mesmos causaria o fim da existência humana. Diante de tal situação, era imprescindível que houvessem mudanças nas ações da humanidade em relação à natureza. Bernardes e Ferreira (2012) destacam que ocorreu uma Revolução Ambiental e que foi um dos movimentos sociais mais importantes dos últimos anos.

Tozoni-Reis (2006), Rosa, Mendonça e Monteiro (2015, p. 215), relatam que o aparecimento da Educação Ambiental no campo internacional, está ligado à uma crise causada “pela expansão do modelo de desenvolvimento capitalista industrial,

vivida a partir das décadas de 50 e 60 do século XX". Destacam que a Revolução Industrial, no final do século XVIII causou uma grande transformação, uma vez que o novo modelo de produção ocasionou o desenvolvimento econômico e científico num ritmo intenso.

Compartilhando com as ideias dos autores acima mencionados, compreende-se que a preocupação com a questão ambiental ao longo de décadas, tem sido discutida, visando o equilíbrio na relação sociedade e natureza. Percebeu-se que os recursos naturais não eram ilimitados e que a ação da humanidade na natureza deveria ser repensada.

Com o avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos, possibilitou-se o aumento significativo do uso dos recursos naturais e do consumismo por parte da sociedade. Devido ao modo de vida e padrões exigidos na sociedade atual. É válido destacar que o sistema econômico capitalista tem grande parcela de contribuição na destruição da natureza, uma vez que, é o que mais utiliza e destrói os recursos naturais.

A Educação Ambiental, conforme Sauvé (2005a), tem por objetivo instigar ações sociais, no âmbito local, e subsequente "em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais [...]". A autora enfatiza quão importante é entender o objeto da Educação Ambiental na relação ser humano-natureza, cuja interação ocorre nos vários modos de apreender o meio ambiente.

Conforme relato descrito anteriormente, as Conferências e encontros internacionais contribuíram para o acréscimo do debate referente à dimensão ambiental e da Educação Ambiental, como um meio para conscientizar sobre os impactos da ação humana devastadora sobre a natureza e o meio ambiente, envolvendo a qualidade de vida de gerações atuais e das próximas. Neste contexto, as práticas educativas exercidas pelos professores são baseadas em ações que atendam aos objetivos de determinada tendência de Educação Ambiental.

Sauvé (2005b), apresenta quinze (15) tendências em Educação Ambiental, como segue, explicitado no Quadro 5, um breve resumo. O conceito de corrente utilizado pela autora refere-se de maneira geral ao fazer e ao realizar a Educação Ambiental, como a mesma acontece.

Quadro 5 – Tendências em Educação Ambiental

Correntes	Concepções do Meio Ambiente	Objetivos da Educação Ambiental	Exemplo de estratégias
Naturalista	Natureza	Reconstruir uma ligação com a natureza.	Estudo do meio; itinerário ambiental; leitura de paisagem.
Conservacionista/ recursista	Recurso	Adotar comportamentos de conservação ou habilidades relativas à conservação.	Guia ou código de comportamento; "Auditoria" ambiental;
Resolutiva	Problema	Desenvolver habilidades de resolução de problemas: do diagnóstico a ação.	Estudos de casos; análise de situações problema.
Sistêmica	Sistema	Desenvolver o pensamento sistêmico: análise e síntese para uma visão global. Compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas.	Estudos de casos; análise de sistemas ambientais.
Científica	Objeto de estudo	Adquirir conhecimentos em ciências ambientais. Desenvolver habilidades relativas à experiência científica.	Estudo de fenômenos; - observação; - demonstração; - experimentação
Humanista	Meio de vida	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele. Desenvolver um sentimento de pertença.	Estudo do meio -Leitura da paisagem - Itinerário ambiental
Moral/ética	Objetos de valores	Dar prova do ecocivismo. Desenvolver um sistema ético.	- Análise de valores; - Definição de valores - Crítica de valores
Holística	Total Todo O ser	Desenvolver as múltiplas dimensões do seu ser em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente. Desenvolver um conhecimento "orgânico" do mundo e um atuar participativo em e com o meio ambiente.	Exploração livre; Oficinas de criança; integração de estratégia complementares;
Biorregionalista	Lugar que pertença. Projeto comunitário.	Desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional.	Exploração do meio Projeto Comunitário? Criação de ecoempresas
Práxica	Cadinho de ação/reflexão	Aprender em, para e pela ação. Desenvolver competências de reflexão.	Pesquisa-Ação
Crítica	Objeto de transformação. Lugar de emancipação	Desconstruir as realidades socioambientais visando transformar o que causa problema.	Análise de discurso, estudo de casos, debates, pesquisa-ação
Feminista	Objeto de solicitude	Integrar os valores feminista à relação com o meio ambiente.	Estudo de caso; imersão; Oficina de criação;
Etnográfica	Território Lugar de identidade Natureza/cultura	Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura. Aclarar sua própria, cosmologia. Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.	Contos, narrações e lendas; estudo de caso; Imersão.
Ecoeducação	Pólo de interação para a formação pessoal. Cadinho de identidade.	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e forma-se em e pelo meio ambiente. Construir uma melhor relação com o mundo.	- Relato de vida - Exploração - Alternativas - Escuta sensível - Alternância subjetiva/objetivo - Brincadeiras
Projeto de desenvolvimento sustentável	Recursos para o desenvolvimento econômico. Recursos compartilhados.	Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente. Contribuir para esse desenvolvimento.	Estudo de casos; -Experiência de resolução de problemas.

Fonte: SAUVÉ, 2005b, p. 40-42.

As tendências mencionadas são divididas em dois grupos: as sete primeiras são caracterizadas como de tradição mais antiga, foram dominantes entre as décadas de 1970 e 1980, são elas: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética. As demais são caracterizadas como tendências mais recentes, sendo elas: holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação e da sustentabilidade. Cada uma possui suas especificidades, divergências e convergências entre si (SAUVÉ, 2005b).

As dimensões diversificadas referentes à Educação Ambiental são importantes para melhor aprofundamento e conhecimento do campo ambiental. Deste modo, Carvalho (2008b, p.18) destaca que: a “interseção entre os campos ambiental e educativo constitui a Educação Ambiental.” E isto acontece na escola através de projetos e práticas educativas ambientais, em diversos ambientes e com as interações sociais. A Educação Ambiental, ao longo de todo o seu processo de construção, refere-se às práticas ambientais, e o educador ambiental tem uma participação atuante.

Layrargues (2004, p. 7), menciona que a Educação Ambiental é:

> [...] é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental (grifo do autor).

Diante das possibilidades de envolvimento da escola juntamente com a comunidade local, a Educação Ambiental surge para contribuir com a formação de sujeitos conscientes de sua responsabilidade ambiental.

Carvalho (2008a, p. 13) ressalta que a “Educação Ambiental enquanto prática educativa, integra um conjunto de relações sociais que se constitui em torno da preocupação com o meio ambiente e que poderíamos chamar de campo ambiental”.

Por conseguinte, a Educação Ambiental envolve relações sociais. A parceria da comunidade local com a escola tende a realizar ações voltadas para o campo ambiental com resultados benéficos, significativos e duradouros para todos os envolvidos.

Carvalho (2008b, p. 1), pontua que a Educação Ambiental “[...] aparece no cenário contemporâneo como exigência das profundas transformações ocorridas na sociedade moderna. Hoje, desenvolver uma sensibilidade para as questões ambientais é a reivindicação constante das propostas curriculares [...]”.

Sendo assim, a próxima seção trata das características do educador ambiental identificado em alguns casos com traços identitários do sujeito ecológico.

4 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO E AS PRÁTICAS DOS EDUCADORES AMBIENTAIS

Esta seção aborda a formação, caracterização e constituição do sujeito ecológico, bem como as práticas educativas do educador ambiental.

4.1 FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

Na obra da “Fenomenologia da Percepção”, Merleau-Ponty (1999) entende que o sujeito no mundo é identificado como um corpo que sente e que percebe, sendo o mesmo caracterizado como uma unidade perceptiva viva. De acordo com o filósofo, o "corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 122).

É através da percepção e de um sistema sensorial que conhecemos o mundo. É a percepção[11] que absorve o mundo no qual corpo/sujeito está posto, inserido e este percebe a realidade, que é o mundo vivido.

Para Merleau-Ponty (1999, p. 142) o destaque está para o movimento do corpo-razão, é um ver vendo; perceber, percebendo: “Ser uma consciência, ou, antes, ser uma experiência, é comunicar-se interiormente com o mundo, com o corpo e com os outros, ser com eles em lugar de estar ao lado deles”.

Merleau-Ponty (1999) destaca que a Fenomenologia da Percepção oferece a condição de compreender o ser humano, o mundo sendo aberto aos fatores existenciais diante da compreensão que temos da realidade cuja condição se estabelece diante do real e da reflexão da aprendizagem que se apresenta na vida humana, sendo necessária diante das condições que nos cercam

Neste lugar de comunicar-se com o mundo e com os outros, faz-se necessário inserir este sujeito/corpo no contexto desta pesquisa, que é o campo ambiental. Deste modo, destaca-se que a atenção dada às questões ambientais tem aumentado nas últimas décadas e algumas pessoas e/ou grupos no seu cotidiano, chamam a atenção por mostrarem um novo jeito de ser, um novo estilo de vida, crenças e valores que os

---

[11] “Aquele que percebe não está desdobrado diante de si como uma consciência deve estar, ele tem uma espessura histórica, retoma uma tradição perceptiva e é confrontado com um presente” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 318).

diferencia no modo de pensar sobre si, a sua relação com o ambiente e com os demais seres. Um modo de ser ecológico (CARVALHO, 2013).

São pessoas ou grupo de indivíduos que no seu cotidiano visam o cuidado com o ambiente no qual estão inseridos priorizando um modo de vida mais saudável, simples e com menos ou nenhum impacto ambiental, não se identificam com uma sociedade descartável "[...] em que os bens são produzidos não para atender às necessidades humanas de sobrevivência, mas têm a utilidade definida no domínio do valor de troca [...]" (LOUREIRO, 2004, p. 94).

A decisão, por exemplo, pela escolha de alimentos naturais em oposição aos industrializados; pelo uso do meio de transporte com menos ou nenhum impacto ambiental; pelo uso de sacolas plásticas quando se vai ao supermercado; pela preferência de roupas de fibra de algodão à sintética; por uma vida mais simples, dentre outros, são comportamentos realizados espontaneamente por pessoas que sentem-se bem, com um estilo de vida simples e natural, mesmo sabendo que suas ações pontuais são insuficientes para resolver todas as questões ambientais que o planeta Terra vem sofrendo; e tais pessoas são identificadas como ecológicas (CARVALHO, 2013).

Há dois grupos distintos de pessoas que se identificam com as questões ambientais, conforme apresentado pelo teórico Castells (1999). O autor identifica e caracteriza o primeiro grupo como movimento ambientalista[12], que neste contexto dá destaque para as questões ambientais que ocorrem através do trabalho e envolvimento coletivo, com enfoque na preservação e conservação ambiental.

Já o segundo grupo, é chamado de movimento ecológico que possui um: "conjunto de crenças, teorias e projetos que contemplam o gênero humano como parte do ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema [...]" (CASTELLS, 1999, p. 143). As ações deste movimento são mais radicais e com ações individuais mais pontuais, busca-se um equilíbrio entre a ação humana e o ambiente.

Deste modo, a professora Isabel Cristina de Moura Carvalho em 2001, apresenta a categoria do sujeito ecológico em sua tese de doutorado intitulada: "A invenção do sujeito ecológico: sentido e trajetórias em Educação Ambiental", pela

[12] "[...] refere-se a todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seus discursos com em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural [...]" (CASTELLS, 1999, p. 143).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este sujeito possui características que o insere no movimento ecológico.

O sujeito ecológico é possuidor de uma variedades de traços, valores e crenças e pode ser descrito com demasiadas especificidades:

> Um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heroico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda mas protagonista de um novo paradigma político existencial; em sua versão *new* age é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão ortodoxa, onde é suposto aderir a um conjunto de crenças básicas, uma espécie de cartilha – ou ortodoxia – epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la (CARVALHO, 2001, p. 188).

As pessoas com atributos do sujeito ecológico, seguem um modo de vida cauteloso de se relacionar com os seres humanos e não humanos, além disso, possuem responsabilidade, cuidado e solidariedade com o meio no qual estão inseridas, possuem uma postura permanente, seus valores e suas crenças são firmes e definidos:

> Tem características e ideais ecologicamente bem definidos, que reconhece a importância de preocupar-se com as questões ambientais, que influencia a outros pelo seu cuidado, zelo, atitudes, valores e ações ecológicas. O sujeito ecológico é incorporado por pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas (CARVALHO, 2013, p. 115).

As características apresentam diversas especificidades individuais e são caracterizadas pela dimensão ecológica como “um espírito de cuidado, responsabilidade e solidariedade com o ambiente; que pode ser assumida por indivíduos ou grupos e também pelas instituições como a escola” (CARVALHO, 2013, p. 115).

> O sujeito ecológico é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo com um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, **os educadores ambientais** e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados (CARVALHO, 2012, p. 65, grifo nosso).

Este sujeito tem uma compreensão ampla de sua atuação no ambiente no qual está inserido e busca de forma atuante realizar e lutar por seus ideais e valores, sendo

motivador e incentivador para que outros também busquem tal modo de vida, visando o bem comum da humanidade bem como de todos os seres:

Nesta definição, percebe-se que o sujeito ecológico vai se constituindo aos poucos por meio de atitudes, comportamentos orientados e valores ecológicos que vão se expandindo em sua vida, a partir de experiências vividas. E o educador ambiental é um sujeito que pode constituir os traços ideais do sujeito ecológico.

É importante destacar que a autora menciona atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, uma vez que, as atitudes referem-se às decisões e à posição do sujeito no mundo. Em relação ao comportamento, este pode ser apenas imediatista, em alguns momentos, conforme afirma Carvalho (2012, 182):

> [...] muitas vezes, as atividades de EA ensinam o que fazer e como fazer certo, transmitindo uma série de procedimentos ambientalmente corretos. Mas nem sempre garante a formação de uma atitude ecológica, isto é, de um sistema de valores como relacionar-se com o ambiente, sistema que será internalizado com uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos do sujeito na escola e em outros espaços e circunstâncias da vida. Quando o sujeito numa perspectiva individualista pensa apenas em atender a sua localidade de atuação, sem se importar com o que acontece em outras sociedades e no global.

Esta atitude ecológica é uma característica que define o sujeito ecológico, pois este sujeito possui uma postura e conduta moral e práticas cotidianas sendo elas individuais ou coletivas bem definidas e incorporadas.

O ambiente de atuação do sujeito ecológico é identificado como campo ambiental, “com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que confiram um universo social particular” (CARVALHO, 2008b, p. 7).

Assim, a noção de campo social apresentada por Bourdieu (1989) caracteriza-se como um espaço que norteia o espaço estruturado em campos específicos que giram em torno de eixos que se tornam estruturantes diante das relações objetivas buscando o processo de autonomia.

Esse entendimento de campo social refere-se a um “espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar [...]” (CARVALHO, 2008b, p. 7). E neste campo ambiental a autora buscou compreender “as motivações, os argumentos, os valores, ou seja,

aquilo que constitui a crença específica que sustenta um campo” (CARVALHO, 2008b, p. 7).

Entre os traços que integram o sujeito ecológico, Carvalho (2001, 2008) aponta a categoria profissional-militante, inserida no valor da militância. E quem integra essa categoria, é identificado como ser militante que “não remete necessariamente ao vínculo orgânico partidário ou a uma grande narrativa ideológica, como se dá em outros modelos de militância” (CARVALHO, 2001, p. 206).

Neste campo ambiental com demasiadas transformações, este ser militante possui “experiências menos atreladas à organizações partidárias-ideológicas e mais voltadas a uma militância de ideias e princípios” (CARVALHO, 2001, p. 207). E nesta categoria de profissional-militante, o enfoque central da postura deste sujeito é a “coerência entre o ser e o fazer” (CARVALHO, 2001, p. 212).

Este sujeito possui uma responsabilidade pessoal com um “[...] imenso ideário político-existencial que reúne sensibilidades políticas emancipatórias, estéticas e afetivas [...]” (CARVALHO, 2001, p. 207).

Ações políticas são uma dimensão da militância ecológica e as mesmas também estão vinculadas às dimensões da vida individual e coletiva. E tais dimensões referem-se às práticas materiais do dia a dia e às condutas morais pertinentes ao sujeito ideal ecológico (CARVALHO, 2001).

A respeito da ação política tomamos como base as ideias de Sorrentino (2005) em que a palavra política, significa limite e origina-se do grego “*polis”* que se refere ao muro que demarcava a cidade do campo. E só tempos mais tarde, passou-se a atribuir a *Polis* o que estava contido dentro do interior dos muros.

Barba e Pereira (2015) descrevem que na antiga Grécia, a *Pólis* era o local separado para debate da relação entre os sujeitos e a execução do meio social. “Na questão ecológica, a política faz parte da condição da vida na busca pela compreensão do mundo” (BARBA, PEREIRA, 2015, p. 67). O sujeito da ação política conforme Carvalho (2001, p. 189) é:

> [...] aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. A palavra política é entendida em seu sentido mais amplo, como o viver e interferir em um mundo coletivo

As sensibilidades emancipatórias objetivam a mudança na forma de compreender, de viver e conviver e de fazer política. A ideia de transformações

radicais envolve uma nova sociedade bem como um novo sujeito “que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e de alma, ou seja uma reconstrução do mundo, incluindo o mundo interno e os estilos de vida (CARVALHO, 2008b, p. 146).

Assim, para Loureiro (2004, p. 32) é necessário ocorrerem ações emancipatórias que "impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais”. De acordo com o autor, a ação emancipatória é um caminho reflexivo, crítico e autocrítico contínuo que pode romper com a crueldade do padrão atual da sociedade e também da civilização.

Carvalho (2001) apresenta o movimento contracultural[13] que surgiu na década de 1960, época em que os movimentos e ideias iniciaram dando a base necessária para a década seguinte. A partir desse iniciou também o movimento ecológico e teve como enfoque:

> [...] contribuir **para levar a crítica ecológica aos valores do capitalismo** [...] à esfera pública e promover um ideário emancipatório que poderia ser considerado como um fundador da história política do campo ambiental” (CARVALHO, 2001, p. 94 grifo nosso).

O que tornou a problemática ambiental de domínio público. O ecologismo contracultural refere-se ao ideário ambiental e à dimensão política, e dessa forma a contracultura ecológica pode ser vista como a base para o valor da militância.

A consciência religiosa é outra característica do ideário do sujeito ecológico. Esse sentimento religioso “alude a um movimento de realinhamento humano com a natureza como lugar sagrado” (CARVALHO, 2008b, p. 61) o aspecto social, a valorização do outro e a visão romântica da natureza, reporta-se a vivência cristã o que favorece a aproximação com as questões ambientais. À procura de novas vivências religiosas, emergiu uma nova religiosidade “aberta a várias tradições religiosas de forma não excludente” Refere-se à ampliação da religiosidade tradicional indo em direção a uma nova consciência religiosa e do ideário da Nova Era (CARVALHO, 2001, p. 227).

---

[13] O movimento da contracultura é caracterizado pela “[...] cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade dominantes” (BOTTOMORE, 1996 apud CARVALHO, 2012, 46).

4.2 ÉTICA E A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A Educação Ambiental na perspectiva dos valores deve ser analisada sob o ponto de vista da vida humana, social e biológica representada na condição da vida em sociedade, que deve ser pensada a partir de uma complexidade interdisciplinar em que se pensa o meio ambiente “não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, sociedade e a base física e biológica dos processos vitais [...]” (CARVALHO, 2012, p. 37).

Assim, é necessário pensar a complexidade de modo global em suas múltiplas conexões e interconexões voltadas às articulações éticas e políticas e, às relações que envolvem a dinâmica ética do viver em sociedade na compreensão da convivência humana.

A ética de acordo com o dicionário de Filosofia é definida como “parte da Filosofia que trata o bem e mal, das normas morais, dos juízos de valor (morais) e opera uma reflexão sobre este conjunto” (RUSS, 1994, p. 97). Neste contexto, a moral destaca-se pelos costumes e condutas de indivíduos voltados aos nossos juízos éticos, com a condução da aprovação das relações que venham a se tornar elementos significativos para o desenvolvimento da ética ambiental.

Araújo (2001, p. 55), menciona que “O que faz com que um valor seja considerado moral é o seu vínculo com os conteúdos de natureza moral”. Assim, os valores são prescritos por uma sociedade definida por regras e que impõe e determina o comportamento humano. De modo geral, a questão moral sofre influência através da visão de mundo de uma sociedade, uma vez que, antes mesmo das regras serem estabelecidas, já existe um valor.

A sociedade contemporânea passa por diversas crises, entre elas, a crise de valores. Causada por uma carência de reflexão ética, falta de fundamentos para uma ação reflexiva, frente às situações rotineiras e cotidianas. Por meio de uma visão racionalista, a ciência moderna incitou o pensamento que desagregou a natureza da sociedade e as situações planetárias agravantes remete-nos a retornarmos a pensar condutas éticas, mudar o comportamento, analisar as atitudes e retornar às reflexões como pontua Tavares, (2009, p. 25):

> A relação sociedade-natureza pelo viés tradicional da educação vinculado ao pensamento cartesiano da Modernidade, se estabelece através de um olhar unicamente racional, muitas vezes negando os sentidos, a própria sensibilidade e, sob esse olhar, defendesse o direito da apropriação da natureza externa para servir a interesses próprios.

Dessa forma, o sujeito humano tornou-se o sujeito da razão, pois a natureza foi estabelecida sempre como um objeto passivo de conhecimento pelo sujeito humano na sociedade (CARVALHO, 2012).

Mediante a todas essas transformações Leff (2015, p. 21) descreve, como uma possibilidade ao enfrentamento dessa racionalidade, assim:

> [...] a consciência ambiental promove ações e mobiliza forças sociais que propiciam o aproveitamento sustentável dos recursos e a redução dos níveis de contaminação, melhorando as condições ambientais e a qualidade de vida da população.

Deste modo, é necessário compreender que na escola podemos desenvolver a formação de sujeitos éticos, conscientes e comprometidos com a sensibilidade. Assim, para Forquin (1982, p. 27-28):

> [...] na escola, desde a infância, que pode ser forjada uma sensibilidade ao meio ambiente [...] reconhecer matizes das cores e das luzes, estudar os movimentos e ruídos, avaliar tamanhos e as distâncias, sentir as matérias e as formas, tomar consciência dos ritmos próprios das coisas e dos seres variados, preocupar-se com aquilo que passa e com aquilo que permanece com as proporções e distorções, com as semelhanças e os contrastes, familiarizar-se com os valores espaciais e com as características dos volumes – eis a base de qualquer domínio efetivo do mundo sensível, eis o meio de habitar o mundo de modo mais intenso e significativo.

É importante destacar a atuação do educador ambiental neste contexto escolar que realiza práticas educativas ambientais com enfoque na formação deste sujeito no desenvolvimento da Escola.

As atitudes éticas desenvolvidas na escola caracterizam-se pela forma de como podemos tomar consciência do envolvimento dos valores e da nossa responsabilidade ética que pode ser observada nas práticas educativas relacionadas aos valores e atitudes responsáveis no contexto ambiental.

Bonotto (2012, p. 44), enfatiza que “o trabalho com valores não se reduz pura e simplesmente, à busca e emprego de técnicas adequadas: o cuidado com as

relações interpessoais é fundamental". A autora reforça que faltam duas dimensões fundamentais para a ética na educação, são elas: a criticidade e a sensibilidade:

> [...] uma nova educação que trabalhe com a integridade do ser humano, que parta de sua condição sensível, sem a qual não comportamento ético verdadeiro, e avance para a reflexibilidade, fator indispensável a uma tomada de posição deliberada diante das necessidades coletivas (BONOTTO, 2012, p. 44).

Neste novo contexto que se busca reverter a condição de dominador do sujeito humano sobre a natureza, a ênfase está na formação de sujeitos éticos e conscientes da relação socioambiental.

Os valores éticos podem ser trabalhados na Educação Ambiental como um exercício fundamental para o desenvolvimento dos valores na escola. Assim, o valor ético encontra-se sobremaneira na sensibilidade humana, por meio das atitudes e dos valores relacionados à Educação Ambiental, conforme afirma Bonotto (2012, p. 52):

> [...] a EA implica em uma proposta de mudança da visão de mundo, de valores e práticas que se traduzam em uma transformação de caráter socioambiental, um processo educativo que abarca a todos os cidadãos da sociedade, inclusive os próprios educadores.

Os valores éticos constituem nos mais diversos modos de viver por meio de suas escolhas, criando valores éticos e diferentes costumes. A este respeito, Bonotto (2012, p. 37) afirma que “Assim, todos nós construímos nossos sistemas de valores, um conjunto constituído tanto por valores que são morais como por outros que não são”. Os valores devem ser construídos a partir e por meio do diálogo estabelecido pelo contexto sociocultural em que se vive (BONOTTO, 2012).

Deste modo, no sistema dos valores que se destacam os sujeitos na construção da compreensão do mundo que norteia as projeções afetivas e morais voltadas ao mundo ético, destaca-se, assim, a autonomia moral que pode ser analisada diante do ponto de vista da autonomia moral que norteia os sujeitos do ponto de vista moral (BONOTTO, 2012).

Neste contexto está inserido o sujeito ecológico que tem como enfoque os padrões ecológicos, os quais envolvem valores, consciência ambiental e sensibilidade estética, entre outros. A forma como o sujeito enxerga o mundo está intrinsecamente relacionado à maneira como o mesmo age no mundo, por conseguinte, Carvalho

(2012, p. 34) propõe “trocar as lentes para ver as mesmas paisagens com olhos diferentes” e repensar o nosso olhar sobre a relação sociedade e natureza.

Desse modo o educador ambiental é um sujeito ativo e participante neste espaço educativo, que busca mediante às suas práticas contribuir para a formação deste sujeito.

4.3 EDUCADORES AMBIENTAIS E A PRÁTICA EDUCATIVA NA PROPOSTA DO SUJEITO ECOLÓGICO

Os educadores ambientais são caracterizados por Maia (2015, p. 295) como “aqueles professores que tematizam o ambiente em suas práticas educacionais”. Assim, para Guimarães (2004, p. 123-124):

> A educação ambiental é uma prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito: os professores.

Neste contexto, Guimarães (2003, p. 30), destaca que o educador ambiental crítico precisa trabalhar com a “integração entre ser humano e ambiente” bem como a conscientização ambiental de que o “ser humano é natureza e não apenas parte dela”. Este educador deve ficar atento para equilibrar a sua existência na ação e na prática educativa.

Esta condição está expressa na afirmativa de Freire, Figueiredo e Guimarães, (2016, p. 123):

> Em uma realidade de crise socioambiental, que sinaliza para uma crise civilizatória, o contexto de transição paradigmática nos faz buscar construir uma identidade de educador(a) ambiental crítico(a). Criamos uma perspectiva de que o ideal é que todo(a) educador(a) seja crítico(a), seja aquele(a) que consegue trazer, para a sua práxis pedagógica, a discussão que emerge da relação ser humano, sociedade e natureza e a degradação das condições de vida, humana e não humana. Se essa perspectiva é trabalhada, pensando que a sua prática contribuiu para a construção do novo, de novas relações socioambientalmente sustentáveis, está se constituindo como um(a) educador(a) ambiental crítico(a).

Carvalho (2001, p. 188) parte da ideia de que Educação Ambiental “é a ação educativa do sujeito ecológico. Isto significa privilegiar sua filiação a uma tradição ambiental mais do que a uma tradição pedagógica-educativa”. Reforça que “[...] o educador ambiental é um caso particular do sujeito ecológico [...]”. Porém, não

significa dizer que compartilhar da identidade ecológica seja indispensável ou um requisito para tornar-se um educador ambiental (CARVALHO, 2005).

Desta forma, o educador ambiental pode ser considerado como um sujeito ecológico, conforme Carvalho (2005, p. 284), “é um tipo ideal presente na experiência de educadores ambientais [...]”

Os professores que apresentam características do sujeito ecológico adotam “um modo cuidadoso de se relacionar com os outros humanos e não humanos que tomam como boas, correta, moral e esteticamente admiráveis” (CARVALHO, 2013, 115). E falar do sujeito ecológico nos remete de certa forma a pensar no educador ambiental, uma vez que, o mesmo tem como especificidade o fazer educativo no campo ambiental que segundo Maia (2015, p. 295):

> O trabalho educativo ambiental que possibilite o desenvolvimento de atitudes de interpretação que, partindo da realidade imediata (senso comum educacional); busque fundamentação teórica para se pensar essa realidade educativa (abstrações promovidas pelo movimento do pensamento) para desenvolver a autonomia intelectual necessária para a consciência filosófica (compreensão da realidade educacional plenamente compreendida: concreto pensado).

Campos e Cavalari (2017, p. 59), reforçam que os professores são potencialmente educadores ambientais na educação formal, no entanto, para que desempenhem como tal é imprescindível que aconteça “um processo de identificação pessoal e profissional com a temática ambiental durante sua trajetória de vida”. Os dados resultados da pesquisa de mestrado em 2007, com o professor de Biologia do ensino público, mostraram características que lhe permitiram identificá-lo enquanto sujeito ecológico.

No entanto, verificaram outras características que se referem ao perfil pessoal e profissional deste professor, pontua-se: o compromisso pessoal e profissional com a causa ambiental dentro e fora da sala de aula, referindo-se à militância de ideias e princípios; sensibilidade estética e afetivas sobre o meio ambiente; quanto ao ativismo ecológico, um traço da militância, não identificaram nenhum professor vinculado a alguma ONG. Uma professora mostrou um desejo utópico de se vincular ao Greenpeace; identificou-se também entre os sujeitos da pesquisa práticas cotidianas e decisões de consumo, às quais os reporta às características de sujeitos ecológicos (CAMPOS, CAVALARI, 2017).

Além destes traços apresentados por Carvalho (2001) que auxiliam para esboçar o perfil identitário do sujeito ecológico, outros quatro traços relevantes foram identificados pelas autoras, no professor de Biologia. Foram eles: “motivação e envolvimento pessoal; Persistência; Paixão e amor pela profissão e/ou pela causa ambiental; superação de dificuldades” (CAMPOS, CAVALARI, 2017, p. 66).

Quanto à construção da identidade do professor de Biologia, as autoras identificaram sensibilidades estéticas e afetivas referentes ao tema ambiental e às vias de acesso concernentes aos percursos pelos quais aconteceram a conversão ou a opção pelo ambiental. Nesta pesquisa o professor de Biologia foi classificado em três níveis de gradação: menor grau de aproximação, aproximação intermediária e maior grau de aproximação em relação à proximidade deste professor ao sujeito ecológico. Não se tem aqui, a intenção de possibilitar a hierarquização dos sujeitos da pesquisa ou apresentar juízo de valor (CAMPOS, CAVALARI, 2017).

Observou-se nos professores de Biologia, a militância como especificidade marcante, além de outras procedentes dela, como “motivação, envolvimento pessoal, persistência, superação e paixão”.

Sobre o processo de identificação pela temática ambiental verificou-se que os professores recorreram à memória, para indicar as vivências que marcaram o começo de sua identificação com o campo ambiental. As autoras concluem ressaltando que a:

> [...] opção pela temática ambiental e o processo de identificação como o campo podem ocorrer em qualquer momento da vida pessoal e/ou profissional e marcam a construção da identidade do professor enquanto sujeito ecológico. [...]. Assim, acreditamos que proporcionar condições para a formação do professor enquanto sujeito ecológico, desde a graduação até a formação contínua em exercício, pode possibilitar importantes mudanças no direcionamento e trabalho com a temática ambiental no ensino formal (CAMPOS, CAVALARI, 2017, p. 69).

O momento de identificação do sujeito com o ambiental, neste caso, os professores, podem desenvolver atitudes que venham a fazer a diferença em qualquer momento da vida, podendo ser relacionado à vida pessoal ou profissional.

Os educadores ambientais na prática educativa podem ser sujeitos ecológicos, constituem-se como elementos significativos compreendidos no desenvolvimento dos saberes e das práticas ambientais. Assim, a identidade do educador ambiental varia de acordo com a sua história e suas experiências, o que a torna heterogênea:

> Nomear-se educador ambiental aparece ora como adesão a um ideário ora como sinônimo de um ser ainda não alcançado, ora opção de profissionalização, ora como descritor de uma prática educativa ambientalizada, combinando em diferentes gradações as vias da militância e da profissionalização em um perfil profissional-militante (CARVALHO, 2005, p. 58).

Na pesquisa realizada por Carvalho (2001, p. 21), os sujeitos da pesquisa são educadores ambientais e a formação destes foi interpretada pela mesma como uma "formação pela ação", em que "convergem saberes, sensibilidades ambientais diversificadas, condensação da profissão, valores pessoais e militância".

O processo de identificação com o campo ambiental acontece durante a trajetória de vida, através das vivências pessoais e profissionais. Tornar-se um educador ambiental envolve mudança pessoal, pois "[...] a história de vida de um sujeito não se dissocia de sua atuação no mundo" (LOUREIRO, 2019, p. 17).

Do mesmo modo Carvalho (2001, p. 240) afirma:

> Identificar-se como sujeito ecológico e tornar-se educador ambiental podem ser processos simultâneos, no sentido simbólico, mas podem estruturar-se em diferentes tempos cronológicos (tornar-se um sujeito ecológico a partir da Educação Ambiental ou vice-versa).

A autora investigou os caminhos de identificação e de construção do perfil do educador ambiental, e utilizou-se de "três cortes significativos: [...] mitos de origem, vias de acesso e ritos de entrada". Em relação ao mito e o rito, Carvalho (2001, p. 239) afirma:

> [...] remetem às passagens – enquanto ações simbólicas – que fundam a identidade narrativa do sujeito ecológico [...]. Os mitos de origem integram um processo de reconstituição de sentido, isto é, a instauração de uma raiz remota da sensibilidade para o ambiental reencontrada e ressignificada a *posteriori.* [...] As vias de acesso conduzem aos ritos de entrada remetendo aos caminhos de aproximação e a ultrapassagem de certa fronteira de conversão pessoal e/ou reconversão profissional.

Diante disso, ao se identificar como um sujeito ecológico ou escolher ser ou tornar-se um, o educador ambiental pode passar por processos simultâneos, porém, em diferentes tempos cronológicos. Um educador pode tornar-se um sujeito ecológico a partir da Educação Ambiental e o contrário também pode acontecer (CARVALHO, 2001).

5 OS EDUCADORES AMBIENTAIS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS EM ESCOLAS ESTADUAIS DA REDE DE ENSINO NO ESTADO DE RONDÔNIA: NARRATIVAS

Nesta seção buscou-se apresentar uma síntese do contexto do estado de Rondônia, descrever a história de vida dos educadores ambientais, sua chegada ao estado de Rondônia, as práticas educativas ambientais realizadas por estes educadores e por fim, a identificação de traços identitários que os caracterizam como sujeitos ecológicos.

5.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOAMBIENTAL DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O estado de Rondônia possui um total de 52 municípios, faz fronteira com a Bolívia e passou por um processo de colonização entre as décadas de 1960 e 1970. Até a década de 1970, o território rondoniense era completamente extrativista. A economia baseava-se em borracha, castanha, ouro e cassiterita. Houve, porém, uma explosão populacional que mudou drasticamente a região (MACIEL, 2012). Observa-se no Quadro 6, o crescimento populacional ocorrido entre a década de 1960 e 1991; bem como um pequeno crescimento entre a década de 1991 e 2020:

Quadro 6 – Crescimento populacional no estado de Rondônia

Década	1960	1970	1991	2000	2020
População	70.783	116.620	1.130.874	1.377.792	1.796.460

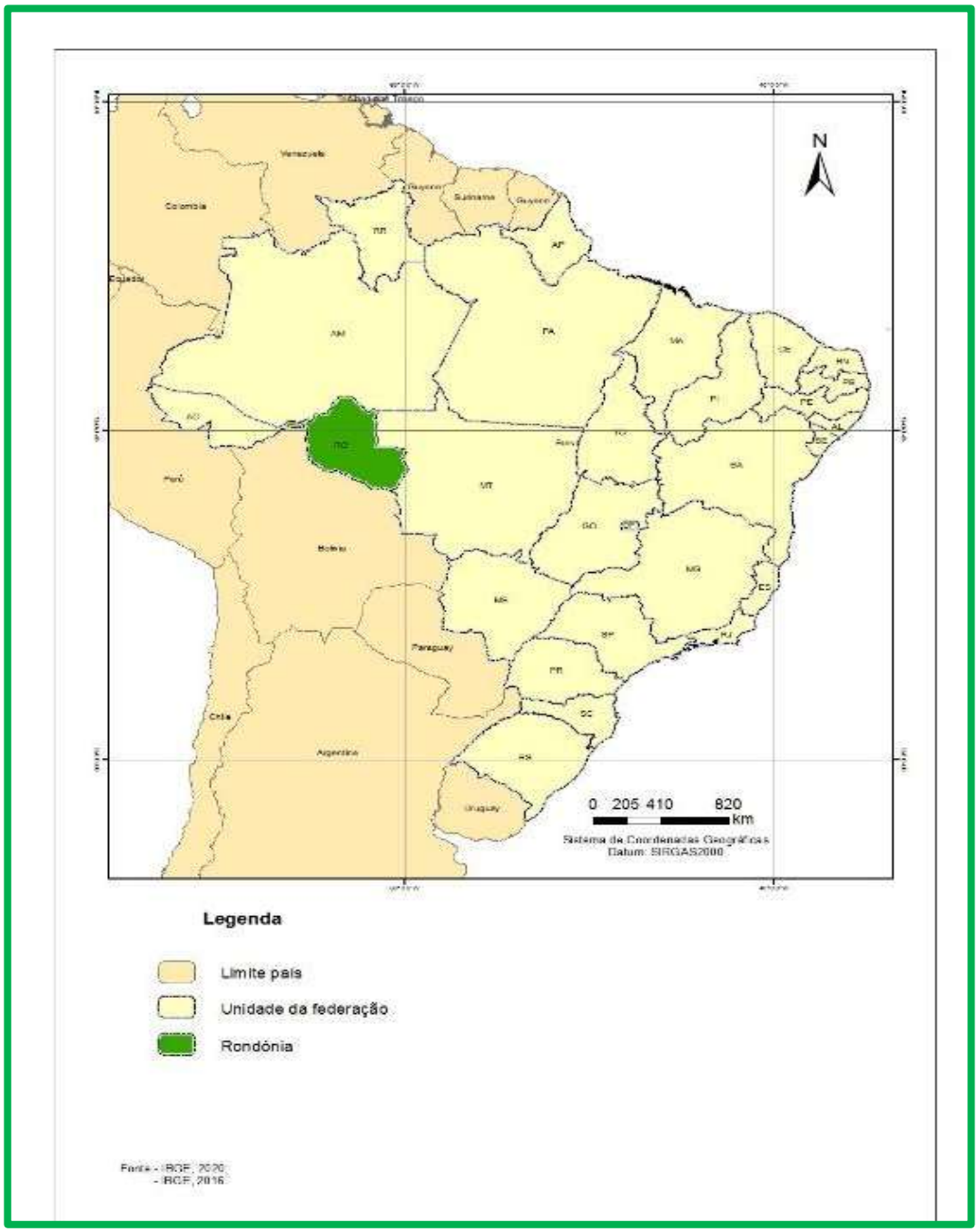
Fonte: MACIEL, 2012; IBGE, 2020.

Menezes e Lino (2003) e Teixeira e Fonseca (1998), relatam que o atual estado de Rondônia, em meados de 1947, era apenas uma parte territorial pertencente ao estado do Amazonas e uma outra parte pertencente ao estado do Mato Grosso, e neste ano passou a ser o Território do Guaporé. No ano de 1956, tornou-se Território Federal de Rondônia. E só em 1982, foi criado o então, estado de Rondônia, como o conhecemos.

O estado foi criado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, (NUNES, FERREIRA, 2020), possui uma área territorial de 237.765,240km² e uma população de acordo com o Censo 2010 de 1.562.409 pessoas (IBGE, 2020). O

mesmo está inserido na Amazônia Legal “uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, perfazendo 5,0 milhões de km² (CORRÊA, HAGE, 2011). Observa-se no Mapa 1 a identificação do estado no território brasileiro:

Mapa 1 – Localização do estado de Rondônia no território brasileiro



Fonte: IBGE, 2016a.

A dinâmica populacional denominada por Maciel (2012, p, 140), como transformação do espaço amazônico rondoniense, ocorreu da seguinte forma: “no lugar de seringais, há pastos e lavouras; o transporte não se baseia na rede fluvial, mas na rodoviária; as cidades não se desenvolveram”.

A colonização capitalista atraída pelas políticas e estratégias do Governo Federal visava apenas a “ocupação das áreas de fronteiras na região norte do país, sem, no entanto, contar com políticas voltadas para as questões ambientais”. (ALMEIDA, 2009, p. 11).

No estudo minucioso realizado sobre a Amazônia globalizada, tendo como base o estado de Rondônia, Silva (2015, p. 6) afirma que a ocupação territorial deste estado foi impactada pela “esperança de novas oportunidades econômicas”. O Governo Federal planejou e incentivou a migração regional, bem como, a conquista da terra. Ocorreu demasiada substituição de área florestal por área agrícola, a paisagem foi alterada devido ao desmatamento e teve por objetivo a produção agropecuária.

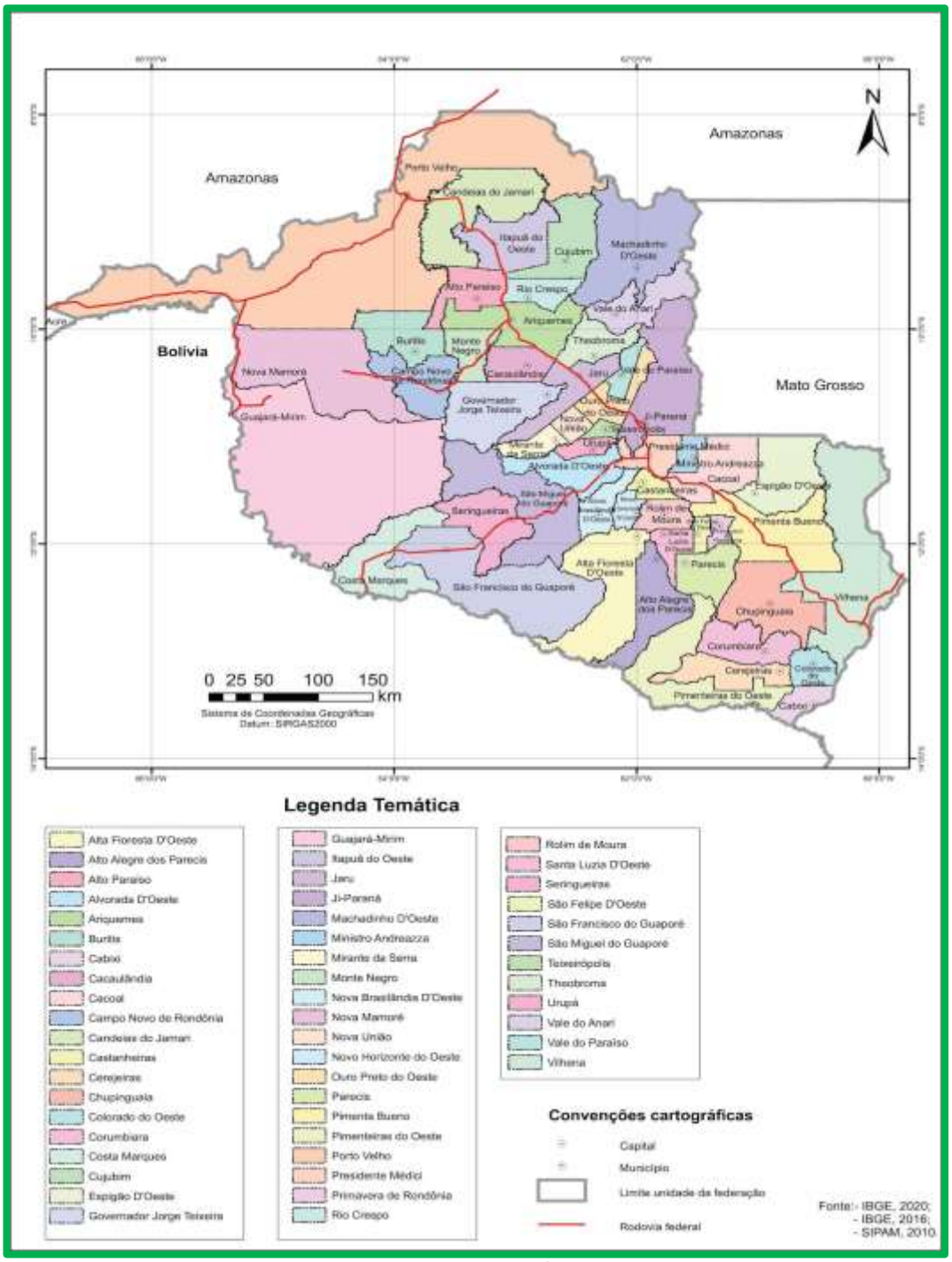
Os dois grandes acontecimentos marcantes no Território, na década de 1970, foram: “a descoberta das jazidas de cassiterita e a conclusão da estrada rodoviária, ligando Cuiabá a Porto Velho”. A estrada começou a ser construída no Governo Juscelino Kubitschek, na década de 50, não tinha asfalto e o tráfego era frequentemente interditado durante o período das chuvas. No entanto, mesmo com todas as dificuldades no percurso da estrada, ela que foi utilizada como “rota migratória do sul/sudeste para a região norte, na vigência do programa PIN-PROTERRA (OTT, 2002, p. 113).

O órgão responsável pelos projetos relacionados à colonização do estado foi o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Com o slogan *integrar para não entregar,* a segurança nacional incentivava a colonização através dessa ideologia e, dessa forma, retirava a população rural que se aglomerava nas cidades do sul e sudeste, resultante da modernização das máquinas agrícolas (TEIXEIRA, FONSECA, 1998).

Dois modelos de assentamentos foram inseridos no estado em 1970, o primeiro, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o segundo, Projeto de Assentamento Dirigido (PAD). Dentre as exigências, destaca-se que “uma meta da propriedade deveria ser derrubada e usada para o plantio de cultura de subsistência” (OTT, 2002, p. 104).

Deste modo, constituíram-se os municípios do estado de Rondônia. Observa-se no Mapa 2 a composição dos municípios do estado:

Mapa 2 – Municípios do estado de Rondônia



Fonte: IBGE, 2016b.

Diante dessa obrigatoriedade de desmatamento, a década de 1980 foi o momento do ápice da destruição ambiental. No último governo militar foi criado o

Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial e teve como objetivo principal “integrar o norte do Brasil à sua região central por meio da abertura e da pavimentação da Rodovia Transamazônica [...]” (ALMEIDA, 2009, p. 6). E nos anos posteriores o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO).

Neste contexto de colonização e destruição ambiental, ocorre o povoamento desordenado do estado sem nenhuma preocupação com as questões ambientais.

O Presidente da República João Figueiredo, no uso das suas atribuições, criou ainda no Território Federal de Rondônia, através do decreto nº 84.019, de 21 de setembro de 1979, o Parque Nacional de Pacaás Novos, com uma área de aproximadamente 764.801 ha (setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e um hectares), que envolvia os municípios de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho. E tinha por objetivo proteger a fauna, a flora e os monumentos arqueológicos da localidade (BRASIL, 2009). Atualmente o parque abrange os seguintes municípios: Guajará-mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, São Miguel do Guaporé, Governador Jorge Teixeira, Alvorada d’Oeste e Mirante da Serra. Destaca-se as seguintes atividades conflitantes neste território: “extração ilegal de madeira e de produtos-madeireiros; invasão para demarcação e grilagem de terra; pesquisa para extração mineral ilegal; atividade de caça e pesca” (BRASIL, 2009, p. 11).

No ano de 1987, foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMARO), por meio da Lei complementar nº 19, de 25 de maio de 1987, que significou um avanço para o estado, uma vez que, passou a “fiscalizar, controlando e informando as atividades relacionadas ao Meio Ambiente” (ALMEIDA, 2009, p. 7).

Na década de 1990, foi criado o Parque Estadual de Guajará-Mirim, por meio do decreto estadual nº 4575, de 23 de março de 1990, e envolvia os municípios de Guajará-Mirim e Porto Velho, uma área de aproximadamente 258.813 ha (duzentos e cinquenta e oito mil hectares) (RONDÔNIA, 1990a). Em 1996, através da Lei nº 700, de 27 de dezembro de 1996, o parque sofreu diminuição na sua área territorial, e passou a totalizar 207.148,266 ha (duzentos e sete, cento e quarenta e oito hectares e sessenta e seis centiares) (RONDÔNIA, 1996).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado através da Lei nº 9.985 de julho de 2000, teve enfoque:

> [...] no ordenamento integrado das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, com o objetivo de promover meios de apoio à conservação com múltiplos enfoques: proteção de espécies ameaçadas, restauração de ecossistemas, garantia de recursos naturais [...] (BRASIL, 2009, p. 17).

Os grandes impactos ambientais negativos no estado de Rondônia continuam sendo provocados “pelas atividades da agropecuária, extração de madeira e produção mineral”. Os maiores impactos ambientais referem-se às atividades econômicas relacionadas à produção agropecuária e também ao agronegócio (BRASIL, 2009, 17).

O Instituto Chico Mendes criado pela Lei nº 11.516 em 28 de agosto de 2007, nome que homenageia o seringueiro ativista Chico Mendes, acreano que lutou em defesa da biodiversidade da Amazônia e tornou-se conhecido nacional e internacionalmente. Dentre as responsabilidades do Instituto está o monitoramento das Unidades de Conservação federais e promover programas de Educação Ambiental (BRASIL, 2007).

Carvalho (2001, p. 355), destaca um trecho da fala de Chico Mendes sobre a Amazônia: “Nós entendemos que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos também que há uma necessidade urgente de evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto ameaça até a vida do planeta”.

Chico Mendes lutou pela Amazônia, tinha consciência das consequências que o desmatamento causaria, não só o desmatamento, e lutou por esta causa. “A trajetória de Chico Mendes e sua morte o consagram na posição de mártir que conseguiu reunir a luta trabalhista rural e a conservação da floresta” (CARVALHO, 2001, p. 355).

Dentre tantas questões problemáticas inseridas neste contexto amazônico, destaca-se também os conflitos agrários, dentre eles, o que ocorreu na fazenda Santa Elina. No dia 14 de julho de 1995, centenas de famílias ocuparam uma fazenda, chamada de Santa Elina, no município de Corumbiara, estado de Rondônia. Quase um mês depois, aconteceu o massacre, em 9 de agosto. Mulheres, crianças e homens, perderam a vida em busca de um pedaço de terra, em busca de uma vida digna, foi mais um dentre os milhares de conflitos que ocorreram e que ainda acontecem no Brasil (BARBOSA, SILVA, 2018; MESQUITA, 2009).

Quanto aos garimpos, estes também provocaram demasiado impacto ambiental. Do ponto de vista físico, a instalação de garimpos, provocou desmatamento, destruição das margens dos rios e desvio do curso dos rios. Do ponto de vista químico, significou jogar na natureza detergentes, graxas e mercúrio, o que além de afetar a saúde dos garimpeiros, afetava também a comunidade próxima. Do ponto de vista social, a implantação dos garimpos resultou no aumento da criminalidade, violência e prostituição. Além disso, as condições sanitárias destes garimpos, causaram o aumento de doenças e concomitante ao extrativismo vegetal, ocorre também a retirada de madeiras nobres (TEIXEIRA, FONSECA, 1998).

Ao longo de todos esses anos, a cada ano o índice de desmatamento só aumenta na região. No corrente ano, 2021, o estado de Rondônia ficou em terceiro lugar no ranking de estados que mais desmataram. Essa taxa de desmatamento envolve todos os estados que compõem a Amazônia Legal. Rondônia ficou com o terceiro lugar de estado que mais desmatou até a data desta coleta (INPE, 2021). Florestas inteiras foram destruídas, espécies em extinção, aquecimento global, mudanças climáticas, rios poluídos, dentre outros agravantes ambientais.

O desmatamento no estado referente ao ano de 2019, no período de janeiro a dezembro, teve um total de 164.394 ha (hectares). Em 2020, no mesmo período, o desmatamento foi de 181.914 ha (hectares). Uma das discussões para este aumento refere-se ao momento pandêmico ao fato de as atenções estarem voltadas para a pandemia da COVID19, favorecendo desmatamento e as queimadas ilegais (LABCART, 2020).

Silva (2015) entende que houve o avanço da monocultura no estado e destaca que com a construção da Hidrovia Madeira-Amazonas, em 1997, foi possível o transporte fluvial entre os estados de Rondônia, Amazonas e Pará, o que facilitou a produção de uma mercadoria globalizada em Rondônia: a soja, principalmente na região sul do estado. Além do transporte de toda a soja produzida pelo estado do Mato Grosso.

Em estudo mais recente, Silva e Michalski (2020) apresentam que em 1998, a área de plantação de soja abrangia apenas cinco municípios do estado de Rondônia, após duas décadas este número passou para 32 municípios. A área de soja plantada nesse período, na região sul rondoniense, era de 7.892 (hectares) e saltou para 278.533 hectares, em 2017. O avanço da soja tem causado conflitos agrários e

territoriais no estado, os pequenos proprietários de terras são pressionados a vender ou arrendar suas terras para os grandes proprietários.

A luta pela defesa da biodiversidade da Amazônia, pelos povos tradicionais, pela fauna e flora, pela vida na Amazônia, torna-se um legado de luta para todos quantos estão inseridos neste contexto. E os educadores ambientais são atores atuantes constantemente na busca de formar crianças, jovens e cidadãos conscientes de sua responsabilidade e consciência socioambiental.

5.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR RONDONIENSE

No ano de 1991, a Educação Ambiental é inserida na educação escolar através da portaria 678/91 do MEC em todas as modalidades de ensino, porém, era necessário preparar o professor para inserir a Educação Ambiental na prática educativa, ver na terceira seção. Mediante está portaria, e mediante a Resolução 060/91 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia, previu-se a inclusão de temáticas ambientais nas modalidades de ensino, porém, sem torná-las uma disciplina (ALMEIDA, 2009).

Órgãos como IBAMA, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), SEDUC e Batalhão da Polícia Ambiental (BPA), realizaram várias ações em Educação Ambiental no estado, realizaram ações em parcerias e também cada um no seu campo de atuação (ALMEIDA, 2009)

A SEDUC buscou desenvolver ações para promover a Educação Ambiental nas escolas do estado, com a inserção da comunidade nestas ações. Rondônia, participou do programa nacional “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, para a formação da COM-VIDA, que envolve a participação dos estudantes, da equipe técnica, gestora da escola, dos professores e também da comunidade (ALMEIDA, 2009).

Foi publicada e sancionada a Lei nº 4.611, em 15 de outubro de 2019 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental (RONDÔNIA, 2019a). Mesmo diante de tantas dificuldades para a implantação de ações e práticas educativas ambientais tanto no ensino formal quanto no informal, é perceptível que cada Instituição dentro das suas possibilidades de recursos humanos e financeiros, buscam desenvolvê-las.

A SEDUC possui um total de 998 escolas de Ensino Fundamental e um total de 244 escolas de Ensino Médio, e soma-se um total de 1242 escolas que trabalham com a Educação Ambiental seja de forma pontual apenas em datas comemorativas, seja com atividades permanentes, como, por exemplo, através das ações da COM-VIDAS das Escolas Estaduais Murilo Braga e Marechal Castelo Branco em Porto Velho; Colégio Tiradentes da Polícia Militar em Vilhena e a Escola Estadual Oswaldo Pianna em Seringueiras (RONDÔNIA, 2021a).

A SEDUC junto a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia (CIEARO) e a SEDAM, promoveu no mês de novembro de 2019, a I Mostra de Vídeo Ambiental de Rondônia (MOVAM) e contemplou escolas de Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Ensino; a participação das mesmas ocorreu através das seguintes etapas: “de inscrição dos estudantes e professores; envio de vídeos produzidos pelos estudantes inscritos; edição dos materiais recebidos na sede e o momento de culminância, onde os vídeos foram apresentados, apreciados e concorreram entre si” (RONDÔNIA, 2019b, p. 1).

A culminância da ação foi na capital, Porto Velho, com a apresentação das produções audiovisuais preparadas por estudantes. Durante a mostra foram apresentados aproximadamente 50 vídeos das 44 escolas selecionadas e um total de 25 municípios participantes. Alguns dos temas apresentados foram: sobre o desperdício da água, potabilidade e poluição d´água, fauna e flora e arborização. Os prêmios foram notebooks e tabletes para os três primeiros lugares, para o Ensino Fundamental, Médio e EJA. Foram premiados os estudantes, o professor orientador e a escola dos estudantes (RONDÔNIA, 2019b).

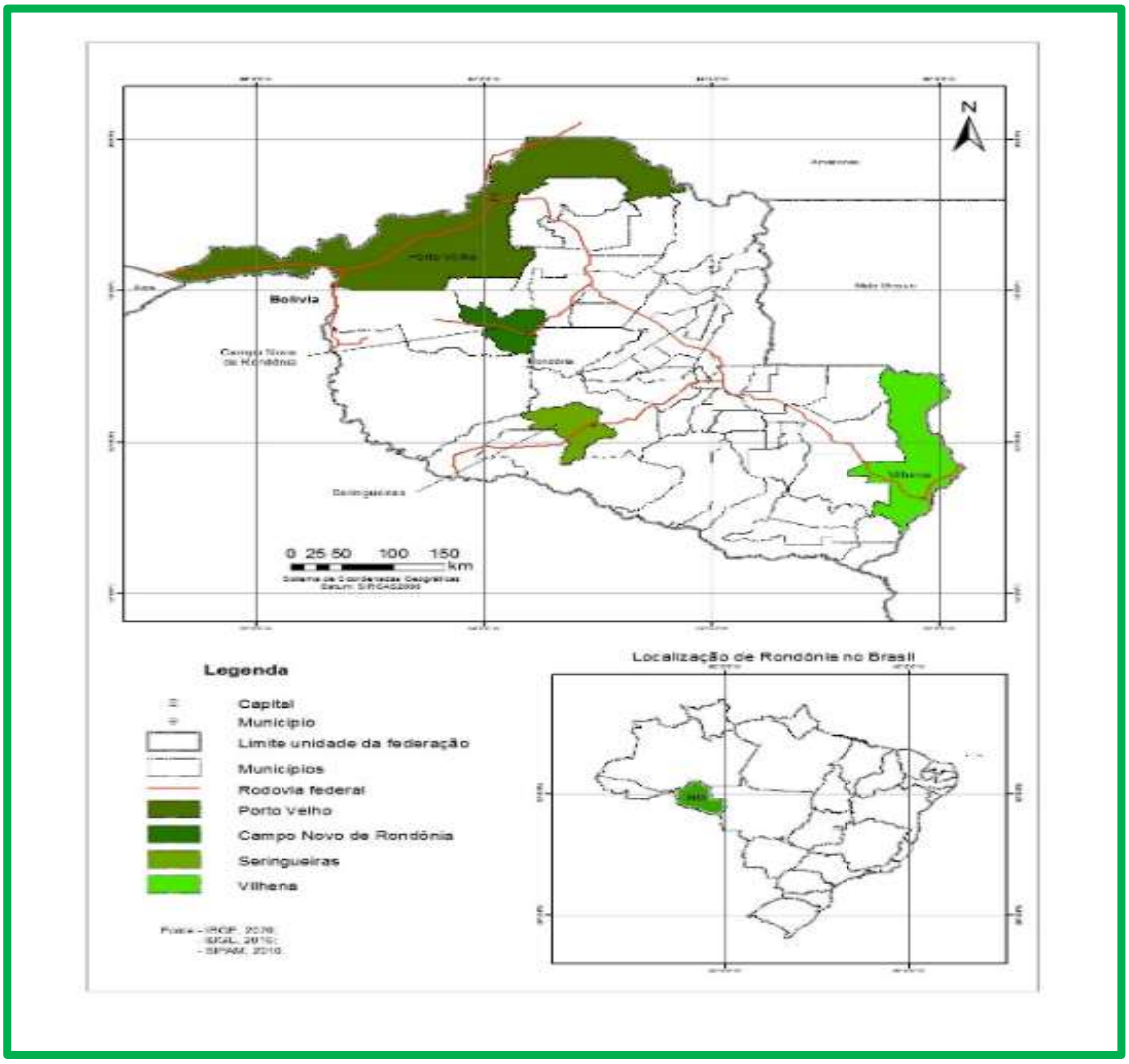
No entanto, diante de todas devastações ambientais que o estado de Rondônia sofreu e o envolvimento dos órgãos ambientais e outros para reverter tal situação, bem como a ênfase dada para a formação da conscientização ambiental por parte da população, o governo do estado por meio do decreto 25.780, de 29 de janeiro de 2021, dispôs “sobre o licenciamento ambiental da atividade de lavra de ouro em corpo hídrico no estado de Rondônia” (RONDÔNIA, 2021b), permitindo a instalação de garimpos, o que causará uma maior devastação ambiental.

Após esta síntese sobre o contexto histórico e socioambiental do estado de Rondônia, apresenta-se a seguir algumas características do lócus da pesquisa.

5.3 CONTEXTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Deste modo, ao situar o estado de Rondônia, os sujeitos da pesquisa se configuram em 4 municípios do estado de Rondônia, os quais foram definidos para realização da investigação. São eles: Campo Novo de Rondônia, Porto Velho Seringueiras, e Vilhena. Observa-se no Mapa 3, os municípios definidos para a pesquisa, a partir da indicação de educadores ambientais.

Mapa 3 – Localização dos sujeitos e municípios da pesquisa



Fonte: IBGE, 2016c

O município de Campo Novo de Rondônia surgiu de um grupo de garimpagem, e um campo de pouso de pequenos aviões foi erguido naquele lugar, chamado pelos moradores da época de Campo Novo. A sede do Distrito de Campo Novo era a capital,

Porto Velho, mas, no ano de 1992, recebeu o status de categoria de Município através da Lei Estadual nº 379, de 13/02/1992 (TEIXEIRA, FONSECA, 1998). Conforme último Censo (2010) a população do Município era de 12.665 pessoas, com uma estimativa para o ano de 2020, de 14.266 pessoas (IBGE, 2021).

O surgimento do município de Porto Velho ocorreu por volta do ano de 1907, aconteceu durante a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (TEIXEIRA, FONSECA). O município pertenceu ao estado do Amazonas a partir de 1914, e seu território participou dos auges e da decadência que a região passou. Como por exemplo no primeiro ciclo da borracha, acolheu os soldados da borracha quando foram enviados aos seringais no período da Segunda Guerra Mundial e depois abandonados, ao final desta (TEIXEIRA, FONSECA, 1998). Porto Velho, é a capital do estado e conforme último Censo (2010), a população do município é de 428.527 pessoas, com uma estimativa para o de 2020, de 539.354, até o momento da pesquisa não havia o dado atualizado.

O município de Seringueiras é uma homenagem à árvore Hévea Brasiliense, a Seringueira. Este, surgiu a partir do Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) Bom Princípio, que no período de colonização do estado de Rondônia, era oferecido aos colonos, escolas e postos de saúde. Ott (2002, p. 104), menciona que os NUAR, funcionavam como “[...] embriões de futuras cidades”. E a partir da Lei Estadual n. 370, de 13/02/1992, recebeu o status de Município foi desmembrado dos municípios de São Miguel do Guaporé e Costa Marques (TEIXEIRA, FONSECA, 1998).

De acordo com o último Censo (2010), a população do município é de 11.629 pessoas, com a estimativa de 11.851 para o ano de 2020. Até o momento desta pesquisa, este era o dado disponível pelo Instituto (IBGE, 2021).

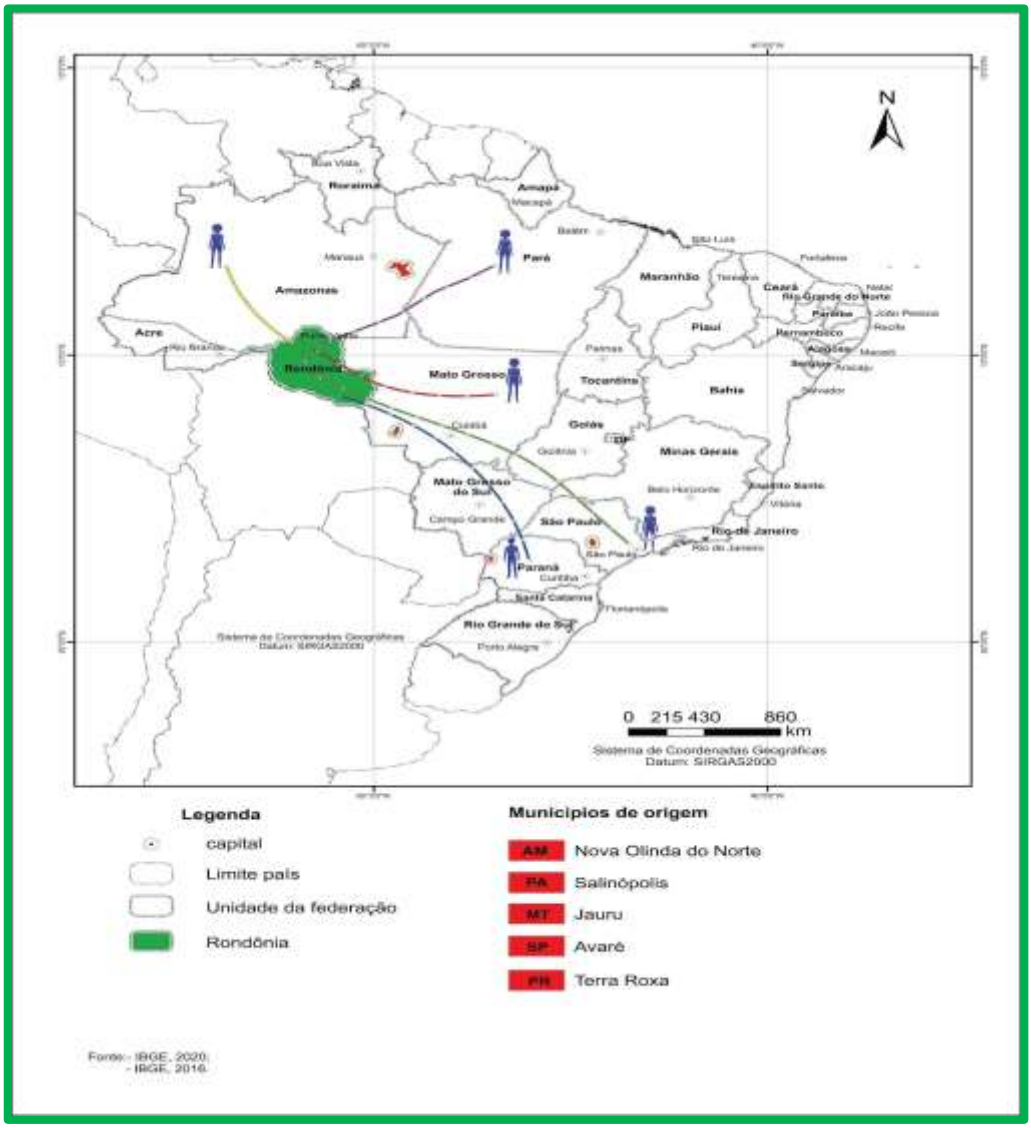
Por fim, o município de Vilhena, que surgiu por volta de 1910, período em que o Tenente Coronel Cândido Mariano Silva Rondon, instalou os postos telegráficos, dessa forma surgiram vilas nas imediações dos postos. E no ano de 1964, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e depois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), começou a distribuir terra da União para os colonos, que se fixassem na região (TEIXEIRA, FONSECA, 1998; OTT, 2002). Conforme Censo (2010), a população do município é de 76.202 pessoas, com uma estimativa para o ano de 2020, para 102.211 pessoas (IBGE, 2021).

5.4 TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS ECOLÓGICOS COMO EDUCADORES AMBIENTAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Ao ler e reler cada a história buscou-se apresentar de forma sucinta a história e vivências que se entrelaçam com as vivências profissionais.

Nesta pesquisa foi possível identificar que cada educador ambiental é natural de outro estado do território brasileiro. Com este dado pode-se observar que os mesmos, cada um em sua época, de forma direta ou indireta participaram do processo de colonização e/ou crescimento do estado. Observa-se no Mapa 4, o deslocamento dos educadores ambientais rumo ao estado de Rondônia.

Mapa 4 – Deslocamento de cada educador ambiental



Fonte: IBGE, 2016d.

Alemmar Ferreira da Fonseca, natural de Nova Olinda do Norte, Amazonas. Filha de ex-lavadeira, agora funcionária pública, e de um pai coletor, muito amado pela filha, mas há muito tempo não tem contato com o mesmo. Observa-se na Foto 1, a educadora ambiental Alemmar:

Foto 1 – Educadora Ambiental – Alemmar

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Alemmar, aos três anos de idade já estava alfabetizada; aos 5 anos chegou na cidade de Porto Velho juntamente com sua família conforme afirma:

> [...] Bem, os meus avós eram do interior, bem do interior do Amazonas e lá havia muitas limitações para estudar, os filhos deles, os maiores, meus tios, começaram a estudar em Porto Velho e após concluírem os estudos acabaram não retornando para casa. Na época, Porto Velho era considerada cidade grande, e [...] a cidade de Manicoré é antes da metade do caminho para Manaus, então, para chegar até o local onde eles moravam que era no Capanazinho era muito distante. Então, a cidade mais próxima para eles era Porto Velho e foi o que fizeram.

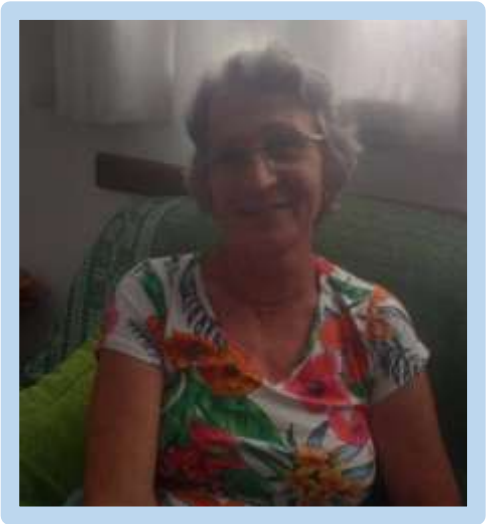
Cresceu na cidade de Porto Velho e estudou em casa dos cinco aos sete anos com professora particular, que era sua tia. Depois dos sete anos foi estudar na Escola Municipal Padre Chiquinho. Além de estudar ajudava a cuidar dos quatro irmãos. Já na adolescência parou de estudar. Anos mais tarde voltou a estudar pelo Supletivo Modular, e na época foi uma ótima opção para concluir os estudos, pois tinha 4 filhos e poderia fazer o seu horário para estudar. E, desta forma concluiu o Ensino Médio.

Depois entrou para a Universidade, onde cursou Letras-Espanhol, após os filhos já estarem basicamente crescidos. Participou de diversos projetos de extensão

durante seu período de acadêmica na Universidade Federal de Rondônia. E no ano de 2009 começou a trabalhar como professora emergencial de Língua Portuguesa na rede pública estadual de ensino, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manaus. Já em 2012, passou no concurso da Secretaria de Educação da rede estadual de ensino. Nesta escola, trabalhou no período de 2009 a 2012. Solicitou transferência, quando a mesma foi militarizada, passou a ser Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM[14] VII. Foi transferida para a Escola Estadual Marechal Castelo Branco, Porto Velho.

Ana Nere Custódio Marques Paula Assis, natural de Avaré, São Paulo, é a primeira filha de um casal humilde, mas trabalhador e amoroso. Pai "*in memorian"* ferroviário da estrada de ferro de Sorocaba do estado de São Paulo, mãe do lar. O casal tinha seis filhos. Observa-se na Foto 2, a educadora ambiental Ana Nere:

Foto 2 – Educadora Ambiental – Ana Nere



Fonte: Coleta de dados, 2021.

O pai sempre se esforçou para que todos os filhos tivessem a oportunidade de estudar e tivessem melhor qualidade de vida. Teve uma infância de muito sacrifício, porém, "maravilhosa". O pai fazia horta e vendia verduras. "[...] a gente coletava milho para vender, colhia café, para ajudar na criação dos outros irmãos que estavam

[14] "O Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM) [...] é Organização Policial Militar (OPM) e órgão de apoio da Polícia Militar de Rondônia – PMRO, que funciona como estabelecimento de ensino de educação básica, com a finalidade de atender ao ensino preparatório e assistencial de nível infantil, fundamental e médio, na forma da legislação federal, estadual e municipal [...]". (RONDÔNIA, 2013, p. 1)

também galgando um lugar na vida". Após concluir o atual Ensino Fundamental, cursou o magistério. Em seguida iniciou o curso de Letras no Ensino Superior e começou a lecionar para as séries iniciais na zona rural. Ana Nere relata:

> E foi assim, galgando, estudando, tendo o desejo de ter uma vida melhor para que no futuro eu pudesse proporcionar à minha mãe que hoje em dia tem 90 anos, uma vida melhor, uma vida cercada de amor e de todo conforto possível, por minha parte e por parte dos meus irmãos.

Em 1973, formou-se em Letras e fez duas especializações. Namorou com Luiz Carlos Paula Assis "*in memorian",* que era professor de Educação Física. Em 1976, casaram e no mesmo ano foram morar na cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia. Nesta cidade trabalhou sete anos e meio, no Colégio Paulo Saldanha e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rocha Leal. Depois mudaram-se para a cidade de Vilhena, e lá a educadora trabalhou durante trinta e quatro anos, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Zilda da Frota Uchôa, que em 2017, foi militarizada e tornou-se o Colégio Tiradentes de Polícia Militar V (CTPM). Em setembro de 2020, a educadora solicitou a aposentadoria.

É importante fazer uma contextualização sobre a implantação das escolas militarizadas no estado de Rondônia, duas participantes da pesquisa acompanharam este processo nas escolas em que atuavam na época. Até o ano de 2013, haviam dois colégios militares, no estado. O primeiro foi Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM) criado por meio do Decreto nº 4.878 de 27 de novembro de 1990, na cidade de Porto Velho; e o segundo foi o CTPM II criado através da Lei 3.161, de 27 de Agosto de 2013, no distrito de Jaci-Paraná no município de Porto Velho (RONDÔNIA, 1990b; RONDÔNIA, 2013).

Através da Lei 4.058, de 15 de maio de 2017, foi autorizada a criação das Unidades do CTPM através da parceria da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC). (RONDÔNIA, 2017a, p. 1). No ano de 2017, cinco novas Unidades foram criadas, a partir de escolas públicas estaduais. Três destas, por meio do decreto nº 21.968 de 22 de maio de 2017, foram elas: a) CPTM III: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Alves Mendes Filho, em Ariquemes; b) CTPM IV, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra (Ji-Paraná); c) CTPM IV: Escola Estadual de ensino Fundamental e Médio Zilda da Frota Uchôa, (Vilhena, RO)

(RONDÔNIA, 2017b). Por meio do Decreto nº 22.135, de 25 de julho de 2017, CTMP VII: Escola de Ensino Fundamental e Médio Manaus (Porto Velho). (RONDÔNIA, 2017c).

Em 2020, foram implantadas outras Unidades do CTPM, por meio dos decretos nº 24.798, de 17 de fevereiro de 2020 (RONDÔNIA, 2020b); decreto 24.799, de 17 de fevereiro de 2020 (RONDÔNIA, 2020c); decreto nº 24.800, de 17 de fevereiro de 2020, (RONDÔNIA, 2020d); decreto 24.801, de 17 de fevereiro de 2020. (RONDÔNIA, 2020e). Após tais esclarecimentos, retomamos a apresentação dos demais educadores ambientais.

A outra educadora, Carmem Silvia de Andrade Corrêa, natural de Salinópolis, Pará, família de cinco irmãos, morou no sítio até os dez anos de idade e passou a infância e a adolescência nesta cidade turística. Destaca que “foi uma das melhores fases da minha vida”. Após concluir o Ensino Fundamental, conversou com seu pai sobre o sonho de continuar estudando e desta forma, a família a apoiou e aos 17 anos foi morar, na capital, Belém, onde concluiu o Ensino Médio e foi aprovada no vestibular, na Universidade Federal do Pará, para o curso de Geografia, que concluiu em 1996.

Na Universidade participou de vários projetos, foi bolsista do CNPq e destaca a alegria por ter estudado numa das melhores Universidades do país. Se formou em 1996, e como não havia emprego em Belém, enviou o currículo para o estado do Amapá, foi chamada para trabalhar na cidade de Santana, onde trabalhou durante o ano de 1997, e neste mesmo ano, informada por uma amiga sobre o edital do concurso público para professores no estado de Rondônia, se inscreveu, fez a prova, foi aprovada e foi chamada para assumir o cargo. Saiu do estado do Amapá direto para o estado de Rondônia, e em 1998, chegou em Porto Velho; foi morar com uma amiga e foi alocada para trabalhar na Escola de Ensino Fundamental e Médio Murilo Braga. Em 2021 completa vinte e três anos de docência nesta escola. A solicitação da aposentadoria está prevista para o ano de 2022.

Leci Aparecida Dáros Santos, natural de Jauru, Mato Grosso, filha de pai agricultor e mãe dona de casa, (pais de sete filhos). Morou no sítio até os sete anos de idade com toda sua família e mudou-se para a cidade de Jauru – MT, para estudar. Seu pai permaneceu no sítio com os demais filhos que não estavam na idade para ingressar na escola. Após concluir o Ensino Fundamental, Leci começou a lecionar, na zona rural de Jauru, numa turma multisseriada, em 1988, na Escola Municipal de

1º Grau Santa Elisa, pois a professora anterior mudou-se para outra localidade. Fez o curso de magistério à distância, chamado LOGOS 2. Observa-se na Foto 3, a educadora ambiental Leci:

Foto 3 – Educadora Ambiental – Leci

Fonte: Coleta de dados, 2021.

E em 1990, chegou na cidade de Campo Novo de Rondônia, juntamente com sua família e poucos dias após sua chegada na cidade, já começou a trabalhar numa escola.

Por fim, mas não menos importante, Julcelho Marins Silva, natural de Terra Roxa, Paraná. Filho de Lauro Marins da Silva, agricultor e mãe Aura Coelho Marins[15] dona de casa, *"in memorian* (pais de 9 filhos)*".*

De família humilde, o pai sempre sonhou com a posse de terra. Então, a família se mudou para o Paraguai, pois naquele país havia possibilidade de conseguir terras a preços acessíveis, além do parcelamento. Nessa época o educador ambiental Julcelho estava com três anos de idade. Observa-se na Foto 4, o educador ambiental Julcelho:

[15] Foi mais uma vítima da Covid 19. Faleceu em 23 de março de 2021, na cidade de Naviraí-MS.

Foto 4 – Educador ambiental Julcelho

Fonte: Coleta de dados, 2021.

O pai falou: “Vamos mudar para o Paraguai e chegando lá quando meu filho completar 12 anos que é a época de estudar a gente volta para o Brasil, para ele começar a estudar”. Tanto no Brasil quanto no Paraguai a família trabalhou com a plantação de Hortelã. Julcelho descreve as experiências vivenciadas na infância, neste trecho:

> Quando eu tinha 6 anos de idade mais ou menos, a gente levava o almoço do meu pai na roça. E um dia enquanto meu pai almoçava eu peguei a enxada e comecei a carpir. E meu pai disse o seguinte: _Sabe de uma coisa? Serviço de criança é pouco, mas quem perde é louco. E a partir daquele dia ele me levou para trabalhar na roça todos os dias com ele. [...] Aos onze anos de idade [...] eu trabalhava no mesmo ritmo que um adulto. [...] Nós plantamos algodão, soja, feijão [...] trabalhava duro [...]. Teve uma época de plantarmos arroz e não produzia nada, [...] plantarmos feijão e não produzir nada também.

Foi uma época de muitos desafios, e conforme foi crescendo o pai viu a necessidade de encontrar alguém que pudesse ensinar-lhe a escrever em casa, e assim Julcelho trabalhava por um período na lavoura e no outro ia para casa estudar, e após o momento de estudo, retomava as atividades rotineiras: cuidar e alimentar os animais e outras atividades necessárias. Sempre teve uma vida intensa de muito trabalho e trabalhou na roça até os doze anos de idade.

Em 1981, com doze anos de idade, o pai se desfez de tudo o que possuíam no Paraguai e retornaram ao Brasil, as crianças foram matriculadas na escola, momento de adaptação e de incômodos também:

> Eu com doze anos de idade, na primeira série do Ensino Fundamental. [...] eu tinha mais quatro irmãos todos na mesma sala de aula. [...] Eu era o maior da sala, os coleguinhas todos pequenos e eu lá no meio deles, um vara pau no meio de todos. Imagina a situação! [...] as atividades da sala de aula começaram a me incomodar, porque eu não aceitava fazer algumas atividades porque eu já sabia escrever meu nome.

Continuou estudando, concluiu o primeiro e o segundo ano do Ensino Fundamental, sempre gostou das disciplinas de Geografia e História, eram as favoritas. Nos anos seguintes conseguiu fazer um curso e concluiu o terceiro e quarto ano, e continuou estudando, porém, por conta de várias situações parou de estudar no primeiro ano do Ensino Médio, mas anos mais tarde concluiu.

Começou a trabalhar de vigia numa faculdade, na qual recebeu incentivo do patrão para estudar. Então, em 2000, prestou vestibular, foi aprovado no curso de Geografia, o qual cursou sem nenhum ônus. “[...] eu fiz o curso e depois iniciei na pós-graduação e fiz tudo de graça”. Em 2004, pediu demissão da faculdade e começou a docência numa escola municipal de Naviraí. E, foi só em 2008, que o mesmo chegou ao estado de Rondônia.

É importante mencionar que durante o processo desta pesquisa nasceu Nathan Oliveira Marins, em 14 de maio de 2021, segundo filho do educador ambiental Julcelho, momento especial para a família e de muita celebração, que a pesquisadora pôde acompanhar mesmo que distante.

Mediante os relatos de vida, buscou-se neste primeiro momento apresentar um breve resumo de suas histórias de vida e para tal cada educador se reportou às suas memórias, pois conforme Meihy (2005. p. 75) “a memória é fundamental [...] para confirmar o presente, pois sem ela não podemos garantir as regras da vida social que se baseiam em repetições de atitudes definidas no passado”. A construção da identidade dos educadores ambientais não acontece de forma homogênea, mas de acordo com a história de vida de cada sujeito. Carvalho (2005, p. 58), menciona que “Ser educador ambiental é algo definido sempre provisoriamente, com base em parâmetros que variam segundo o informante [...]”. Como veremos a seguir, com a chegada destes educadores ambientais e suas vivências no estado de Rondônia.

5. 5 AS VIVÊNCIAS DOS EDUCADORES AMBIENTAIS: A CHEGADA AO ESTADO DE RONDÔNIA

Conforme Gadamer (2013, p. 106) “algo se transforma em vivência na medida em que não somente foi vivenciado mas que o seu ser-vivenciado teve um efeito especial, que lhe empresta um significado permanente”. Nesta pesquisa o efeito especial descrito pelos educadores ambientais refere-se às suas vivências relacionadas à sua chegada ao estado de Rondônia e ao início de suas vivências

Alemmar pontuou não ter memórias da sua chegada na cidade de Porto Velho, Rondônia pois a mesma era criança, com apenas cinco anos de idade quando chegou ao estado. Observa-se no excerto:

> Eu não tenho muitas lembranças da minha infância. Quando os meus pais vieram para Porto Velho eu tinha cinco anos de idade e para criança tudo é festa, então não tenho recordações das dificuldades que passamos ao chegar em Rondônia e nem de como era no Amazonas. Fomos criados aqui em Porto Velho [...]. Como os meus avós ficaram bem idosos, e por motivo de saúde e de idade, eles também vieram para Porto Velho.

Cresceu, estudou, constituiu família, e se formou nesta cidade, onde atualmente exerce a docência como já mencionado, numa escola estadual.

Ana Nere retoma às suas memórias e relata com demasiado entusiasmo sua chegada ao estado de Rondônia. Decidiu com o esposo sair do estado de São Paulo e aventurar-se numa região desconhecida e carente de profissionais, como relata:

> [...] Nós nos casamos em janeiro de 1976, e saímos do estado de São Paulo para Rondônia em seguida. Chegamos em Guajará-mirim no mesmo mês e em fevereiro já começamos a trabalhar. [...] lá moramos sete anos e meio. Depois nos mudamos para Vilhena, onde passei o maior tempo da minha vida. [...] Eu acho que a motivação para vir para Rondônia foi aventura [riso]. O desejo de aplicar aquilo que nós aprendemos num lugar tão distante, tão necessitado de profissionais. Quando eu cheguei em Rondônia, em Guajará-Mirim eu e meu marido tínhamos nível superior naquela cidade, então, eu acho que a gente poderia contribuir para que lá também pudesse ser implantado o nível superior e que as pessoas que lá habitavam também pudessem ter oportunidade de ter um nível superior de uma profissão melhor, ter um salário melhor.

E durante esse período que trabalhou em Guajará-Mirim sua contribuição foi demasiadamente não só para a educação básica, mas também para o ensino

superior, pois atuou nas duas modalidades de ensino. Porém, uma triste situação familiar ocorrida distante, no estado de São Paulo e a dificuldade de acesso à cidade de Guajará-Mirim foram fatores decisivos para que a educadora ambiental e seu esposo decidissem mudar-se para outra cidade do estado, deixando os amigos e todo trabalho que realizaram durante os sete anos que permaneceram na cidade, conforme menciona Ana Nere:

> Sobre a nossa mudança para a cidade de Vilhena, então, meu pai faleceu em São Paulo e eu não pude ir porque não tinha avião. A vida era muito difícil para sair de Guajará-Mirim, principalmente na época de chuva, a estrada ficava fechada durante seis meses, só saia de avião. E no dia que o meu pai faleceu, não pude sair porque não tinha avião, não tinha ônibus, a estrada estava fechada, então, eu fiquei desesperada. Falei, não quero mais ficar aqui, eu quero ir embora para mais perto, para um lugar mais perto. [...] Foi quando nós nos transferimos. O pessoal de Guajará-Mirim, não queria de jeito nenhum. Inclusive eu tinha sido convidada para ser a representante de Educação lá em Guajará-Mirim, e não aceitei. Só queria ir embora. Eu dizia eu amo muito vocês, mas eu quero ir embora, aqui é muito distante, muito longe de tudo. E meu marido também já queria vir também por causa da distância, e assim viemos para Vilhena, isso em 1984.

As dificuldades geográficas características próprias da região, lama no inverno e poeira no verão, foram fatores determinantes para que o casal, fosse em busca de um local com mais opções de saída e de fácil acesso. E assim decidiram se mudar para Vilhena, que é a primeira cidade do estado de Rondônia, vindo do centro do país. De início o casal trabalhou na Secretaria de Cultura Esporte e Turismo da Prefeitura de Vilhena, realizaram várias atividades pertinentes para valorização da história da cidade e só depois foram trabalhar na escola.

Leci, desde a adolescência no período das férias escolares visitava familiares, numa cidade do território rondoniense, chamada Jaru. No entanto, sua chegada no estado ocorreu quando a mesma estava com 19 anos de idade, veio para o estado acompanhando os pais que decidiram começar a vida em outro local. Sua chegada em Campo Novo de Rondônia, tornou-se inesquecível, e até certo ponto decepcionante, conforme relato da mesma:

> [...] alguns amigos do meu pai ouviram falar sobre a cidade de Campo Novo de Rondônia e decidiram conhecê-la. E ao retornarem para Jauru disseram que as terras eram muito boas de preço. Então, falaram que venderiam o que tinham em Jauru e mudariam para Campo Novo. E assim o fizeram [...]. Meu pai foi agricultor a vida toda e minha mãe dona de casa, e ele também, foi a Campo Novo comprar

> um sítio e ficou vivendo da agricultura. [...] Minha família veio no início do ano de 1990 e no mês de julho do mesmo ano, meu pai voltou à Jauru para me buscar. **Quando eu cheguei em Campo Novo a minha vontade era voltar no mesmo ônibus**. Demoramos seis horas de viagem da cidade de Ariquemes até Campo Novo, uma distância de 105 quilômetros, de ônibus, muita chuva e barro para todo lado. Demoramos seis horas! Quando cheguei, juro que vi uma cidadezinha do faroeste, só faltava os cavalinhos amarrados na frente dos comércios. Tudo aquilo, para uma pessoa que já tinha saído de um lugar pequeno, deixado amigos para trás, na época eu tinha 19 anos, não conhecia praticamente ninguém na cidade, só mesmo as famílias de Jauru. Foi um período de adaptação difícil. Minha vontade era voltar (grifo nosso).

A descrição da sua chegada no município de Campo Novo de Rondônia, reforça as dificuldades enfrentadas neste contexto amazônico.

Carmem decide morar no estado de Rondônia após sua aprovação no concurso público. Foi informada por uma amiga sobre o edital do concurso público da Secretaria de Educação do estado de Rondônia, não pensou duas vezes, fez a inscrição, no dia da prova compareceu à capital, fez a prova e retornou para o Amapá, local que trabalhava na época, e ficou aguardando o resultado do concurso, conforme apresentado pela mesma:

> No ano que me formei não tinha emprego em Belém, então, mandei o meu currículo para o estado do Amapá. Me formei em 1996, fui chamada nesse mesmo ano para trabalhar no Amapá, por praticamente um ano. Em 1997, passei no concurso em Rondônia. Quando me chamaram para assumir o cargo estava no Amapá, pensei em ficar no Amapá, pois ficava mais perto da minha família, mas optei por Rondônia por ser concursada. Cheguei em Rondônia em 1998, fui morar na casa de uma amiga, que fez faculdade comigo.

Foi uma decisão nada fácil, pois a mesma ficaria mais distante da família, mas optou por tentar pela segurança profissional que teria por ser concursada.

Julcelho, chegou em Rondônia, no ano de 2008, pelo mesmo motivo exposto por Carmem. Ele também foi informado sobre o edital do concurso público da Secretaria de Educação no estado de Rondônia. Saiu de Naviraí e na data definida, chegou em Rondônia, realizou a prova e ficou aguardando o resultado, na casa de familiares que residiam na cidade de Rolim de Moura, uma vez que, na época o mesmo estava desempregado, conforme relatado por ele:

> Quando foi em 2008, surgiu o concurso público estadual de Educação de Rondônia, fiquei todo empolgado para fazer. Fiquei sabendo através dos meus familiares que moram em Rondônia. Entrei em contato com alguns familiares que moravam na cidade de Seringueiras, através das redes sociais, naquela época, o Orkut. [...] uma prima que morava em Seringueiras, era professora de escola, me informou sobre este concurso [...]. Quando eu cheguei em Rolim de Moura eu estava desempregado e eu fui vender salada de frutas próximo da rodoviária da cidade. Fiquei quase um mês trabalhando nisso, e hospedado na casa do meu tio, aguardando para ver se seria chamado [...]. Já estava um pouco desesperado, desempregado, não tinha passado no concurso e decidi voltar para Naviraí. E voltei. Cheguei num domingo, bem desesperado, pensando: Meu Deus do Céu, não vou dar mais aula, não! Vou arrumar um serviço no frigorífico porque esse negócio de aula está difícil. Fui numa escola lá, numa segunda-feira, o Diretor era muito gente boa, e me disse que tinha 6 (seis) aulas no Ensino Médio. [...] Aceitei [...] trabalhei na terça e quando foi na quarta-feira, [...] Ligaram lá de Seringueiras [...] me chamando para trabalhar lá, 40 horas. Eu fiquei surpreso. [...] E quinta-feira eu estava voltando para Seringueiras. Uma distância grande de dois mil quilômetros e poucos.

A chegada destes educadores ambientais ao estado de Rondônia foi marcada por uma diversidade de situações e sentimentos, no caso de Carmem, ficaria mais longe da família e numa região totalmente desconhecida; no caso de Leci, já estava adaptada à sua profissão na sua cidade de origem, e mediante decisão dos pais, viu-se, numa situação de recomeço, num local desconhecido e distante dos amigos. Ana Nere decidiu compartilhar seus conhecimentos com o povo desta região, mas também não foi poupada das adversidades típicas da região amazônica. Alemmar cresceu neste contexto amazônico e também enfrentou as adversidades e o Julcelho viu a oportunidade de seguir carreira, na profissão que ele havia escolhido e que se identificava, e assim, aconteceu.

Cada um possui sua história e suas vivências particulares e foi possível identificar que dos cinco educadores ambientais, dois vieram morar no estado de Rondônia por intermédio da família, as educadoras ambientais: Leci e Alemmar; Carmem e o Julcelho vieram devido aprovação em concurso público da secretaria de educação; e a educadora ambiental Ana Nere, por opção pessoal.

A partir dessas decisões estes educadores inseridos no contexto amazônico, cada um a seu tempo iniciaram suas atuações ambientais. Mas antes de descrevê-las é necessário pontuar como ocorreu a construção identitária de cada educador ambiental, conforme Carvalho (2001), e também quais foram as vias de acesso neste processo.

5.6 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCADORES AMBIENTAIS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS

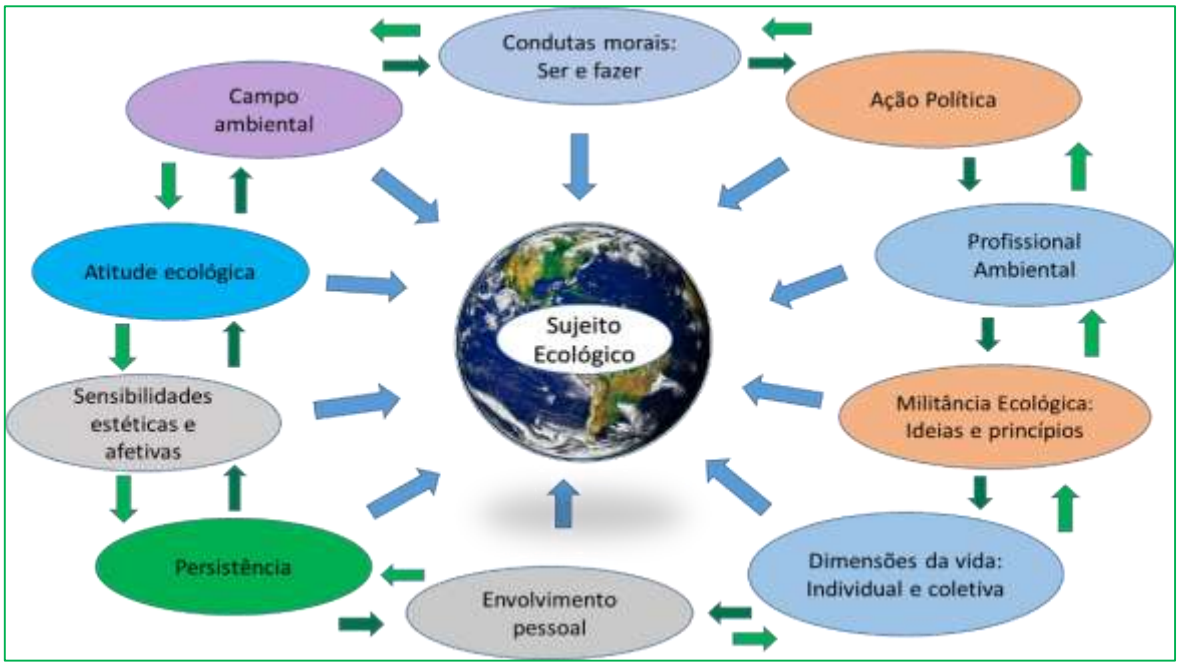
Carvalho (2001, p. 239) em sua pesquisa, ao analisar a trajetória de vida dos educadores ambientais, identificou que as vias de acesso referentes ao campo ambiental e podem ser as mais diversificadas:

> As vias de acesso conduzem aos ritos de entrada remetendo aos caminhos de aproximação e à ultrapassagem de certa fronteira de certa conversão pessoal e/ou reconversão profissional, a partir do qual se dá a identificação com um ideário ambiental e a opção por este campo como espaço de vida e de profissionalização.

As passagens em direção ao campo ambiental são diversas e passam por diferentes vias. “[...] o encontro com a natureza, a busca de novas soluções profissionais, formas de reorganizar crenças e ideologias [...] onde o presente tende a traduzir a experiência passada, como mito de origem [...] (CARVALHO, 2001, p. 244). Ferreira e Amado (2008, p. 184)), mencionam que: “[...] o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis”. Reconstruída por meio da narrativa, a identificação simbólica com o campo ambiental, perceptível nos participantes desta pesquisa, pode ser descrita a partir de dois aspectos, o primeiro, por meio das experiências vividas na infância “[...] o encontro com a natureza boa e bela, emerge como núcleo forte de suas memórias longínquas [...]” citada por Carvalho (2001, p. 241) como mito de origem. Momentos estes, com demasiado sentido identitário às memórias infantis; e o segundo, por opção profissional.

Na Figura 2, dimensiona-se algumas características identificadas nos educadores ambientais desta pesquisa. Vale destacar que como bem apresenta Carvalho (2001, p. 389), o sujeito ecológico é “um sujeito que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende com uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução, do mundo interno e os estilos de vida pessoal”. Observa-se que não há uma sequência de características ou uma ordem para caracterização do sujeito ecológico. A identificação ou o despertar para um estilo de vida ecológico, pode ocorrer em qualquer momento da vida dos sujeitos.

Figura 2 – Traços identitários do educadores ambientais sujeitos ecológicos no estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base Carvalho (2001); Campos e Cavalari (2017).

A autora destaca que este sujeito não é universal, e seus princípios ecológicos não são homogêneos que "poderiam ser descritos em facetas variadas" (CARVALHO, 2012, p. 67). Campos e Cavalari (2017), apresentaram outras dimensões da militância como: envolvimento pessoal, persistência e superação diante das dificuldades, paixão pela profissão ou pela causa ambiental.

Carvalho (2005, p. 55) considera o educador ambiental como "um caso particular de sujeito ecológico" entende que o processo de identificação ecológica, pode acontecer antes da pessoa tornar-se um educador ambiental, porém, não significa que ao "partilhar desta identidade ecológica seja [...] um pré-requisito para tornar-se um educador ambiental".

No entanto, este educador ambiental sujeito ecológico "tem características e ideais ecologicamente bem definidos, que reconhece a importância de preocupar-se com as questões ambientais, que influencia a outros pelo seu cuidado, zelo, atitudes, valores e ações ecológicas" (CARVALHO, 2013, p. 115).

Através das narrativas das educadoras ambientais Leci, Carmem e Ana Nere, foi possível perceber que o processo de reconstrução simbólica da identificação com a Educação Ambiental, por meio da narrativa, ocorreu na infância.

Leci relata que desde o período da infância, além do contato direto e envolvimento com a natureza, teve a influência de um professor de Geografia, na idade escolar. Conforme relata:

> Olha, eu **acredito que desde a infância**, mesmo que não fosse consciente, mas assim, como sempre vivi no sítio, só saí do sítio para cidade para estudar mas, nas férias sempre retornava para a casa dos meus pais no sítio e foi assim até os 19 anos de idade. **No sítio tinha um rio, corria, brincava, podia correr no meio do milharal, no meio das canas, brincar com os meus irmãos, tenho lembranças muito boas.** Éramos sete irmãos na casa dos meus pais. Em toda a vida a gente teve contato com a natureza. E quando fui estudar tive um professor de Geografia muito simpático, muito acolhedor e talvez tudo isso tenha me influenciado, dizem que o professor influencia! **Sempre gostei e desde que me entendo por gente, tomei consciência das questões ambientais e procuro fazer a minha parte** (grifo nosso).

O contato de Leci desde a infância em meio à natureza, cuidando deste espaço e ao mesmo tempo usufruindo-o permitiu a construção de sua identidade ambiental a qual foi sendo aprimorada através de suas vivências e com outros, como por exemplo, com o professor de Geografia que teve na idade escolar.

Carmem reporta às suas memórias da infância e ressalta que sua mãe foi sua grande influenciadora para Educação Ambiental, conforme relato da mesma:

> **O meu envolvimento com a Educação Ambiental começou na infância**, pois minha mãe gostava muito de reaproveitar as coisas. Naquela época ela aproveitava o resto de alimentos, fazia compostagem, plantava horta, pomar e sempre teve a preocupação que comêssemos alimentos saudáveis e criava animais. Ela criou um projeto de granjas e hortas nas casas dos vizinhos, mesmo sem saber que era um projeto. Minha mãe era uma excelente dona de casa, muito do que comíamos ela mesma fazia, como manteiga, queijo, torrava café, pão entre outros. **Fui aprendendo com ela.** Lembro, que na escola, torcia para acabar as aulas, somente para chegar em casa e ver o que minha mãe tinha feito para o almoço, pois todo dia era algo diferente. Desde o Ensino Fundamental sempre gostei das aulas de Ciências e Geografia, esses já eram indícios do que estava por vir. [...] na faculdade percebi que tudo o que a minha mãe fazia era de forma sustentável (grifo nosso)

Carmem faz uma menção à sua mãe como sua grande inspiração, por meio da qual vivenciou demasiadas experiências sustentáveis, sem ainda conhecê-las e identificá-las. Mas que anos mais tarde desabrochou na Universidade.

Ana Nere destaca com demasiado entusiasmo que sua relação com a Educação Ambiental começou a partir das experiências vividas na infância, e a partir

destas, despertou o desejo de trabalhar com os jovens estudantes, sobre os temas que envolvem este campo. Observa-se no relato da mesma:

> **A minha relação com a Educação Ambiental inicia na minha infância**, pelas vivências que tive, porque perto da casa da minha mãe [...], minha mãe casou e veio morar nesta casa, existe um horto florestal muito lindo, 10 km de trilhas com cachoeiras, e córregos que chama igarapé, com um lago enorme, tudo cheio de verde. Era um local de lazer nosso **e todas essas vivências despertaram em mim o desejo de trabalhar com os jovens sobre a necessidade e a importância de cuidar do meio,** a preservação e cuidado com este planeta. É importante mostrar aos estudantes a cooperação que eles podem dar, o despertar neles a importância deste planeta maravilhoso que nós vivemos apesar de tanta degradação, apesar de tanta destruição ele ainda é maravilhoso (grifo nosso).

As vivências com a família num ambiente rodeado por córregos, cachoeiras e um horto florestal, despertaram em Ana Nere o interesse e o desejo de respeitar e cuidar do Planeta e além disso, compartilhar com outros a importância de tal ação para a subsistência da vida no Planeta.

Pode-se identificar no processo de reconstrução das educadoras ambientais Leci, Carmem e Ana Nere, os traços de uma identidade ecológica remetidos à partir da infância. Conforme Carvalho (2005), o processo de identificação ecológica, pode ocorrer bem antes do sujeito tornar-se um educador ambiental.

Os educadores ambientais Alemmar e Julcelho, reportam-se à memória mais recente, referindo-se à opção profissional e existencial.

> Identificar-se como sujeito ecológico e tornar educador-ambiental pode ser processo simultâneos no **sentido simbólico**, mas podem estruturar-se **em diferentes tempos cronológicos** (tornar-se um sujeito ecológico a partir da EA e vice-versa) (CARVALHO, 2001, p. 240 grifo nosso).

De acordo com Carvalho (2001), através da atuação profissional, o educador pode se identificar com o sujeito ecológico ou vice versa, fato que pode acontecer em qualquer momento da vida. No caso do educador ambiental Julcelho, o mesmo se reporta dizendo:

> **Quando comecei a trabalhar na faculdade começou meu interesse pela Educação Ambiental** porque muitos professores trabalhavam com essa temática [...] Acompanhava quando as turmas saiam para um tour por perto, comecei também a participar de um projeto chamado Cumandaí, em Naviraí, coordenado pelo Professor João do Carmo Neves, ele foi meu professor na faculdade [...] Tinha dado uma erosão no Rio Cumandaí, que acabou com o rio e o

> professor fez todo um processo de reflorestamento, de soterramento [...] e o professor conseguiu refazer o rio novamente, voltou a ter peixe [...] (grifo nosso).

Percebe-se que desde a infância, o educador ambiental Julcelho, conforme mencionado anteriormente, quando trabalhava com seu pai na lavoura de hortelã até a fase adulta, esteve sempre aberto à novas possibilidades de aprendizagem e experiência. Na fase adulta, foi convidado a conhecer um campo que lhe era lhe familiar, porém, a partir de um novo olhar, o olhar ecológico. E o mesmo gostou do que viu e vivenciou, optando por seguir profissionalmente por este campo ambiental.

Alemmar, pontua que o interesse pelo campo ambiental ocorreu já no exercício da docência. E quem a motivou para o campo ambiental foram seus estudantes, conforme narrativa da mesma:

> **No meu primeiro mês em sala de aula basicamente começou o meu contato com a Educação Ambiental.** Que eu nem sabia como funcionava, a gente aprende que a Educação Ambiental é transversal, mas a gente não tem ninguém que fale assim: _Olha para você trabalhar a Educação Ambiental, você pode fazer isso ou pode fazer aquilo. Não! A gente sai do curso superior e vai no ritmo. [...] nesse período ocorreu aquele terremoto e tsunami lá no Japão em 11 de março de 2011. Os alunos ficaram desesperados [...] _Professora tanta gente morrendo como podemos ajudar? (Grifo nosso).

Nos primeiros dias do exercício da docência a educadora ambiental foi questionada pelos estudantes sobre o que poderiam fazer para ajudar o Planeta, diante do desastre ambiental ocorrido num país longínquo, mas ao mesmo tempo tão próximo. Os estudantes se viram inquietos e inconformados com tal situação e olhando o contexto em que estavam inseridos indagam à professora. O que poderiam fazer? E assim, instigada por eles, buscou meios para apoiá-los.

Inseridos no contexto amazônico com tantas questões a serem discutidas, estes educadores em seus respectivos locais de atuação, buscam realizar a Educação Ambiental de modo, que a mesma não fique apenas no campo teórico. Deste modo, os cinco educadores ambientais pontuaram o momento da identificação com este campo ambiental. As três educadoras ambientais Leci, Carmem e Ana Nere enfatizaram que sua identificação e envolvimento com a Educação Ambiental ocorreu a partir de vivências na infância. Alemmar, destaca a partir do exercício da docência, e Julcelho, reforça que foi a partir das suas vivências como funcionário de uma faculdade.

5.7 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS E A MILITÂNCIA

Neste tópico a ênfase dada é sobre o valor militância, e este refere-se ao sentido de ideias e princípios e não de posição partidária, de acordo com Carvalho (2008, p. 56) “o que parece estar no centro desta militância é a coerência entre o ser e o fazer”. Neste sentido as práticas educativas ambientais realizadas pelos educadores ambientais na escola e na comunidade se misturam com sua vida pessoal nesta coerência de ser e fazer.

Estes sujeitos ecológicos são agentes de mudança, que transformaram a realidade da comunidade na qual estavam inseridos, como pode-se observar através do relato de cada educador. Carvalho (2013, p. 117) pontua que “a escola, por sua vez, é o espaço institucional por excelência onde esta formação transcorre de forma planejada e intencional na sociedade moderna, cujo ideal é a educação como um direito universal”. Neste espaço com uma “formação planejada e intencional” encontra-se o responsável por tal formação, o educador ambiental. No tópico subsequente serão apresentadas algumas práticas educativas ambientais realizadas pelos educadores ambientais, participantes desta pesquisa.

5.7.1 Educadora ambiental Leci Aparecida Dáros dos Santos

Conforme relato da educadora ambiental Leci, dias após chegar na cidade de Campo Novo de Rondônia, começou a trabalhar com estudantes do Ensino Fundamental I, na Escola Municipal Cassiano Ricardo, entre os anos 1990 a 1992; no ano de 1993, trabalhou na “Escola Municipal Saul Bennesby, em Porto Velho, e no ano de 1994, retornou à trabalhar em Campo Novo de Rondônia como professora emergencial nos anos de 1995-1996.

No ano de 1997, com a aprovação no concurso da Secretaria de Educação do estado de Rondônia e foi alocada para trabalhar na Escola Estadual 15 de Outubro, com a disciplina de Geografia e já inseria as questões ambientais em sala de aula. Nessa época também conheceu o esposo, namoraram e casaram.

Em 1999, foi oferecido o curso de Formação do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores (PROHACAP), no entanto, a educadora estava na função de vice-diretora e não era permitido participar. Sendo possível somente após intervenção do sindicato, o que permitiu que a mesma pudesse se inscrever no curso.

Neste período, a educadora ambiental estava grávida da sua segunda filha e mesmo vivenciando um momento tão importante em sua vida pessoal e familiar, não mediu esforços para se inscrever no curso, que viu como uma nova oportunidade de aperfeiçoamento e crescimento profissional, conforme descreve a educadora ambiental:

> [...] no mês de janeiro eu estava na maternidade, pois minha segunda filha havia nascido, e recebi a visita da diretora, que me informou que todos os outros professores fizeram as inscrições para o curso, me informou sobre a autorização, e disse: _ Qual curso você quer fazer? _ Vim te buscar para você fazer a inscrição. E realmente**, saí do hospital e fui fazer a inscrição no curso de Geografia** que era apenas naquele dia (grifo nosso).

Desta forma, a educadora ambiental, iniciou o curso de Geografia, no ano 2000, o que proporcionou mais oportunidades para continuar trabalhando a Educação Ambiental com os estudantes, o que já fazia mesmo antes da formação. A cada ano foi aprimorando os projetos. Um exemplo, foi uma prática educativa realizada sobre as consequências do garimpo na região, uma série de ações voltadas mesmo à questão ambiental, porém, não havia um projeto escrito ou um programa detalhado.

Na cidade de Campo Novo de Rondônia, após o ciclo da borracha no período da Segunda Guerra Mundial, surgiu a exploração mineral, as empresas retiraram todo o mineral que interessava por meio de um grupo de garimpagem (TEIXEIRA, FONSECA, 1998).

Então a devastação das terras, a contaminação e a mudança do curso dos rios ficou para a população, conforme relato da educadora ambiental Leci:

> [...] As empresas mineradoras foram instaladas no município e retiraram todo minério que interessava a elas e depois foram embora. O que ficou foram os garimpeiros com o trabalho manual e toda devastação na terra. Restaram as lagoas, os buracos cheios de água, que ainda existem até hoje. Isso faz parte da história do município, [...] **Então trabalhamos com os alunos a degradação ambiental do garimpo,** principalmente porque as terras foram todas reviradas, terras lavadas e mudança no curso dos rios. Tínhamos um rio, mesmo com os garimpos manuais, [...] usando maquinários, dragas essas coisas para lavar a terra, acabou-se o rio, foi poluído. Tudo isso degradou. E ao redor da cidade tem essa problemática, **hoje, não tem mais o garimpo, mas as questões ambientais ficaram. É uma terra que não produz nada, só capim e ainda assim com muito adubo** (grifo nosso).

As consequências ambientais deixadas pelos garimpos nesta cidade são perceptíveis aos estudantes e estes através das práticas educativas desta educadora ambiental, têm a oportunidade de desenvolver uma consciência ambiental sobre as questões relacionadas às situações agravantes causadas pela instalação de garimpo na região. E o grande desafio é conscientizar parte da comunidade, que permanece utilizando o garimpo como meio de trabalho, e apenas contribuindo para o crescimento do sistema capitalista, sem nenhuma consciência ambiental. A educadora ambiental pontua:

> Aqui no município temos muito essa problemática e ainda hoje em alguns sítios tem gente mexendo com garimpo, reviram a terra, poluem os rios, e quando chove e essas lagoas enchem, transbordam vai para o rio onde é a captação de água para cidade. E ainda tem outra coisa, a ideia era dar outra função para o uso dessas lagoas. **Então, como os alunos têm os sítios seria uma forma de alcançar o pai, a família para que eles não deixassem entrar o garimpo em suas terras, mas não temos um controle ou um retorno se deu certo ou não.** Cada ano tínhamos sempre algum professor envolvido com a questão ambiental (grifo nosso).

Percebe-se na fala da educadora ambiental Leci, um interesse em conscientizar não apenas os estudantes, mas a comunidade, sobre a gravidade e as consequências danosas deixadas pelos garimpos. Conforme Leff (2001) a consciência ambiental “promove ações e mobiliza forças sociais”. Diante de todo processo histórico de devastação ambiental que a cidade possui, a educadora ambiental constantemente apresenta aos estudantes as consequências de tais ações, e não apenas referente ao garimpo, mas em situações do cotidiano, como expõe Leci:

> O aluno tem que ter consciência de que o ato dele hoje, pode ser uma consequência ruim no futuro. **Então, sempre estávamos fazendo isso ensinando essas coisinhas básicas, se sair na rua e tomar um sorvete, guarde o papelzinho para jogar no lixeiro em casa.** [...] (grifo nosso).

Desta forma, trabalha-se a consciência ambiental do estudante, enfatizando que cada ato presente tem um efeito seja ele bom ou ruim para o ambiente e a sociedade de modo geral.

Conforme Reigota (2016, p. 18) é importante a participação de “Cidadãos e cidadãs, atuando em suas comunidades com o pensamento global e ação local, ação global, pensamento local”. A Educação Ambiental não resolverá as questões

complexas, mas influência na formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade socioambiental.

Conforme já bem enfatizado, a militância tem a ver com coerência entre o fazer e o ser (CARVALHO, 2001). Neste último trecho a educadora ambiental reporta-se às práticas do dia a dia, bem como às decisões de consumo, que cada sujeito consciente deve ter.

No ano de 2002, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), encaminhou para a escola um documento solicitando dois professores para fazer parte do Comitê de Gestão do Parque Estadual Guajará-Mirim. O parque como já mencionado foi criado em 1990, e precisava desse comitê gestor para organizar as práticas e formar um conselho consultivo. A educadora ambiental foi indicada para ser um membro do comitê, conforme a mesma apresenta:

> A comunidade precisava conhecer o Parque Estadual Guajará-Mirim, saber que existia, onde era, como era e para que era. E começamos fazendo um trabalho com as associações e agricultores de Campo Novo. Levávamos o mapa e fazíamos a exposição, informávamos o tamanho do parque, [...] Como o parque era novo, ainda precisava de todo um estudo de fauna de flora. Então toda essa organização, levava-se para o conselho para conversar e discutir. De lá saia representante e algumas decisões em relação à utilização e preservação do parque. O Comitê realizou várias reuniões e a última reunião, se não estou enganada foi em 2015, não me lembro muito da data. Foi formada uma equipe para conversar com o governador a questão de fazer uma estrada parque, porque como a BR 421 tinha todo um traçado que cortava o parque, então, a ideia era criar uma estrada parque. [...] Só que houve um problema com as hidrelétricas que interditou a saída terrestre para o Acre e para Guajará-Mirim. E surgiu a necessidade de abrir a estrada de emergência pelo parque e hoje a estrada cortou em uma ponta do parque. E não recebemos mais nenhuma informação e nenhuma reunião.

Neste comitê uma das responsabilidades desta educadora juntamente, com outros, era informar à comunidade sobre a importância das reservas ambientais, dos corredores ecológicos, entre outras. A comunidade inserida no contexto do Parque Estadual Guajará-Mirim recebeu as orientações e informações durante todo o período em que o Comitê esteve atuante.

Destaca-se a seguir práticas educativas ambientais realizadas pelos estudantes na Escola Estadual 15 de Outubro, conforme relato da Leci:

> Realizamos a Bienal do lixo, duas vezes, em que os alunos **aproveitaram todo tipo de material**. Tivemos projetos sobre plantas medicinais, mas esses sem os recursos financeiros, projeto Dengue na escola, que se eu não me engano é o quarto ou quinto ano que acontece na escola e a ênfase é a **questão ambiental** [...] (grifo nosso).

Mesmo sem os recursos financeiros, os projetos e ações de Educação Ambiental aconteceram. A educadora ambiental esteve sempre atuante para trabalhar com os estudantes as questões ambientais.

A SEDUC organizou com outros órgãos a I Mostra de Vídeo Ambiental de Rondônia, ver no tópico 5.2, que envolveu escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio da rede estadual de ensino. A culminância da Mostra, aconteceu na cidade de Porto Velho, e a escola 15 de Outubro marcou presença no evento, conforme descreve a educadora:

> Em 2019, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro, foi **premiada no prêmio MOVAN**, organizado pela SEDUC, que era a produção de um vídeo sobre o meio ambiente. A nossa escola ficou em primeiro lugar no Ensino Fundamental II (grifo nosso).

Este prêmio é um meio de reconhecer e valorizar o envolvimento desta educadora, que com afinco, assim como os demais educadores ambientais, se envolve e se dedica às práticas educativas ambientais, com intuito de alcançar não apenas os estudantes, mas a comunidade em geral. A esse respeito, Carvalho (2012) compreende que “o grande desafio da Educação Ambiental é, pois ir além da aprendizagem comportamental engajando-se na construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas”. A conquista deste prêmio consolida o empenho e a dedicação em cada prática ambiental proposta e realizada pela educadora e pelos estudantes.

Leci conta que trabalha com parcerias e desta forma, conta sobre um parceiro importante da escola:

> Trabalhamos também em parcerias, e uma dessas parcerias é com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. [...] Alguns funcionários do Instituto são ex-alunos nossos. [...] cresceram no município de Campo Novo e estudaram o tempo todo na escola 15 de outubro, tornaram-se maiores de idade e foram fazendo concursos e teste seletivo e hoje por exemplo a brigada de incêndio, a maioria dos integrantes são os ex-alunos nossos. Temos uma parceria com ICMBIO, para alunos aprendizes, e a maioria do pessoal tem residência em Campo Novo. [...] Para participar da seleção aluno aprendiz no ICMBIO, seguem-se alguns critérios: tem

> que ser aluno do 1º ano do Ensino Médio, com as melhores notas e tem uma série de critérios mais específicos para a questão ambiental, que refere-se **também aos que se destacam, na escola com atividades voltadas para o ambiental.** Estes são indicados ao ICMBIO, que faz uma seleção desses alunos e os selecionados, ficam lá por dois anos trabalhando no Instituto e os que são da brigada fazem combate ao fogo. [...] **Os ex-alunos trabalham na parte burocrática, e às vezes também ajudam na mata**. Tem alguns que entram como aprendizes e depois são efetivados. Então, é bem interessante a nossa história com o ICMBIO, a parceria. [...] eles fazem apresentações nas feiras de ciências, fazem exposição de materiais e de fotos do parque, dão palestras [...]. A relação da escola com esses órgãos são laços bem estreitos. [...] A sede do ICMBIO do Parque Nacional Pacaás Novos, é na cidade de Campo Novo de Rondônia, e o Parque está dentro do território Indígena dos Uru-eu-wau-wau [...] (grifo nosso).

A parceria da Escola Estadual 15 de Outubro, com o ICMBIO, possibilita aos estudantes vivenciar e participar das ações que este Instituto desenvolve, e, além disso, acompanham todas as questões ambientais pertinentes da sua localidade, atuando e contribuindo para resolução dos problemas, bem como das decisões a serem tomadas.

Dentre outras ações realizadas pela educadora ambiental, destaca-se conforme fala da mesma as seguintes:

> [...] fizemos projetos em relação ao lixo, levamos os alunos em vários locais para visitar o lixão, levamos também para visitar a Estação de água para os alunos compreenderem o processo de tratamento da água e a importância do uso consciente. Realizamos vários projetos. [...] No município havia um sitiante que usava a técnica da agricultura consorciada que é uma mistura de espécies de plantas num mesmo território para manter a qualidade e a produção e é muito utilizado para controle de pragas. E como aqui na cidade nós temos uma média de 40 a 60 por centos dos alunos da zona urbana que é da zona rural. Eles vêm para a cidade para estudar, então, automaticamente eles estão em contato com o sítio e passando essas informações da monocultura que também já vem nos conteúdos, nos livros de Ciências, História e Geografia, a gente montou o projeto para mostrar aos alunos uma forma diferente de cultivo. E como havia um senhor que trabalhava com essa agricultura, ele tinha plantação de café, de banana, cacau, tinha algumas árvores nativas que ele tinha plantado no meio, e também plantação de pupunha. Ele plantou intercalado, fazendo esse consórcio para manter a qualidade do solo, então fizemos um trabalho bem consistente para mostrarmos aos alunos que dá certo outra forma de cultivo.

Outra prática educativa ambiental realizada, foi o Projeto Pesquisa de Campo no Parque Nacional Pacaás Novos, localizado a 50 km de distância da cidade de Campo Novo de Rondônia. Projeto realizado no ano de 2012, com a turma dos

estudantes do 3º ano vespertino do Ensino Médio teve como objetivo conhecer melhor o solo, a água e o oxigênio de um ambiente desmatado e não desmatado e os impactos na vida dos seres vivos. A equipe gestora escolar, juntamente com os professores trabalhou com afinco em parceria com o ICMBio e com os pais dos estudantes. A placa de identificação e demarcação do Parque mostra que a visitação só é permitida com autorização. Observa-se na Foto 5, a chegada dos estudantes na base do ICMBio no Parque Nacional Pacaás Novos.

Foto 5 – Chegada dos estudantes à sede da base do ICMBio no Parque Nacional Pacaás Novos

Fonte: Blog da EEEFM 15 de Outubro, 2021.

Os estudantes com a ajuda dos guias do ICMBio puderam conhecer um pouco mais a respeito dos animais que habitam no Parque, das plantas, do solo, das árvores e também puderam fazer a comparação de como é o ar em campo aberto e em mata fechada Tiveram a oportunidade de realizar uma trilha pelo parque e conhecer também um trecho do rio Jaci que passa na base visitada do ICMBio. Observa-se Foto 6, o rio Jaci:

Foto 6 – Trilha realizada pelos estudantes e equipe escolar – Rio Jaci

Fonte: Blog da EEEFM 15 de Outubro, 2021.

No ano de 2021, na escola 15 de Outubro iniciou o Projeto “Meio Ambiente: aprendendo a cuidar do que é meu”, com envolvimento dos professores de outras disciplinas com estudantes das turmas do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II. Devido à pandemia da COVID 19, as atividades foram encaminhadas pela plataforma digital e realizadas à distância. Durante as aulas remotas, os professores trabalharam com vídeos, textos, interpretação por meio de desenhos, filmes sobre a temática ambiental, a ação do homem na natureza, reciclagem entre outros. Dentre as atividades práticas realizadas pelos estudantes destacamos: plantar e cuidar da muda de uma árvore; recolher e entregar na escola tampinhas de garrafa pet.

Na cidade de Campo Novo de Rondônia, há o Grupo chamado “Arte e Vida”, composto por professores e estudantes de várias escolas, e dentre as atividades que realizam, destaca-se a organização e coleta de tampinhas de garrafa pet na cidade, que depois são entregues, pelo grupo, ao Hospital de Amor, localizado na capital, Porto Velho. O hospital encaminha as tampinhas para uma empresa de reciclagem e em troca recebe cadeiras de rodas, a partir de uma quantidade de quilo especificado.

Neste ano de 2021, o grupo contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia. As tampinhas recolhidas serão entregues no Hospital de Amor, na primeira semana de Dezembro do corrente ano, seguindo todos os protocolos de segurança devido à pandemia. A escola 15 de Outubro é parceira deste projeto e incentiva os estudantes a participarem. Observa-se na Foto 7, o local de recolhimento das tampinhas na escola, que os alunos depositam quando vão à escola buscar as atividades escolares impressas para realizarem em casa.

Foto 7 – Local de recolta das tampinhas na escola 15 de Outubro

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Carvalho (2012, 189) descreve o sujeito da ação política como “aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos de decisões que afetam seu campo existencial individual e coletivo". Portanto, diante de algumas práticas educativas ambientais realizadas pela educadora ambiental Leci, juntamente com a gestão escolar, equipe de professores e estudantes da Escola Estadual 15 de Outubro, identificou-se o envolvimento pessoal e profissional desta educadora ambiental. Princípios, valores e atitudes que não se restringem somente à escola, pelo contrário, sua atuação acontece na comunidade local. Observou-se também que a mesma trabalha com os estudantes as questões sociais, participação política e também a consciência ambiental. Ela possui traços identitários do sujeito ecológico.

5.7.2 Educadora ambiental Ana Nere Custódio Marques Paula Assis

O sujeito ecológico possui um “[...] imenso ideário político-existencial que reúne sensibilidades políticas emancipatórias, estéticas e afetivas [...]” (CARVALHO, 2001, p. 207). Diante disso, a militância, enquanto valor, reúne tais dimensões descritas acima. No caso das experiências vivenciadas pela educadora ambiental através das práticas educativas realizadas juntamente com os estudantes, professores e comunidade, pode-se identificá-la e caracterizá-la como um sujeito ecológico.

A educadora ambiental Ana Nere, ao chegar à cidade de Vilhena, trabalhou na Secretaria de Cultura Esporte e Turismo da Prefeitura, por questões políticas e por recusar-se a realizar algumas coisas, foi destituída da função. Nesta secretaria juntamente com o esposo realizou um grande trabalho referente ao turismo, cultura e esporte na cidade. Foram trabalhar na Escola Estadual Zilda da Frota Uchôa, a mais distante do centro da cidade. Começou trabalhando na biblioteca, após dois anos mais ou menos assumiu a função de Orientadora Educacional na escola, neste período começou o desejo de trabalhar a Educação Ambiental “principalmente com os estudantes das séries iniciais”. Identificou um alto índice de meninas grávidas na escola e em parceria com a escola e com autorização dos pais, dava aula de orientação sexual em todas as turmas, uma vez por semana. E o esposo dava aula de Educação Física. Ela descreve como era a escola quando chegaram lá:

> [...] uma escola que não tinha calçamento, era uma escola nova, mas feita de qualquer jeito, uma escola enorme, uma quantidade imensa de alunos, ela havia sido inaugurada em 1983, e eu fui para lá em 1986. Então, tinha tudo para fazer naquela escola. **Era feia, ventava e entrava poeira por tudo quanto é lugar, porque não tinha vitrô**, **era tela de galinheiro feito janela**, **então, era uma escola feia**. Apesar de ser nova muito feia, não tinha nada, não tinha uma árvore. Era uma escola cheia **de resto de construção**, feia mesmo! [...] Tinha **muito mato**, muita coisa, tinha resto de bicicleta no pátio, vaso sanitário quebrado, tinha tudo o que se pensar. Tinha **muita sujeira**, muito entulho, era um horror [...] (grifo nosso).

Os estudantes das séries iniciais começaram a reclamar do aspecto físico que era muito sujo, com entulho, muito mato, uma escola feia. A partir desse dia começou uma revolução, que futuramente tornaria a escola uma referência em Educação Ambiental a nível estadual. A educadora instigou os estudantes e decidiram realizar um mutirão de limpeza na escola, conforme excerto:

> Vocês querem fazer o mutirão de limpeza? Então, vamos fazer o mutirão! Marcamos um dia e horário e fizemos o mutirão, recolhemos 100 sacos de 100 kg de sujeira. Fizemos a limpeza. Bom, ainda faltava cortar o mato enorme que só faltava ter onça lá dentro. [...] vamos na Secretaria de Obras pedir para eles virem limpar. [...] mandamos o ofício, veio o caminhão da Prefeitura limpou tudo, tirou todo o resto que tinha e ficou tudo bem limpo. E agora, o que vocês querem? [...] Eu os questionava. E eles diziam: Nós queremos árvores, nós queremos deixar nossa escola linda, vamos plantar as coisas.

Assim surgiu o “Projeto Verde que te quero verde”. Nome este escolhido em votação pelos estudantes que queriam uma escola bonita e com as sombras das árvores para brincarem à vontade. A educadora construiu o projeto por escrito com os estudantes, os pais deles foram convidados a participar das atividades do projeto. Dessa forma quem estudava no período da manhã ia à tarde trabalhar no projeto e vice versa. Executaram a primeira etapa do projeto, que era a limpeza do terreno da escola. As mãos dos integrantes do projeto ficaram cheias de calos, após essa etapa, iniciou-se a procura por árvores para plantar, um pedido dos estudantes que foi logo atendido, conforme relata Ana Nere:

> Ah! Falta plantar árvores, ter sombra para a gente poder brincar embaixo, precisa gramar tudo isso aqui, porque está muito feio. [...] meu marido e eu comprávamos carroças de grama para poder gramar e eles iam e a gente cavava e plantamos gramas, plantamos mudas. Não tínhamos dinheiro para plantar as mudas e um dia criamos uma comissão, coloquei todo mundo dentro do meu carro e fomos lá no IBAMA pedir mudas. [...] ganhamos umas quinze mudas – espécies da Amazônia.

A educadora conversou com os estudantes e decidiram que utilizariam apenas árvores da Floresta Amazônia e do Cerrado, pois a cidade de Vilhena está localizada no final do Cerrado e início da Floresta Amazônica. E assim fizeram. Como não podiam ficar só pedindo mudas para o IBAMA, resolveram criar suas próprias mudas. Fizeram recolta de caixa de leite que deveriam estar limpas e assim já trabalharam a reciclagem. Prepararam o adubo e os recipientes para plantarem as mudas, porém faltava as sementes. Por conseguinte, fizeram parceira com os indígenas, os quais a educadora ambiental já conhecia, estes doaram as sementes e em troca receberam roupas e calçados, objetos que eles queriam. Observa-se na Foto 8, as mudas já plantadas nas caixas de leite:

Foto 8 – Mudas de plantas nas caixas de Leite

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Uma sensibilidade estética foi fundamental para que toda a escola mudasse seu aspecto físico, e por influência de uma educadora ambiental com uma identidade ecológica, realizaram significativas práticas educativas ambientais que impactam não apenas os estudantes e professores, mas toda a comunidade.

Começaram a produzir mudas, construíram um viveiro em uma casinha de madeira coberta de palha e o projeto foi crescendo. Os estudantes começaram a falar do projeto para outras pessoas, e parceiros foram se juntando a eles. Continuaram produzindo mudas, arborizando e plantando grama nos espaços interno e externo da escola. Com as mudas extras tinham a ideia de fazer algum projeto externo na cidade. O que se concretizou quando estudantes do sétimo ano do Ensino Fundamental receberam convite para participarem de um projeto da Universidade Federal de

Rondônia (UNIR), campus Vilhena, em 2000, para recomposição das matas ciliares do Rio Pires de Sá, e Ana Nere destaca que:

> [...] o rio que corta a cidade de Vilhena é o marco histórico da colonização da cidade. (Os alunos) Receberam esse convite, vieram entusiasmados, pedindo se poderíamos participar desse projeto a nível de município. Nossa! Aquilo foi uma alegria.

Aceitaram de pronto, fizeram pesquisa sobre o rio, passeatas na cidade para conscientizar a população e os políticos sobre a importância do rio. A partir do projeto "Verde que te quero verde", no qual a educadora ambiental Ana Nere, trabalhou durante vinte anos, muitos outros projetos surgiram, como este em parceria com os acadêmicos da UNIR, campus Vilhena, conforme descreve Ana Nere:

> [...] o tempo foi passando e um belo dia, os meninos foram fazer uma das visitas semanais que faziam nas nascentes do rio, à outra nascente do rio que ainda não tinha agonizado. E qual não foi a surpresa dos meninos?! **Estavam duplicamos a BR 364, e numa das nascentes a prefeitura pegava água para utilizar na construção do asfalto. E nesse dia, tinham lavado um caminhão que tinha ido buscar água e a nascente estava toda cheia de óleo e de piche. Nossa! Esses meninos pegaram com as mãos, colocaram amostra da água dentro de saquinho plástico e vieram desesperados mostrar para nós na escola o que estava acontecendo**. Que atitude nós íamos tomar? _ O que nós fizemos? **Colocamos meia dúzia de alunos dentro do carro e fomos, conforme eles sugeriram fazer denúncia no IBAMA e no Ministério Público**. E lá fomos nós. O IBAMA aderiu à denúncia, fez por escrito, marcou encontro com os meninos. Todo final de semana nós íamos para a nascente do rio e fizemos todo o percurso do rio, de onde ele nascia até onde desaguava. Cada final de semana pegava um trecho e íamos à margem do rio filmando e fotografando com o pessoal do IBAMA, para que eles pudessem fazer um relatório mostrando todo o estado de abandono que se encontrava aquele rio e pedindo providência à prefeitura, aos políticos e às autoridades da cidade. **Qual não foi a nossa surpresa e a nossa satisfação ao ver que o IBAMA tinha feito um relatório e enviado ao Ministério Público, e o Ministério Público condenou a prefeitura** a pagar uma multa de Um Mil Reais por mês por não ter feito nada por aquele rio. E isso causou uma grande polêmica na cidade e as autoridades começaram a se movimentar (grifo nosso).

A situação descrita acima é uma prática educativa ambiental que reforça o que Carvalho (2012) enfatiza sobre a "coerência entre o ser e o fazer". Uma ação política, que envolveu vários órgãos, além dos estudantes que estavam no processo de construção de uma identidade ecológica e de uma consciência ambiental. Destaca-se também a atuação política como já mencionada pela autora, em que o sujeito da

ação política identifica o problema, participa dos destinos e das decisões que envolve sua realidade seja referente ao individual ou coletivo, conforme narra Ana Nere:

> Certo dia, o Promotor do Meio Ambiente Dr. Paulo Lerne na época, convidou todas as escolas que desenvolviam projetos de Meio Ambiente, todos os órgãos ligados ao Meio Ambiente, IBAMA, SEDAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e outros órgãos. [...] O Dr. Paulo falou o motivo pelo qual estávamos ali reunidos e narrou todo o nosso relatório que o IBAMA havia enviado a ele, e que tinha tomado a posição porque a Prefeitura tinha sido condenada e que a mesma teria que tomar uma atitude e usar como base e sustentar todo um projeto que ele queria desenvolver no Rio Pires de Sá. [...]Olha, os meninos e Ana Nere gritaram de felicidade, porque você imagina, uma escola carente, de periferia, condenar uma Prefeitura a pagar uma multa ou tomar atitudes para que aquele papel terrível, tudo aquilo que estava acontecendo fosse revertido e que houvesse realmente a recuperação. Nossa! Aquilo foi maravilhoso.

A partir deste dia, passaram a ter reuniões frequentes com todos os envolvidos neste projeto, que tomou uma proporção muito maior. E assim trabalharam para a reconstrução do rio Pires de Sá. O projeto chegou a ter um quantitativo de 22 escolas envolvidas. A extensão do rio foi dividida em propriedades e cada escola ficou responsável por um quantitativo de propriedades para recompor as matas ciliares à margem do rio. Teve a participação de engenheiro ambiental, engenheiro florestal, engenheiro agrônomo e de universitários. As escolas iniciaram em setembro de 2007. Cada professor de cada escola que era coordenador, tinha 10 (dez) aulas a menos da sua carga horária, para trabalhar e coordenar esse projeto, ajuste feito pela Secretaria de Educação e governo do estado. Teve a participação de muitos voluntários, professores aposentados, universitários da Faculdade da Amazônia, que tinha o curso de Agronomia e Zootecnia e também os acadêmicos da UNIR.

As escolas receberam do Ministério Público todo o material necessário para a realização do projeto. A educadora Ana Nere menciona que a escola Zilda da Frota Uchôa recebeu computador, máquina fotográfica, ferramentas, adubação e calcário para correção do solo.

A partir do ano de 2009, começou a diminuir o número de escolas envolvidas no projeto, e estas deixavam de receber as doações do Ministério Público, mas a educadora ambiental Ana Nere juntamente com sua equipe continuou com todo afinco, trabalhando. Destaca ainda, que foi um trabalho muito intenso, cansativo, exaustivo e enfrentaram muitos desafios, conforme menciona a educadora ambiental:

> Foi uma fase muito difícil, porque alguns dias a prefeitura esquecia de fazer o lanche, outro dia a gente deixava o lanche guardadinho e a vaca vinha porque era no meio do pasto e babava em cima do lanche e os meninos ficavam sem lanche. Um dia o ônibus quebrava ou atrasava, então assim, o começo foi maravilhoso, depois foi tornando muito difícil, muito difícil de se praticar as ações, **mas nós não desistimos.** [...] Continuamos fazendo o trabalho, ficamos na época, com nove (9) propriedades de pequenas chácaras (grifo nosso).

Os grupos foram se dispersando, as autoridades foram se afastando, no entanto, Ana Nere e a com a equipe da Escola permaneceram enfrentando as adversidades até concluírem os trabalhos nas 9 (nove) propriedades que a equipe ficou responsável, momento de grande celebração por parte da educadora, como relata:

> Nós trabalhamos do ano de 2007 a outubro de 2014, que foi quando nós encerramos as nove propriedades que recebemos como responsabilidade com as matas ciliares recompostas nas 9 nove propriedades. No último dia que fomos, convidamos as autoridades e fizemos a inauguração da placa de prata [...] de alumínio e tinha uma mureta que a prefeitura fez para a gente e lá fixamos a nossa placa, consagrando o término do nosso trabalho de sete anos com muita dificuldade.

Observa-se na Foto 9, a inauguração da placa do Projeto Revitalização dos rios Pires de Sá e Barão de Melgaço:

Foto 9 – Inauguração da placa do projeto de revitalização dos rios Pires de Sá e Barão de Melgaço

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Enquanto realizavam este projeto, continuavam trabalhando com o viveiro na escola. Conseguiram construir um viveiro maior e muito melhor, e a escola foi

nomeada pelo Ministério Público para receber as mudas, de multas ambientais que eram pagas e chegaram a armazenar cinco mil mudas no viveiro da escola. Dividiam o tempo no atendimento a estes dois projetos.

Passados alguns anos puderam celebrar todo esforço o dedicado à recomposição da nascente do Rio Pires de Sá, conforme descrição de Ana Nere:

> [...] três anos depois que nós estávamos fazendo a revegetação das matas ciliares, um dia nós chegamos lá e o rio estava correndo, a nascente tinha voltado a água a correr depois de três anos que nós recompusemos aquela parte da nascente. Nossa!!! Aquilo foi a maior felicidade do mundo, a gente gritava, a gente corria, a gente entrava na água, a gente pisava na água. Aquele riozinho, depois de trinta anos seco, aquela nascente, estava correndo água! [...] Os araçaris que são pássaros, tipo tucano do bico pequeno, [...] depois de trinta anos não tinha voltado?! Encontramos um bando lá, encontramos cobras, rãs, tatus que tinham desaparecido. Então esse projeto marcou muito muito o nome da escola a nível de município e a nível de estado.

Puderam comemorar e celebrar a recomposição desta parte do rio, lamenta-se o fato das demais escolas não terem concluído o projeto.

Antes da escola tornar-se conhecida, Ana Nere teve um parceiro no IBAMA, que a ajudou muito. Foi o engenheiro florestal Hugo Coelho, hoje aposentado, que encaminhava para a escola as delegações de universidades de vários estados do Brasil que vinham ao estado para conhecer a Amazônia. Ana Nere e Hugo Coelho, sempre acreditaram que o projeto daria certo e a parceria dos dois foi importante para a base do projeto.

Dentre tantos outros projetos destaca-se também o “Projeto Reciclando no presente para viver no Futuro” em parceria com a Professora Araci Weyber, do Curso de Letras das UNIR, Campus Vilhena. Por meio de gincanas, as equipes tinham que arrecadar diversos materiais recicláveis na cidade, como: latinhas de alumínio, garrafa pet e óleo usado para fazer sabão. A comunidade participava, as lanchonetes colaboraram doando o óleo usado; as famílias recolhiam materiais reciclados, e toda semana um caminhão ia na escola buscar o material reciclado, todos separados e devidamente organizados; após a gincana começava a feira de reaproveitamento de alimentos, que acontecia no pátio da escola e cada turma apresentou dois pratos feitos a partir do reaproveitamento dos alimentos. Havia um júri que escolhia o melhor prato. Este projeto teve uma duração de 11 anos, Ana Nere destaca a criatividade dos estudantes:

> A molecada ia buscar receitas não sei onde e saia cada prato delicioso de aproveitamento de casca de banana, casca de melancia, de tronco de pé de mamão, de tanta coisa, faziam sucos diversos, ainda tinham os sucos de aproveitamento de várias coisas que acompanhavam o prato.

O envolvimento dos estudantes, dos professores e da comunidade foi intenso. Os convidados para compor a banca de júri recebiam convites formalizados. E a educadora ao buscar em suas memórias tais vivências, destaca sua alegria e paixão em cada projeto.

O Projeto "Água, escola e ambiente", durou nove anos e teve como foco inicial fazer um levantamento de todos os rios da cidade de Vilhena, depois tomou uma proporção bem maior. Contou com o envolvimento das treze turmas do Ensino Médio, professores, engenheiros florestais do IBAMA, Bombeiros Militares e Civis, Secretaria Municipal de Educação e Faculdades e Universidade:

> Entramos em contato com topógrafo, entramos em contato os donos das fazendas de sítios, com mateiros, com guia, com biólogos, com universitários, com voluntários, e começou todo um trabalho de ir visitar, uma equipe de professores ia fazer uma visita no local pré estabelecidos. E começamos a fazer levantamento dos rios que existiam na cidade. Não sabíamos nem por onde conhecer, porque era muita coisa para se fazer. Então resolvemos tomar por base, os que estavam bem mais próximos da cidade, os rios que nasciam ali. E começamos a trabalhar pelo Rio Barão de Melgaço que chama também Rio Comemoração, que é considerado a nascente do Rio Ji-Paraná [...]

A realização deste projeto envolveu a participação intensa de vários professores e suas respectivas disciplinas e cada turma preparava um seminário para apresentar as descobertas realizadas no trecho pesquisado dos rios e compartilhavam com os demais estudantes da escola. Dessa forma, todos sabiam o que cada equipe estava pesquisando. Fizeram levantamento da fauna e da flora na nascente que iam; recolheram amostra do solo para analisar a qualidade, coletaram insetos, folhas, água solo, para análise, fizeram registro através de fotos e vídeos. Ana Nere destaca que:

> Feito todo o levantamento, dentro da parte que nós queríamos e mais a parte indígena, entrava História, como a história de Vilhena é muito ligava a Marechal Rondon, sertanista, mato-grossense, fomos adquirir livros que falassem sobre Marechal Rondon, sobre a história dele, o que ele fez, a nomeação que ele deu para a maior parte dos rios que nascem em Vilhena foi ele quem nomeou. E onde tinha isso? *Rondon conta sua vida,* um livro muito grosso eu acho que contém mais de novecentas páginas, que conta o que ele fez naquela época. Então fomos lá estudar Marechal Rondon, a história dele, sua importância

> para aquele local, as contribuições dele para a cidade. No livro ele cita a serra do norte, onde fica essa serra? Fica perto de uma terra indígena e fomos procurar.

Foi um projeto *in loco*, que os estudantes anos depois, já na fase adulta, ainda recordam das experiências vividas.

> E qual era o objetivo? Conhecer as cachoeiras que tinha na cidade, conhecer os *cânions*, as pontes de pedras, cada lugar lindíssimo, as fronteiras. Teve um local em que fomos no rio Capiche, que nasce em Vilhena e vai embora, passa lá por Colorado do Oeste. Nós fomos numa fazenda que era tríplice fronteira. Em cima da ponte do rio Capiche, era Colorado do Oeste, terminava a ponte, era Comodoro, Mato Grosso e do outro lado, era Vilhena. Uma fazenda lindíssima, um local lindíssimo. Nós saímos da fazenda já era escuro chegamos em Vilhena já 21h00. O ônibus quebrava, os pneus furavam, ônibus atolava, sabe aquela loucura. [...] E durante a viagem eles já iam trabalhando, iam observando a paisagem, o relevo, observando os lugares de plantação, o desmatamento, as áreas degradadas, as áreas sem plantação, sem nada, onde o sol nascia, como o sol ia se movimentando, por todos os lugares que passavam, os aclives e declives e o professor parava e explicava. Então foi assim maravilhoso. [...] Ano passado, 2020, não podemos fazer por causa da pandemia, não tivemos aulas, fizemos até o ano de 2019, esse trabalho. [...] a equipe está toda preparada lá e quando passar essa pandemia eles darão continuidade.

Este projeto foi interrompido por conta da Pandemia (COVID-2019), no ano de 2020, porém, retomará, assim que as atividades escolares voltarem.

Durante a execução deste projeto, saiu o edital de um concurso nacional pelo Ministério da Cultura. Para participar do concurso a escola tinha que apresentar um projeto que fosse baseado na história de uma cidade. Então decidiram fazer o Projeto “Nas águas da Memória”, e receberam neste concurso um prêmio no valor de R$ 22.000,00 (Vinte dois mil reais).

Deste projeto decidiram fazer um documentário intitulado “Nas águas da Memória”, com duração de vinte minutos, disponível na plataforma digital youtube, ver no quadro 3. O qual apresentou o processo de colonização da cidade valorizando os pioneiros e fazendo referência ao rio Pires de Sá, por ser ele o responsável a nível histórico pela colonização da cidade de Vilhena. Contrataram um cineasta experiente da Chapada dos Guimarães, que passou doze dias em Vilhena dando curso de cinema, como filmar, toda a infraestrutura para a produção do documentário.

Como precisavam de informações dos pioneiros, resolveram preparar um coquetel num hotel da cidade, convidaram os pioneiros para uma roda de conversa, e

durante esse encontro fizeram a filmagem, a educadora ambiental Ana Nere ressalta que: “[...] foi assim fantástico! Encontro, de pessoas que faziam 20 anos, 30 anos que não se encontravam, muitas pessoas choraram, foi maravilhoso. Fizemos o encontro, gravamos, tiramos fotos. [...]”

Após esse momento decidiram criar um enredo e os estudantes do projeto foram caracterizados com as roupas da época em que viveram os pioneiros e contaram a história do Rio Pires de Sá e a importância dele durante a colonização de Vilhena, conforme menciona Ana Nere:

> E assim foi feito. Gravaram cenas, eles indo para o rio lavar roupa de carroça, alugamos carroça com cavalo, o rapaz tocando, os meninos e as meninas em cima, com as trouxas de roupa em cima. Eles pescando, tocando e cantando na beira do rio. Eles nadando. Cena que contaram que teve menino da época, que perdeu o calção dentro do rio, eles fizeram essa cena, sabe, foi assim maravilhoso! E fizemos o tal do documentário de 30 minutos sobre o rio.

A intenção é escrever um livro contando a história do rio e a educadora ambiental menciona que os que derem continuidade ao projeto, poderão fazê-lo. Os estudantes criaram um samba sobre o Rio Pires de Sá e todas essas experiências foram significativas não apenas para esta educadora ambiental, como também para todos os envolvidos neste e nos demais projetos.

No ano de 2017, a Escola Estadual Zilda da Frota Uchôa passou a ser Colégio Tiradentes da Polícia Militar V (CTPM V). Conforme já mencionado anteriormente por meio do decreto nº 21.968 de 22 de Maio de 2017, artigo 1º, dispõe que: [...] “III – Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM V, por transformação da Escola de Ensino Fundamental e Médio Zilda da Frota Uchôa, localizada no município de Vilhena” (RONDÔNIA, 2017, p. 1).

Nesse contexto, Ana Nere afirmou "Neste período de transição a antiga escola já era um marco no município e no estado pelos projetos de Educação Ambiental que desenvolvia há anos”.

Durante todos os anos de trabalho e dedicação na escola Estadual Zilda da Frota Uchôa, a educadora ambiental contou com o apoio incondicional de seu esposo e professor de Educação Física Luiz Carlos Paula Assis “*in memorian”,* que segundo ela, foi um militante. Destaca também o apoio que sempre recebeu da equipe com a qual trabalhou:

> O **meu esposo** professor Luiz Carlos Paula Assis foi um **grande militante pelo Meio Ambiente e consequentemente à Educação**

> **Ambiental** desenvolvida pela então Escola Zilda da Frota Uchôa, hoje Colégio Tiradentes. Ele teve papel primordial na criação e desenvolvimento dos projetos, pois era muito criativo, inteligente e dedicado a tudo que abraçava. Foi um grande parceiro em todos os momentos. Sou grata a ele por tudo que alcancei em minha vida profissional. [...] Bom, foi assim com imenso prazer que participei deste trabalho, sempre juntamente com a minha equipe de trabalho, nós fizemos **tudo com muito amor e carinho**, sempre. Porque eu acredito na educação, eu acredito no ser humano, eu sei que ser educador não é fácil, a minha vida nunca foi fácil, como a de todos os educadores. [...] (grifo nosso).

Analisando as práticas educativas ambientais desenvolvidas pela educadora ambiental Ana Nere, percebe-se traços do sujeito ecológico conforme descritos por Carvalho (2001, p. 207), tais como: atuação política, envolvimento ambiental; militância de ideias e princípios, que “[...] representa sobretudo um compromisso pessoal com um amplo ideário político-existencial que reúne sensibilidades políticas emancipatórias, estéticas e afetivas”; além de consciência ambiental, Leff (2011).

No ano de 2019, houve a necessidade de fazer a renovação do gramado e a educadora ambiental, enviou uma mensagem à comunidade através da página do facebook da escola.

Ana Nere realizou as práticas educativas ambientais na cidade de Vilhena na Escola Estadual Zilda da Frota Uchôa, atualmente CTPM V, até o ano de 2020. Conhecida tanto na cidade de Vilhena quanto no estado ela encerrou suas atividades profissionais, mas deixou um legado que terá continuidade. Observa-se na Figura 3, a educadora na parte externa do CTPM V.

Figura 3 – Educadora Ana Nere na parte externa do CTPM V

Fonte: Facebook do CTPM V - Vilhena, 2019dc

Sua história com a Educação Ambiental faz parte da construção da história do CTPM V e todos que ali passam têm a dimensão do trabalho que foi realizado pela educadora, pesquisadora persistente, possuidora de sensibilidades afetivas e estéticas e apaixonada pelo que fez e vivenciou. Durante a entrevista, destaca a satisfação que foi trabalhar com a equipe escolar, o apoio que recebeu dos colegas e demais funcionários ao longo da sua trajetória naquele colégio.

A educadora ambiental desde que chegou ao estado de Rondônia, dedica-se a desenvolver práticas educativas ambientais com os estudantes e com a comunidade, com uma diversidade de projetos e ações que busquem a resolução de problemas. Desta forma, a educadora ambiental possui as características do sujeito ecológico apresentadas por Carvalho (2001) postura militante, ação política, sensibilidade estética e afetiva, e também dimensões apresentadas por Campos e Cavalari (2017): persistência, envolvimento pessoal, motivação e superação.

5.7.3 Educadora ambiental: Carmem Silvia de Andrade Corrêa

A educadora ambiental Carmem, no ano que trabalhou na cidade de Macapá, já trabalhava a questão ambiental na disciplina de Geografia e realizou junto com os estudantes e com a comunidade um estudo sobre os impactos ambientais causados por uma empresa de minério que havia explorado a região.

Desde que chegou ao estado de Rondônia, Carmem, dedica-se à desenvolver práticas educativas ambientais com os estudantes e com a comunidade, buscando a resolução das problemáticas locais.

No ano de 1998, quando foi alocada na Escola Estadual Murilo Braga, em Porto Velho, começou a trabalhar atividades voltadas para o meio ambiente, com as turmas do 6º ao 9º ano, convidou outros colegas para se juntar a ela e professores da Língua Portuguesa, de Ciências, Educação Física e Artes, aceitaram o convite.

Certo dia, chegou um ofício da Secretaria de Educação, solicitando que a escola enviasse um professor e dois estudantes para participarem de uma reunião. A reunião era sobre a III Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CJIMA), que acontece de quatro em quatro anos em Brasília e reúne estudantes e professores das escolas públicas de todo o país. Nesta reunião ela recebeu material explicativo com o passo a passo da Conferência e também sobre a criação da COM-VIDA, conforme relata a educadora ambiental:

> Li o material da Conferência, com as alunas e os quatro professores parceiros e deixamos o material da COM-VIDA para ler depois. Ficamos empolgados em realizar a Conferência na escola. Na escola, tínhamos que desenvolver atividades em cima de quatro temas: água, terra, ar e fogo. Dividimos desta forma: água para o 6º ano, fogo para o 7º, ar para o 8º e terra para o 9º ano. [...] No dia da Conferência organizamos tudo na quadra da escola [...] Alguns dias após a Conferência começamos a trabalhar na implantação do Projeto COM-VIDA na escola. Realizamos um encontro entre os professores e alguns alunos que tinham participado da conferência, lemos o caderno sobra a criação da COM-VIDA e ficamos encantados com a proposta, **era tudo o que sempre quis**. Pois a proposta da COM-VIDA **envolve a escola, o aluno, o professor, o funcionário, a família do aluno, a comunidade de bairro, exatamente o que tanto buscava** (grifo nosso).

Logo após a realização da Conferência, a educadora ambiental Carmem entusiasmou-se com a criação da COM-VIDA na escola, e começou a divulgar juntamente com alguns estudantes, cartazes chamativos pelos corredores da escola, sobre a COM-VIDA. Conforme data e horário marcado, compareceram um total de 15 estudantes interessados em conhecer a COM-VIDA. Assistiram vídeos explicativos, tiraram dúvidas e decidiram que queriam sim fazer parte da COM-VIDA, foi solicitada a autorização dos responsáveis para que participassem e o convite foi direcionado também aos familiares dos estudantes. As atividades da COM-VIDA aconteceriam no horário oposto ao que estudantes estavam em sala de aula. No ano de 2008 foi criada a COM-VIDA da Escola Estadual Murilo Braga.

A COM-VIDA, é uma metodologia que visa trabalhar a Educação Ambiental com os estudantes. Nos primeiros meses a educadora ambiental, por meio de roda de conversa, trabalhou a parte conceitual por meio de atividades lúdicas, teatro, fotografia e dinâmica em grupo. Depois passou para atividades práticas e o número de interessados aumentou. Em pouco tempo tinha 30 estudantes, além de funcionários da escola e mães de estudantes. Dessa forma passaram a fazer a primeira metodologia, que é a árvore dos sonhos, como explica Carmem:

> A metodologia consiste na montagem de uma árvore com os sonhos dos alunos para a escola e para a comunidade. [...] E em uma roda de conversa, dividimos a turma em grupos, para cada grupo distribuímos folhas e frutos, cada grupo escreveu três sonhos em frutos e três sonhos em folhas, em seguida os grupos são encorajados a falar sobre seus sonhos e colar na árvore. Surgem vários sonhos, que mais tarde são priorizados pelos grupos para se transformarem nos pequenos primeiros projetos como: lixo, arborização, coleta seletiva, compostagem, reaproveitamento material, plantio de mudas para futuras doações na comunidade, entre outras ideias.

Dentre os sonhos descritos, surgiu o primeiro projeto “Basquetel”, que consistia numa cesta de basquete de arremesso de lixo. A lixeira ficava debaixo da cesta, e dessa forma os estudantes passaram a jogar o lixo no local correto. A partir dessa metodologia, os estudantes realizaram vários projetos na escola, começaram a trabalhar com a comunidade e foram realizando os projetos, possibilitando a aprendizagem da teoria e da prática.

No ano de 2008, foi o ano da IV CNIJMA e como já eram conhecedores de cada etapa, os estudantes criaram os projetos e escolheram um para concorrer, que foi o projeto “Cortinas verdes na escola”, que constava da plantação de plantas trepadeiras nas paredes das salas de aula, como maracujá, pepino entre outras e dessa forma, amenizava o calor no ambiente interno. O Projeto passou nas fases municipal e estadual, e a educadora Ambiental Carmem juntamente com sua aluna foram participar da CNIJME em Brasília. Após retornarem a aluna compartilhou com os estudantes as experiências vivenciadas nesta Conferência. O que despertou o interesse de mais estudantes pela COM-VIDA, que passou a contar com 60 estudantes. Além dos projetos ambientais realizam também ações solidárias.

No período de 2011 a 2013, a escola passou por reformas e os estudantes foram alocados em outro prédio, mesmo assim, as atividades da COM-VIDA não pararam. A partir de 2014, os estudantes começaram a levar a Educação Ambiental para casa com mais frequência. Observa-se na Foto 10, cartazes produzido pelos estudantes e os animais disponíveis para doação:

Foto 10 – Feira de adoção de animais: Escola Murilo Braga

Fonte: Blog COM-VIDA Murilo Braga, 2021.

Em suas casas plantaram árvores, criaram hortas, reutilizaram materiais, fizeram separação de lixo, compostagem e as mães começaram a participar de oficinas, começaram a realizar feiras de adoção de animais, já foram 8 (oito) edições desta feira. A metodologia trabalha os verbos: sentir, imaginar, fazer e compartilhar.

O sentir é quando os estudantes saem da escola para sentir o problema no bairro; o imaginar é quando retornam, uma vez que vão pensar, imaginar e buscar a solução para o problema identificado, depois o fazer, que é colocar em prática; e por último é o verbo compartilhar, ou seja, compartilhar o projeto com as demais pessoas, conforme descrito pela educadora ambiental:

> Para surgir a feira de adoção de animais na escola, pedi para os alunos saírem pelo bairro da escola, com cadernetinhas em mãos, e que observassem e anotassem todos os problemas que eles encontrassem no bairro e que trouxessem esses problemas para a escola. Era o ano de 2014, tinha acontecido a cheia histórica do Rio Madeira, os alunos perceberam, que muitos animais tinham sidos abandonados por seus donos, diante dessa situação, os animais abandonados, subiram a avenida 7 de setembro, e foram para o Mercado Central e restaurantes próximos da escola, pois lá encontravam alimentos. Dessa forma, os alunos perceberam muitos cachorros abandonados comendo o que as pessoas davam. Levaram o problema para a escola para discutir soluções. Como solução, decidiram criar uma feira de adoção de animais na escola. A partir daí com criatividade partiram em busca de parceria, em abrigos, com médicos veterinários, faculdades, pais e comunidade. Nos abrigos deixaram os animais até o dia da feira, com médicos e faculdades conseguiram vacinas, com pais e comunidades ração e transporte. E nas vésperas da feira, banharam, vacinaram e alimentaram os animais e no dia marcado, foi realizada a nossa 1ª feira de adoção. A feira foi um sucesso, em um total de 55 animais, pois além dos animais abandonados em consequência da cheia do rio, também recebemos outros animais da comunidade, e todos foram adotados. Dessa forma, os alunos desenvolveram, o protagonismo, o trabalho coletivo, a criatividade, a empatia, a solidariedade e a cidadania.

A percepção dos estudantes frente a essas ações de observação fizeram a diferença na vida dos animais abandonados duas vezes, por seus donos e pelo poder público.

Com o envolvimento dos estudantes orientados pelo educador ambiental realizaram o projeto, envolveram a comunidade e juntos puderam resolver uma situação relacionada à escola e aos arredores. A educadora ambiental Carmem se reporta com muita alegria ao projeto que ela caracteriza como “um dos melhores criados pelas crianças”.

Em uma das vezes que ela solicitou que os estudantes fossem observar os problemas do bairro, um dos grupos saiu e retornou rápido para a escola. E ela os questionou por que haviam retornado tão rápido. E eles explicaram que o problema identificado estava na calçada da escola:

> Em conversa com guardadores de carros e catadores de latinhas, descobriram que muitos deles sustentavam a família com o dinheiro adquirido com essa atividade, às vezes conseguiam vinte reais, outro dia dez reais, e com esses valores compravam o alimento, que para eles era o essencial.

Os estudantes ficaram arrasados com a situação, que acontecia na calçada da escola e nunca tinham percebido. Para reverter ou amenizar a situação criaram o projeto “Muda Vidas”, fizeram na escola um viveiro de mudas de plantas frutíferas, medicinais e jardinagem, que passaram a ser doadas e revestidas em mais uma fonte de renda para aquelas pessoas, conforme afirmativa da educadora ambiental:

> Algumas dessas pessoas passaram a ter gosto pela venda e hoje têm suas barraquinhas na feira. Hoje atendemos não somente guardadores de carros e catadores de latinhas, mas outras pessoas carentes da comunidade. Em 2019 levamos a experiência desse projeto para o Desafio Global da FALM[16] – em Mato Grosso.

As plantinhas eram colocadas em caixotes com preços variados e doadas a essas pessoas, uma caixinha rendia de 105 a 125 reais, o que realmente mudou a vida dessas pessoas

Um outro projeto realizado pelos estudantes foi a instalação de um sistema de captação de água feito por meio de garrafas pets. Este projeto foi premiado no “Criativos da Escola” da Fundação Alana[17]. Observa-se na Foto 11, o projeto e a implantação do sistema de captação de água das centrais de ar condicionado da escola:

---

[16] É uma instituição social sem finalidade econômica, responsável pela gestão das ações de Investimentos Social Privado (ISP) da AMAGGI, nos municípios onde a empresa atua.

[17] É uma organização de impacto socioambiental que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança e fomenta novas formas de bem viver (FUNDAÇÃO ALANA, 2021).

Foto 11 – Implantação do sistema da captação de água: Escola Murilo Braga

Fonte: Blog COM-VIDA, Escola Murilo Braga, 2021.

Este projeto surgiu após visita dos estudantes ao espaço escolar para detectar possíveis problemas, como descreve a educadora ambiental Carmem:

> Um grupo de alunos percebeu que as 24 centrais de água da escola desperdiçavam muito água. E levaram o problema para sala, para juntos apontarem soluções. Decidiram criar um sistema de captação de água através de um tubo de garrafas pets. O tubo contém torneirinhas que ficam gotejando em cima das plantas durante o dia.

No mês de setembro de 2018, houve uma integração entre as COM-VIDAS. A COM-VIDA da Escola Estadual Murilo Braga recebeu a visita do educador ambiental Julcelho Marins e estudantes da COM-VIDA da Escola Estadual Oswaldo Pianna, que passaram três dias visitando e conhecendo as ações do projeto.

Foi um momento muito descontraído e de compartilhamento entre os estudantes. Na ocasião os estudantes da COM-VIDA da Escola Estadual Murilo Braga proporcionaram aos estudantes da COM-VIDA da Escola Estadual Oswaldo Pianna, um tour pelos pontos turísticos da cidade de Porto Velho, guiado pelo professor e historiador Anysio Gorayeb *"in memorian".* O professor, economista, jornalista, memorialista, apresentador de TV e Rádio, foi um renomado historiador que defendia a história de Rondônia e a transmitia para a população, especialmente a estudantes de várias escolas. Faleceu em 21 de março de 2021, por complicações decorrentes da (COVID 19).

No ano de 2019, a escola foi premiada no concurso para jovem na União Europeia. Nesse projeto os estudantes criaram o boneco denominado, "senhor Poluição", feito com lixo coletado na escola e entorno, com uma calculadora ao peito, onde os estudantes calculam a produção de lixo das pessoas em escolas, praças,

parques e empresas. Observa-se na Foto 12, o “Senhor Poluição” e a “Família Sustentável”:

Foto 12 – Senhor Poluição e a Família Sustentável: Escola Murilo Braga

Fonte: Blog COM-VIDA, Escola Murilo Braga, 2021.

O cálculo é feito da seguinte maneira: multiplica-se a idade da pessoa pelos 365 dias do ano e o resultado é a quantidade de lixo que a pessoa produziu durante a vida. Isso se a pessoa produzir um quilo de lixo por dia. Após o cálculo, as pessoas ficam chocadas com sua produção de lixo, e diante dessa situação, os estudantes conscientizam-se sobre a importância de ser um consumidor consciente.

Depois deste projeto os estudantes já criaram o “senhor Desperdício” com o objetivo de conscientizar a todos sobre o consumo correto da água; e o “senhor Tochinha” que representa o mal que as queimadas causam, e assim, surgiu a Família Sustentável.

A SEMA é um dos parceiros da COM-VIDA da Escola Estadual Murilo Braga e dentre as várias atividades que realizaram, destaca-se a semana da água, realizada no ano de 2019, os estudantes da COM-VIDA e funcionários da SEMA plantaram árvores às margens de um igarapé da cidade, recolheram o lixo na área e conscientizaram a comunidade local. Retornaram meses depois para verificar o desenvolvimento das plantas e conversar com os moradores da comunidade**.**

Desde que chegou na escola, a educadora ambiental Carmem desenvolve práticas educativas ambientais com os estudantes através da COM-VIDA e tem contribuído para a formação da consciência ambiental de seus estudantes e também da comunidade. Ela destaca alguns prêmios que ganharam pelos projetos realizados:

> De 2008, ano que criamos a COM-VIDA, até hoje, já recebemos 12 premiações nacionais e uma internacional. Fomos premiados, pela Fio Cruz na Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente - RJ, no Criativo da Escola da Fundação ALANA-SP; prêmio Betinho, de Educação Cidadã – Brasília; na União Europeia – Brasília; pela Sei-cho-No-Ie do Brasil; levamos nossa experiência no Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental no ESAQ/USP em Piracicaba/SP e para educadores municipais de Rio Branco – AC; participamos do desafio Global da FALM – MT; participamos da confecção do calendário 2017 do Projeto Rios Voadores; recebemos monção honrosa da Assembleia Legislativa de Rondônia e da Câmara de Vereadores de Porto Velho, fomos premiados com tecnologias em dois desafios do grupo Edukatu[18], entre outras.

Além de todos os prêmios recebidos a nível nacional e internacional, pelos projetos de consumo sustentável realizados pelos estudantes da COM-VIDA, a escola recebeu destaque também através da mídia a nível estadual.

A educadora ambiental Carmem, desde que chegou ao estado de Rondônia, dedica-se à desenvolver práticas educativas ambientais com os estudantes e com a comunidade, com uma diversidade de projetos e ações que busquem a resolução de problemas. Desta forma constata-se que ela possui as características do sujeito ecológico apresentadas por Carvalho (2001) como postura marcante militante e também dimensões da militância apresentadas por Campos e Cavalari (2017): persistência, envolvimento pessoal, motivação e superação.

5.7.4 Educadora Ambiental Alemmar Ferreira da Fonseca

A educadora ambiental Alemmar, logo que iniciou suas atividades docentes, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manaus, nesse período não tinha Ensino Médio, foi motivada por seus estudantes da turma do nono ano a juntos buscarem meios e criar estratégias de conscientizar os estudantes e a comunidade local sobre as questões ambientais. Os estudantes ficaram sensibilizados pelo ocorrido no Japão, atingido por um terremoto e tsunami que aconteceu em 11 de março de 2011, causando mortes e destruição.

Acompanhavam as notícias pelos telejornais e entenderam que aquele acidente era uma consequência da ação humana, conforme relata Alemmar: “[...]

---

[18] É uma rede de aprendizagem que tem por objetivo incentivar a troca de conhecimentos e práticas sobre o consumo consciente entre professores e estudantes do Ensino Fundamental de escolas de todo o Brasil. Cf. www.edukatu.org.br.

reuniram-se para sair em defesa do meio ambiente, pois após verem por telejornais e blogs puderam perceber que aquele acidente em parte é uma forma do planeta Terra fazer um pedido de socorro”.

A gestão da escola foi informada sobre a proposta dos estudantes e a educadora ambiental ficou sabendo que a SEDUC tinha um projeto sobre a temática ambiental. E relata que: “Começamos a ter reuniões sobre esse projeto que a gente nem sabia o que queria fazer, mas eles (estudantes) queriam salvar o mundo”. A ideia era criar oficinas que tivessem a parte teórica e também a prática, porém, as oficinas deveriam ser apresentadas pelos próprios estudantes, uma vez que, a linguagem era a mesma e que todo ano tinha semana do meio ambiente, semana da água e outros, e continuava a mesma situação. Queriam algo feito por eles mesmos. Não queriam ser treinados por adultos e nem que os adultos realizassem as oficinas.

O secretário de Educação fez uma visita à escola e algumas alunas foram conversar com ele sobre o projeto que queriam realizar. Ele se mostrou interessado e enviou para a escola a equipe chamada Protagonismo Juvenil para fazer oficinas e ensinar os estudantes a realizá-las, o que foi fundamental para o desenvolvimento do projeto, após vários meses de oficinas, todas as estratégias traçadas e capacitação recebida, conforme descreve a educadora ambiental, era hora de colocar as ideias em prática. Os estudantes começaram a oferecer oficinas para os colegas da escola, tudo previamente agendado e acertado com a equipe gestora da escola e com os professores, conforme menciona Alemmar:

> O tema central das palestras era a preservação do meio ambiente em que vivemos, isso incluía a nossa casa, nossa escola, nosso planeta e todo espaço que possamos vir a ocupar, embasados no tema do Coletivo Jovem “Jovem ensina Jovem, jovem aprende com jovem, uma geração aprende com a outra.” A cada semana eram alunos de uma sala diferente instruindo-os a como fazer brinquedos de sucatas e para isso a ajuda da direção e dos professores foi imprescindível, a direção forneceu materiais que auxiliavam na confecção dos brinquedos e os professores além de levarem seus alunos ajudavam no controle e na interação.

Um projeto que começou sem uma direção definida foi tomando forma e se aprimorando. Contou com o apoio de uma parceira do projeto a senhora que administrava a cantina da escola, que juntava todas as garrafas pets e de água para que os estudantes pudessem usar nas oficinas a cada semana. Observa-se na Foto 13, a confecção de Vasos de garrafa pet:

Foto 13 – Confecção de vasos de garrafa pet – Escola Manaus

Fonte: Dados Coletados, 2021.

Neste mesmo ano a educadora ambiental Alemmar conheceu a educadora ambiental Carmem, referência em Educação Ambiental e coordenadora da COM-VIDA na Escola Estadual Murilo Braga, e desta forma conheceu também a COM-VIDA; e no dia 13 de setembro de 2011, foi criada a COM-VIDA da Escola Estadual Manaus.

Como a escola não tinha Ensino Médio ao final do ano letivo, os estudantes do nono ano foram estudar em outra escola. Por um momento Alemmar pensou que aquela ação havia chegado ao fim. Qual não foi sua surpresa ao ser questionada pelos novos estudantes sobre quando iniciariam as oficinas. Desta forma ela entrou em contato com os antigos estudantes para que estes dessem as oficinas para os novos estudantes e assim aconteceu, conforme relata Alemmar: “[...] Combinei com os estudantes antigos que viessem treinar os mais novos, [...]” não queriam ser treinados por adultos. Mas eles querem que um ensine para o outro. Assim fizeram. E foi mais tranquilo neste ano. Desse modo, após as devidas reuniões e oficinas, as ações começaram a acontecer na escola. Foi mais tranquilo, pois já haviam adquirido experiências no ano anterior.

As COM-VIDAS das escolas eram bem atuantes realizavam atividades juntas, como por exemplo o “I Piquenique Verde da COM-VIDA”, que tinha como objetivo integrar os estudantes. Distribuíram eco canecas em substituição ao copo descartável; fizeram eco gincana em que o objetivo era que os estudantes anotassem o maior número de espécies que encontrassem durante o percurso de trilha que realizaram, para isso, tiveram o apoio de acadêmicos da FIMCA e de Geografia da UNIR. A parceria das duas educadoras só cresceu, como menciona Alemmar:

> A Carmem e eu em todo lugar que íamos trocamos número de telefone e um ajuda aqui e outro ajuda ali. [...] Viajamos para Brasília, participamos da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Participamos de cada etapa. [...] Brasília aconteceu de 23 a 28 de novembro de 2013. Fomos mais de uma vez para a Conferência.

A realização dos projetos tornou-se ainda melhor, quando conseguiram a parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UNIR, de 2014 a 2017 na escola Manaus, depois continuou na escola Castelo Branco, até 2018. Foram 4 anos de parceria da escola com PIBID da UNIR. Os acadêmicos do PIBID iam para a escola às sextas-feiras pela manhã conforme combinado com os professores e contribuíam em várias ações com os estudantes.

Outro projeto criado foi o “Sala Limpa”, que surgiu a partir das observações feitas pelos estudantes da COM-VIDA na escola, pois identificaram que a escola era muito suja; escreveram toda a parte teórica, o plano de ação e depois foram para a prática, todos organizados por equipe. Cada equipe tinha a responsabilidade de deixar as salas de aula e o pátio da escola sempre limpos. Alguns estudantes foram conversar com professores que trabalhavam no turno oposto na sala de aula para que ao término da aula, os estudantes deixassem tudo limpo, explicaram sobre o projeto e foi um período de demasiada mudança no espaço físico da escola, e na postura dos estudantes. Observa-se na Foto 14, o cartaz de divulgação das práticas realizadas pelos estudantes.

Foto 14 – Cartaz de divulgação das práticas educativas ambientais realizadas pelos estudantes

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Às sextas-feiras os estudantes se dispunham até a lavar a escola. O projeto deu tão certo, que Alemmar pontua:

> [...] a escola passou anos sem ter que pintar por dentro. Todo ano tinha que pintar porque tinha muito palavrão, muita coisa riscada. E a partir desse projeto ficou anos sem pintar, ou seja, foi uma economia para a escola. E nisso, na casa deles, já estavam falando sobre essas ações para os pais, para as mães e ficou assim, muito legal! Porque foi uma coisa que saiu realmente dos muros da escola.

Os acadêmicos do PIBID, prepararam questionários, fizeram entrevistas e a partir dos dados coletados publicaram artigos em comunicações. Alemmar pontua que:

> [..] desse projeto já temos alunos na faculdade e eles ainda tem essa referência de Educação Ambiental. Eles ainda falam conosco sobre isso porque a Educação Ambiental não é apenas os três “Rs”. Ela envolve tudo, por exemplo, na parte do caráter, na parte da formação pessoal, enfim tudo. Todas as atividades que envolvia a escola eles queriam participar, ou seja, eu estava sempre no meio de tudo porque eu não podia deixar minhas crianças.

Destaca-se que em pouco tempo de inserção no campo ambiental e na COM-VIDA, a educadora ambiental Alemmar buscou atender, com dedicação e perseverança, a todos os projetos e inquietações que os estudantes traziam. Conforme mencionado no excerto acima, a Educação Ambiental não se resume a: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Envolve valores, e formação de uma atitude ecológica conforme Carvalho (2012, p. 182) apresenta: “um sistema de valores sobre como relacionar-se com o ambiente que será internalizado com uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos do sujeito na escola”.

Outro projeto que merece destaque foi um que envolveu o teatro. Estava acontecendo na escola muito furto de celular e os estudantes da COM-VIDA resolveram criar um roteiro teatral das situações rotineiras sobre tais furtos. E logo tal situação foi solucionada. Os estudantes que integravam a COM-VIDA, estavam constantemente envolvidos na resolução de problemáticas no ambiente escolar. O resultado das intervenções era imediato. Alemmar destaca com demasiada satisfação:

> [...] a gente via o resultado e isso fazia parte da Educação Ambiental, da Educação Ambiental como um todo. A gente não estava preocupado só em fazer a horta. Tinha uma equipe da horta, tinha uma equipe que trabalhava essa parte do caráter, tinha uma parte que trabalhava a reutilização e a reciclagem. [...] Eles ficaram encantados. Todo mundo queria participar.

O envolvimento e atuação da Alemmar com os estudantes era perceptível e a gestão da escola direcionava para a educadora ambiental os estudantes rebeldes para que a mesma pudesse inseri-los na COM-VIDA e assim ajudá-los a mudar de atitude e de comportamento. Alemmar permaneceu na escola Manaus até o ano de 2017. Ano em que a educadora ambiental solicitou transferência para outra escola estadual. Ela pontua:

> Trabalhei na Escola Manaus entre no período de 2009 a 2017, a mesma não existe mais. Ela foi militarizada acho que há quatro anos. E é uma postura que não aprovo e por esse motivo não quis ficar lá. Eu tinha vários projetos, inclusive na época eu estava trabalhando com o projeto de correção de fluxo idade e no ano que era o projeto Salto e mesmo assim preferi abandonar. Eu pedi para sair porque penso que o meu perfil não combina com uma escola militarizada.

Após solicitar transferência de escola, foi alocada na escola Estadual Marechal Castelo Branco, mas que não tinha nada de militarismo, só o nome mesmo. Ela conversou com a gestão escolar da nova escola e explicou sobre o projeto que desenvolvia em parceria com o PIBID da UNIR e teve liberação para continuar a executá-lo.

Em meados de 2017, começou o processo de implantação e organização da COM-VIDA na Escola Estadual Marechal Castelo Branco. Foi um período de intensa dedicação, trabalho e recomeços. Várias reuniões com os estudantes para apresentar os conceitos e toda a parte de estruturação da COM-VIDA. Contou com o apoio dos acadêmicos da UNIR que de início ajudaram na parte teórica das pesquisas. Mesmo assim, era necessário que Alemmar fosse à escola no turno oposto ao que trabalhava, para realizar as reuniões com os estudantes do 6º ao 9º ano. Toda semana, atendia uma turma diferente, e assim, o projeto foi crescendo. Percebe-se o entusiasmo da educadora ambiental em cada novo projeto.

Realizaram um projeto com plantas medicinais, que foi a construção de um pequeno herbário na escola. Observa-se na Foto 15, as plantas do herbário construído na escola.

Foto 15 – Pequeno herbário na escola Marechal Castelo Branco

Fonte: Coleta de dados, 2021.

Outro projeto que realizaram foi para atender aos estudantes da escola com deficiências. Dentre estes, destaca-se a construção do mapa tátil para atender os estudantes com de baixa visão ou cegos. A educadora ambiental relata que:

> A gente conseguiu fazer um mapa tátil porque a escola é referência em atendimento a pessoas com necessidades especiais. Os alunos que estão lá desde o 6º ano, eles realmente aprendem a ler e escrever conforme pode aprender uma pessoa com alguma deficiência. Então são várias as deficiências que atendem lá: cego, síndrome de Asperger, Down [...]. E a gente consegue trabalhar com eles. Então, eles fizeram esses mapas táteis para que fossem utilizados por esses alunos de baixa visão ou cegos. Assim a gente já começou a contribuir com a escola a partir da Educação Ambiental. Começou a trabalhar a autoestima dos alunos, começou a trabalhar em projetos de ciências, essas coisas que a Educação Ambiental permite.

A proposta da gestão da Escola Estadual Marechal Castelo Branco era fazer o mesmo acordo que a Escola Estadual Murilo Braga fez com a SEDUC, que foi diminuir a carga horária da Educadora Ambiental Carmem, para que a mesma pudesse se dedicar à Educação Ambiental. Dessa forma, Alemmar teria um horário definido para as ações da COM-VIDA na escola, no ano de 2020, houve novamente uma interrupção, dessa vez causada pela pandemia (COVID 19), o que causou demasiadas incertezas na população e nos órgãos governamentais, bem como na escola. Alemmar declara:

> A gente não teve como dar continuidade porque no ano passado todo mundo ficou perdido. A gente começou o ano de 2020, a gente teve um mês e meio de aula, tudo normal. Fazendo planejamento e tudo mais. E como as aulas presenciais foram suspensas, todos os nossos projetos pararam também. A diretora me disse que esse ano eu iria trabalhar mais a Educação Ambiental [...] reduz a carga horária para ter mais tempo para se dedicar a Educação Ambiental.

No entanto, a pandemia (COVID 19 causou a paralisação de todas as escolas e espera-se que a COM-VIDA retorne às suas práticas educativas ambientais e que mais projetos sejam criados e implantados.

Observa-se então, que a educadora ambiental possui as características do sujeito ecológico apresentadas por Carvalho (2001), como: postura militante, ação política, sensibilidade estética e afetiva, e também dimensões apresentadas por Campos e Cavalari (2017): persistência, envolvimento pessoal, motivação e superação.

5.7.5 Educador ambiental Julcelho Marins da Silva

O educador ambiental Julcelho, iniciou as práticas educativas ambientais em Rondônia, logo que chegou na Escola Estadual Oswaldo Pianna, em 2008, onde foi alocado para exercer a docência, na cidade de Seringueiras. Ele relata que as paredes da escola eram riscadas e, logo de início, já pensou na possibilidade de trabalhar um projeto de Educação Ambiental para melhorar o espaço físico da escola, conforme descrição abaixo:

.

> [...] Cheguei na escola e a sala de aula estava toda riscada, nas parede anotações, com número de telefone, com recados, frases, enfim toda riscada. Pensei comigo: está muito feio esse negócio aqui, vamos ter que fazer um projeto de conscientização. Então criei um projeto de Educação Ambiental intitulado: “Escola, ambiente como um caminho para as transformações”. Primeiro projeto que fizemos e começamos a trabalhar com os alunos sobre a conscientização, não riscar a parede, conversando com eles, trabalhamos, ensinando os alunos; jovens ensinando jovens.

Este educador ambiental observou as condições físicas da escola, logo que adentrou e identificou situações problemáticas. Iniciou sua docência e apresentou à equipe gestora e aos estudantes o projeto “Escola, ambiente como um caminho de transformações”, com enfoque na conscientização.

Por volta de 2010, a COM-VIDA foi implantada na Escola Estadual Oswaldo Piana, os estudantes foram divididos por equipe e iniciaram a execução de projetos a partir das questões problemáticas que encontraram através da observação. Eram muitos estudantes participantes e era preciso fazer uma escala para que cada grupo pudesse participar.

No ano de 2018, a Conferência estadual aconteceu na cidade de Cacoal e a escola participou apresentando o projeto que ficou entre os 17 melhores do estado.

Outro projeto realizado na horta da escola. Observa-se na Foto 16, como a estruturação da horta:

Foto 16 – A horta da Escola Oswaldo Pianna

Fonte: Facebook COM-VIDA, escola Oswaldo Pianna, 2021

Julcelho recorda que a COM-VIDA Atitude, participou das etapas de classificação da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente a nível municipal e estadual. Por conta de uma verba que a escola recebeu, o educador ambiental apresentou a importância da mesma para a realização das práticas educativas ambientais e foi decidido, direcionar a verba para a implantação da horta. A estrutura foi toda preparada e logo que foi concluída, as equipes da COM-VIDA começaram a trabalhar desde a limpeza, até a preparação do solo, para receber a semente.

A equipe gestora da escola sempre apoiou a COM-VIDA. Conforme já mencionado, no ano de 2018, a COM-VIDA da Escola Estadual Oswaldo Pianna visitou a COM-VIDA da Escola Estadual Murilo Braga em Porto Velho, com o objetivo de troca de experiências entre os estudantes. Todos fizeram um *tour* aos principais pontos turísticos pela cidade de Porto Velho, na companhia do historiador Anísio Gorayeb. *"in memorian"*. Observa-se na Foto 17, o tour dos estudantes da COM-VIDA em Porto Velho:

Foto 17 – Tour dos estudantes da COM-VIDA Escola Murilo Braga e Escola Oswaldo Pianna

Fonte: Facebook da COM-VIDA, Escola Oswaldo Pianna, 2021

Foi um momento de muita alegria e de muitas fotos. Os estudantes da Escola Murilo Braga, apresentaram alguns projetos que estão realizando ou realizaram, foi uma troca muito proveitosa para as duas COM-VIDAS, o trabalho realizado pela educadora Carmem, é destacado pelo educador Julcelho:

> A prof. Carmem Silvia de Andrade Corrêa, da COM-VIDA Murilo Braga é uma pessoa muito amável e competente, estimo muito ela. Como eu poderia dizer? [...]Ela é uma professora muito dedicada às questões ambientais e a nossa parceria foi muito importante.

Outra prática educativa causou grande impacto na cidade, foi a da conscientização no trânsito. No momento da saída da escola os estudantes saiam correndo, um atropelando o outro, quando a sirene tocava era um tumulto. Ao observar-se tal fato, percebeu-se a necessidade de criar algumas estratégias para resolvê-lo em parceria com a gestão escolar, com a Secretaria Municipal de Saúde e da equipe do Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN). Com data e horário devidamente agendado, próximo da saída dos estudantes, foi realizada, com a ajuda dos órgãos já mencionados a simulação de um acidente na frente da escola, conforme relata o educador ambiental:

> Faltando uns cinco minutos para o término das aulas, ligamos a sirene da ambulância e a estudante ficou deitada no chão, com ketchup espalhado pelo corpo. E de repente todos os alunos, em volta olharam, assustados. E nesse momento fiz intervenção. Isso realmente poderia ser uma realidade. Isso poderia estar acontecendo agora. Vejam como vocês saem da escola, das salas de aula. Como vocês entram na escola? Vocês não utilizam a faixa de pedestre, não utilizam as calçadas. Respeitem a faixa de pedestre, e fui falando, explicando.

Julcelho enfatizou que após esta simulação a mudança por parte dos estudantes foi perceptível, no momento da saída, mas que infelizmente no ano de 2015, aconteceu um acidente, em frente à escola. Uma estudante saiu da escola de moto e foi atingida por um ônibus. Foi um momento de pesar e muita reflexão.

Nesta ação fizeram uso de trocadilho, quanto ao nome da COM-VIDA é Atitude', realizaram, uma ação chamada Atitude responsável na natureza COM-VIDA na qual fizeram a distribuição de adesivos para colar nos carros com a mensagem "Respeite o trânsito COM-VIDA!"

Outra prática educativa que realizaram, foi a arborização ao redor da escola. A gestão escolar conseguiu mudas de ipê e todos os estudantes da COM-VIDA se empenharam e cada equipe desempenhou suas tarefas. Definiram a distância entre cada planta, prepararam o terreno, plantaram e cada equipe tinha o seu horário para molhar as plantinhas, Observa-se na Foto 18, a arborização na parte externa:

Foto 18 – Arborização da Escola Oswaldo Piana

Fonte: Facebook da COM-VIDA, Escola Oswaldo Pianna, 2021.

Este foi o último projeto que realizaram. O educador ambiental pontua que foram anos de dedicação e trabalho, mas o retorno é imediato, conforme menciona:

> Como eu já comentei no início da entrevista, a nossa escola era muito feia, hoje, nós diríamos que estamos na melhor escola da Rodovia 429. Em tudo é melhor! Até o IDEB (2019) os resultados são os melhores comparados com as escolas da região. Melhor do que as escolas das cidades circunvizinhas. Tanto é que o Novo Ensino Médio foi implantado aqui em 2019, fomos escolhidos como projeto piloto por causa da nossa estrutura, em Seringueiras.

A parceria entre o educador ambiental, a gestão escolar, e o apoio dos professores contribuiu para que práticas educativas ambientais fossem inseridas no

cotidiano dos estudantes. Por outro lado, a equipe gestora investiu na infraestrutura da escola que a partir de 2013, que se transformou, como descreve Julcelho:

> [...] hoje, temos salas ambientes com som ambiente, caixa de som, wi-fi, armários, datashow [...] temos 15 salas de aulas e em todas tem um datashow acoplado na parte superior da sala. Eu tenho minha sala para dar aula, [...] compartilho com os outros professores, [...] tenho quadro de vidro. Então, estamos empenhados, trabalhando para termos uma excelente escola. As melhorias na escola foram muitas, quando a gente olha como era no passado e como está hoje, a diferença é grande.

A Escola Estadual Oswaldo Pianna é a única escola de Ensino Médio da Cidade de Seringueiras e percebe-se através do trabalho em equipe, que houve melhoria no aspecto físico da escola e na atitude dos estudantes que passaram a zelar pelo ambiente de estudos. A COM-VIDA permitiu realizarem práticas educativas ambientais que passassem a ser parte integrante do cotidiano dos estudantes. Por fim, o educador menciona que há um projeto que pretende realizar que é a recomposição da mata ciliar do Rio Bananeiras, que nasce na cidade de Cacoal e fornece água para os habitantes de Seringueiras. Um projeto grande que envolverá a participação ativa de vários parceiros.

Julcelho, desde sua chegada ao estado de Rondônia, dedica-se à desenvolver práticas educativas ambientais com os estudantes e com a comunidade, através de projetos e ações educativas ambientais. Desta forma, foi possível identificar as seguintes características do sujeito ecológico apresentadas por Carvalho (2001) como postura marcante militante e também dimensões da militância apresentadas por Campos e Cavalari (2017): persistência, envolvimento pessoal, motivação e superação.

Este tópico descritivo teve como enfoque apresentar algumas práticas educativas que os educadores ambientais realizaram. A ideia da inserção de citações longas foi no intuito de permitir que os mesmos descrevessem o que e como vivenciaram todas as experiências com a Educação Ambiental

5.8 DIMENSÕES DA MILITÂNCIA PERCEPTÍVEIS NOS EDUCADORES AMBIENTAIS: PERSISTÊNCIA E ENVOLVIMENTO PESSOAL

De acordo com Carvalho (2013, p. 115) o sujeito ecológico “reconhece a importância de preocupar-se com as questões ambientais, que influencia a outros pelo seu cuidado, zelo, atitudes, valores e ações ecológicas” Desta forma neste tópico buscou-se apresentar vivências das práticas cotidianas dos educadores ambientais sendo elas práticas coletivas ou individuais. Com o intuito de mostrar que além das práticas educativas ambientais que os mesmos desenvolveram com os estudantes na escola, suas ações ecológicas que perpassam por suas vidas, sejam elas coletivas ou individuais.

Leci se destaca dentro do seu campo de atuação familiar, social e profissional uma vez que busca incentivá-los quanto às dimensões práticas cotidianas, como de consumo e de condutas morais. A educadora ambiental relata:

> Se vou comprar alguma coisa de embalagem eu já penso logo como posso reutilizar a embalagem. [...] são coisas que dá para reutilizar. Ao invés de comprar tanta sacola para o lixo reaproveita-se a que vem do mercado. Estou sempre tentando fazer uma coisa com outra que já tenho, ou por exemplo se chupo uma bala na rua, não jogo a embalagem na rua e passei isso para minhas filhas. Tanto que quando vou lavar roupa, encontro embalagem de balas nos bolsos das roupas. Nem tudo a gente consegue fazer mas, essas mínimas coisas vou fazendo no dia a dia, porque o meio ambiente é tudo - e as consequências são a médio e longo prazo, talvez uma ação que eu faça hoje, não verei o resultado agora, mas o verei depois. No meu dia a dia, posso perceber que as minhas filhas e familiares se envolvem juntamente comigo nessas questões ambientais. Alguns já separam os resíduos sólidos e se envolveram também no projeto do Hospital do Amor na coleta de tampinhas de garrafas pet. A escola montou um projeto para os alunos juntarem as tampinhas em casa. Então, eu percebo que influenciei as pessoas próximas a mim [...]. Estamos sempre tentando trabalhar a consciência ambiental.

Diante do exposto, é perceptível que as práticas cotidianas e as escolhas de consumo de Leci têm influenciado o meio na qual está inserida.

A educadora ambiental Alemmar dispõe de dimensões ecológicas em sua vida individual, em suas práticas materiais cotidianas que envolve ações e comportamentos, como: “[...] no meu cotidiano já são internalizadas ações como, separar o lixo, fazer compostagem, limpar os recipientes antes de jogar. Mas isso são coisas comuns que penso que boa parte das pessoas já fazem”. As ações realizadas

pela educadora ambiental, são descritas como ações comuns, pois a mesma já internalizou sua importância, o que demonstra uma atitude ecológica.

A educadora Ana Nere relata algumas ações e atitudes que dentro do possível procura realizar no seu cotidiano:

> **Procuro dentro do possível aplicar em meu dia a dia ações e atitudes de consciência ambiental,** realizando aquilo que deve ser próprio de um cidadão consciente de seus deveres, **como: separar o lixo reciclável à coleta seletiva; utilizar o lixo orgânico para compostagem e produção de adubo; não ao desperdício, reaproveitamento de sobra de alimentos; prática do desapego, doação de roupas e objetos ao próximo;** corte de árvores se necessário, mas com replantio de outras; aplicação da lei da compensação; não ao uso de excesso de sacolinhas de plástico e sim sacolas retornáveis e muito, muito mais (grifo nosso).

Ana Nere, assim como Alemmar, dentro de suas práticas individuais, identificam-se com uma atitude ecológica e consciência ambiental, traços do sujeito ecológico.

Pontua-se na fala da educadora ambiental Carmem, aspectos referentes à sensibilidade estética e afetiva, quando declara que no pequeno espaço que possui em sua residência reservou uma parte para inserir a vegetação e também atender aos pássaros, outros seres que por ventura apareçam e também para proporcionar-lhe um ambiente mais fresco e agradável no seu quintal. “Meu quintal é pequeno, eu tenho uma floresta aqui. [...] vem pássaros, vem beija-flor e eu coloco os recipientes para beberem água”.

O educador Julcelho também no seu dia a dia desenvolve práticas coletivas e individuais, e pontua sua atitude ecológica, no cotidiano. Quando possível, intervém de forma pacífica e reforça aspectos da consciência ambiental, como relata:

> Eu procuro no meu dia a dia fazer a minha parte. Caso esteja no carro de outra pessoa e alguém joga lixo pela janela, eu advirto, falo sobre as consequências daquela atitude; **quando vou pescar recolho o meu lixo e dos que deixaram o lixo as margens dos rios; dificilmente queimo resíduos da limpeza do quintal,** espero o serviço público vir buscar; não jogo de jeito nenhum lixo no chão e advirto quanto a jogar lixo no chão tanto na sala de aula quanto na cidade; não deixo recipientes para acumular aguas no quintal; converso sempre com as pessoas que fazem propagandas com som ligado para que reduza o volume um pouco; odeio som alto, se for vizinho converso com ele; quando vou pescar, peixes abaixo da medida devolvo na água (grifo nosso).

Diante dos excertos acima, a militância foi uma característica perceptível predominante nos educadores ambientais e se completa com as práticas educativas ambientais realizadas pelos mesmos.

A ação política configura-se como outro traço identitário do sujeito ecológico e Carvalho (2012) destaca que este sujeito além de se identificar com os problemas, participa dos “destinos e decisões” que afetam sua vida seja na dimensão individual seja na coletiva. Desse modo, os educadores ambientais se envolvem em todas as questões que envolvem suas práticas ambientais, uma vez que, estas envolvem também aspectos sociais. A educadora ambiental Leci menciona:

> A minha atuação política na Educação Ambiental se baseia numa constância de ações, de atividades, porque tudo é uma sequência. Principalmente com crianças e adolescentes, tem que estar o tempo todo falando. Não adianta fazer um projeto e passar dois meses discutindo e depois, esquecer não falar mais sobre o assunto. Então, tem que ter uma continuidade, todo dia falar um pouco, trazer para a realidade local. E a minha política é justamente essa de trabalhar com o aluno a partir do local em que ele está inserido, no seu município, na escola, na sua casa. E as ações que faz fora e dentro da casa dele vai gerar uma consequência fora, na rua, no bairro, no município, ou seja, se eu jogo o meu lixo ou queimo meu lixo no meu quintal, haverá as consequência externas. Então é numa constância de falas, de exemplos, de atividades com esses alunos. Todos nós fazemos e estamos envolvidos com a política, seja na escola, seja ambiental, em qualquer lugar. Todas as nossas ações são políticas, não uma política partidária, mas é política. A gente organiza as nossas ações para um fim.

A persistência na ação política desta educadora é um traço marcante, ela tem percepção da sua influência como educadora ambiental e deseja que seus estudantes tenham noção da realidade de destruição e descaso, no meio onde estão inseridos.

Julcelho destaca na sua fala o que busca passar aos estudantes, a consciência e conhecimento dos deveres e direitos e conhecer a lei para saber se posicionar, diante de situações corriqueiras do dia a dia, conforme diz:

> Eu sempre falo para os meus alunos, a gente tem direitos, desde que cumpra o dever. Precisamos sempre pensar, será que estou cumprindo meu dever em relação a aquilo? Eu preciso fazer a minha parte como cidadão, para exigir meus direitos. Busco cumprir meus deveres e quando necessário faço valer meus direitos, e assim procuro passar para os alunos que é importante saber o que é dever, mas também o que é direito, porque só vamos exigir se soubermos que temos direitos e isso acontece através do conhecimento, da educação.

Ana Nere descreve que além de gostar faz uso da política em tudo o que faz. Reforça que não se enquadra numa política partidária. A política da mesma é a política educacional:

> Minha atuação política que gosto e que faço é o uso da política que todos temos que ter na nossa vida, e nós precisamos. A política está em todos os lugares, como vamos desenvolver um projeto como nós desenvolvemos, se não corremos atrás das pessoas que estão envolvidas com a política?! Mas, não em política partidária. Eu sempre tenho falado que a minha política é educacional e não partidária. Essa partidária eu tenho para mim e discordo de muitas coisas de vocês, mas precisamos de vocês. Então eu tenho a minha política educacional, se você quiser participar da minha política educacional, da nossa política educacional na escola, com todos os nossos trabalhos, as portas estão abertas.

Alemmar pontua que suas ações são contínuas, e mas que nunca pensou sobre suas ações políticas. A educadora Carmen destaca que “Luto pelas causas ambientais, sempre que eu posso eu luto”. Ambas as educadoras no seu cotidiano, bem, como Ana Nere, Leci e Julcelho, se envolvem na resolução de questões problematizadoras que surgem e também participam da resolução das mesmas, como já mencionado. Este tópico aponta e reforça a premissa de que tais educadores ambientais são sujeitos ecológicos.

Mediante a cada prática educativa ambiental realizada pelos educadores ambientais em suas respectivas escolas e comunidade, destaca-se neste tópico algumas dificuldades encontradas e situações superadas.

A persistência é uma das características identificadas nestes educadores ambientais, um traço marcante e identificado na pesquisa realizada por Campos e Cavalari (2017), com professores de Biologia.

As educadoras ambientais Leci e Carmem fazem menção às dificuldades financeiras para a realização das práticas educativas ambientais, pois, não havia uma verba destinada à Educação Ambiental na escola, então todas as práticas ambientais, eram realizadas dentro das possibilidades, conforme relata a educadora ambiental Leci:

> [...] **a maior dificuldade seria mesmo essa questão financeira**. Porém, na maioria das vezes tudo o que nos propomos a fazer, conseguimos. Sempre se planejou o que podia-se realizar, dentro das possibilidades. [...]

Buscou-se realizar as práticas educativas ambientais de acordo com as condições possíveis no contexto ambiental Deste modo, possuidora de uma larga experiência nas práticas educativas ambientais realizadas na escola e com a comunidade, a educadora ambiental Carmem também faz menção às dificuldades financeiras para realizar as práticas educativas ambientais e também a falta de tempo para realizar os encontros com os estudantes, como relata:

> Toda vez que vou apresentar as nossas experiências com o projeto COM-VIDA, me perguntam sobre as dificuldades que enfrentei e enfrento. Como todos, enfrentei dificuldades, mas não me fizeram desistir. Uma grande **dificuldade que tive foi relacionada a questão financeira.** Pois, para cada projeto que os alunos criavam, precisaríamos de verba para desenvolver, precisávamos de transporte, de material, mas sempre saia em busca de parceria. No início íamos atrás dos parceiros, hoje, são os parceiros que nos procuram. E assim conseguimos desenvolver os projetos. Um outro problema era quanto a minha **carga horária de 40 horas em sala de aula,** que foi solucionada entre a direção da escola e Secretaria de educação. [...]

As dificuldades foram superadas e, ao longo dos anos, parceiros foram oferecendo apoio para que a COM-VIDA continuasse atuante e envolvendo os estudantes e a comunidade. Houve também acerto entre a Secretaria de Educação e escola, que proporcionou à educadora uma quantidade de horas destinadas para as ações da COM-VIDA.

Alemmar, a sua maior dificuldade foi a falta de apoio, de acompanhamento, caracterizado como solidão pedagógica: um trabalho solitário:

> **A maior dificuldade que destaco no meu no desenvolvimento das práticas educativas ambientais** e a docência de forma geral é o que a gente chama de **solidão pedagógica**. No começo a gente pensava assim: _Puxa!! Trabalho sozinha na Educação Ambiental, não conheço ninguém que trabalhe isso, e **a direção da escola não colabora**. [...] “A professora já vem tarde e noite e ainda vem de manhã!?” **A gente ouvia coisas com o objetivo de nos desmotivar. Por exemplo: essa pessoa não tem o que fazer!? Até cheguei a ouvir de um vice-diretor, se eu não estava precisando de uma lavagem de roupa, ou seja, vá procurar o que fazer a senhora está com muito tempo para perder aqui, só vive aqui.** Porque toda hora eu estava lá, porque a COM-VIDA nos dá autonomia, você pode fazer ofícios, solicitações, declarações. Então toda hora eu estava lá. Olha tem isso aqui, você pode assinar para mim, tem esse relatório. Eles não querem saber. É o que a gente chama de solidão pedagógica. E **isso foi resolvido em grande parte quando tive contato com a Carmen e com outros professores que já desenvolvem ações de Educação Ambiental.** [...] (grifo meu)

A solidão pedagógica relatada pela educadora ambiental Alemmar e as críticas recebidas por parte dos seus superiores não foram suficientes para desanimá-la ou fazê-la desistir de realizar com seus estudantes práticas educativas ambientais significativas para eles e para a comunidade.

O educador ambiental Julcelho destaca dois tópicos referentes às dificuldades encontradas e/ou superadas para a realização das práticas educativas ambientais: a primeira, é a falta de tempo, (conforme mencionou a educadora Carmem), para fazer os encontros com os estudantes, pois tais encontros precisam acontecer no horário oposto das aulas, e desta forma, o educador trabalha muitas horas além do seu horário de trabalho. Destaca também que no início do Projeto as críticas (conforme pontuou a educadora ambiental Alemmar, a solidão pedagógica), fora fatores que tornaram a realização das práticas ambientais mais desafiadoras, conforme relata, as críticas a algo de errado que acontecesse eram reportadas aos estudantes da COM-VIDA, como pontua o educador:

> **A maior dificuldade para o professor trabalhar com a Educação Ambiental,** a professora Carmem que trabalha com a COM-VIDA há muitos anos também teve. Ela conseguiu, que **é um período só para trabalhar Educação Ambiental,** ela conseguiu 20h. Mas a gente aqui não conseguiu isso. **Então, a maior dificuldade é o tempo. Porque dentro da aula, não há um período específico para a Educação Ambiental.** A gente tem que desenvolver em outro horário [...] No começo do projeto, qualquer situação negativa que acontecia, alguma coisa errada, logo diziam, é menino do projeto do Julcelho. Esse aí é do Julcelho. Quando de fato, o projeto não é meu, o projeto é da escola. E hoje a nossa diretora incentiva e apoia o projeto e sabe que é bom para a escola, tanto a COM-VIDA que a gente nunca deixou de trabalhar e agora o Grêmio Estudantil que chegou para somar, para ajudar na escola também e vai ser muito bom.

Julcelho reforça a dificuldade quanto à falta de tempo para realizar as reuniões para tratar assuntos relacionados à COM-VIDA e projetos com os estudantes, e de forma imperceptível, ele também passou por um período, chamado por Alemmar de solidão pedagógica.

Já a educadora ambiental Ana Nere, relata que dentre as dificuldades enfrentadas destacam-se: a falta de profissionais, cidadãos comprometidos com a causa ambiental; dificuldade financeira; e também os chefes que não apoiam os projetos ambientais:

> As dificuldades foram muitas, desde **encontrar cidadãos e profissionais que comungavam as mesmas ideias** que as nossas para formar um grupo disposto a trabalhar a finco. Esbarramos na **parte financeira para a aquisição de materiais e insumos necessários ao trabalho**; educação e escola nunca dispõem de verba para isso. Superiores (**chefes) que não se afinam com os projetos ambientais**. Para alguns é mais importante construir salão para jogos; que disponibilizar um ambiente decente para arquivar o material. Quando o trabalho é colocado acima dos obstáculos passamos a sermos notados e a adesão cresce.

Pontua-se, neste tópico, que as dificuldades enfrentadas por estes educadores ambientais foram bem similares, dificuldades financeiras, solidão pedagógica, falta de apoio por parte da equipe escolar, falta de um horário específico para a Educação Ambiental e cidadãos que compartilhassem da mesma ideia, (que a professora Carmem identifica como parceiros). Mesmo diante de todas as dificuldades estes educadores ambientais persistiram e Ana Nere aponta que: “Quando o trabalho é colocado acima dos obstáculos passamos a ser notados e a adesão cresce.” Todos os entrevistados superaram os obstáculos e passaram a ser e a fazerem parte da história da Educação Ambiental no estado de Rondônia.

A História de vida de cada educador ambiental apresentada nesta seção, os desafios e dificuldades superadas, as conquistas e o reconhecimento alcançado, a militância ecológica e a persistência diante dos relatos e das práticas ambientais realizadas no estado de Rondônia caracterizam estes educadores ambientais como sujeitos ecológicos. Esta análise se refere à problemática proposta nesta pesquisa, considerando a questão: Como os educadores ambientais da rede pública estadual de ensino no estado de Rondônia, desempenham as práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito ecológico no estado de Rondônia?

A descrição das práticas acima das tais práticas, reforça a afirmativa de que tais educadores ambientais possuem as características pontuadas por Carvalho (2001), quanto ao ideário de sujeito ecológico.

Atuantes e conscientes da realidade do contexto amazônico, o esforço individual de cada educador ambiental, participante desta pesquisa, é notório. Inseridos em suas localidades de atuação, desempenham suas funções com enfoque socioambiental bem definido. No entanto, seu trabalho possui uma ação limitada, uma vez que, as medidas não dependem apenas destes e da comunidade local.

Os responsáveis pela devastação de milhares de hectares de floresta, pela destruição causada pelas empresas de mineração, que contaminam os rios, extinguindo a fauna e a flora; pela invasão de reservas indígenas são as grandes empresas de exportação de madeiras, as grandes empresas mineradoras, os latifundiários e o grande capital inserido no estado de Rondônia desde o período da sua colonização.

A atuação política e as ações individuais, como a separação dos resíduos sólidos, são comportamentos individuais orientados ecologicamente, mas, insuficientes para a resolução das questões ambientais. Uma vez que, não há disponível por parte do poder público um sistema de coleta seletiva, como pode ser observado, por exemplo, o município de Porto Velho. Onde há um bairro chamado de Vila Princesa, no qual os moradores sobrevivem da coleta seletiva que realizam no lixão da cidade (local onde são depositados todos os resíduos recolhidos da zona urbana de Porto Velho), que fica nas proximidades de suas casas.

5.9 SITUAÇÕES AMBIENTAIS AGRAVANTES NO ESTADO DE RONDÔNIA

Mediante as questões ambientais já mencionadas anteriormente, a destruição das florestas, contaminação dos rios, exploração dos mineiros, desmatamento, dentre outros, são discussões pertinentes e atuais no contexto amazônico. Silva (2020, p. 9) ressalta que foi através do Rio Madeira que o agronegócio adentrou na Amazônia, e inseriu Rondônia na “logística globalizada”.

Os educadores ambientais pontuaram algumas situações ambientais agravantes a eles perceptíveis. Carmem pontua que:

> [...] os problemas que presencio no estado, são sobre a questão do desmatamento para implantar pasto. Rondônia é o estado com o maior número de gado no Brasil, mas também um de maior área desmatada do país. Implantam a pecuária sem uma visão sustentável. As queimadas, que acontecem todos os anos causam graves problemas de saúde e impacto ao meio ambiente. São consequências devastadoras a longo prazo, devido à liberação de milhões de toneladas extras de dióxido de carbono, perda de espécies e destruição de ecossistemas vitais, e ninguém faz nada sobre. Quem manda em Rondônia e no Brasil como o todo, são os grandes latifundiários, infelizmente. Na Amazônia, em Rondônia, no Brasil a situação é idêntica. **As questões relacionadas a desmatamento, água e queimadas, são sempre associadas as monoculturas exportadoras.** Para eles o dinheiro parece ser bem melhor que a qualidade de vida. Quanto o asfaltamento da rodovia BR 319. Sou

> contra, pois sem fiscalização efetiva dos órgãos federais, o asfaltamento pode permitir o avanço da fronteira agrícola e causar danos socioambientais irreparáveis [...] grifo nosso.

A produção de soja no estado de Rondônia não é tão intensa como acontece no estado do Mato Grosso, no entanto, o que Silva (2020, p. 8) chama a atenção é para "[...] os impactos territoriais no espaço agrário rondoniense".

A atuação invasiva e constante dos latifundiários, as queimadas e o desmatamento no estado são enfatizados pela educadora ambiental Carmem e também pela educadora ambiental Ana Nere, que expõe:

> As situações agravantes do nosso estado de Rondônia que envolve também a Amazônia que eu destaco são: desmatamento, as queimadas irresponsáveis, a falta de novas pesquisas para que as pessoas mudassem a consciência delas de ver que quando se desmata alguma coisa tem que pôr fogo. Isso não existe mais, isso é dos dois séculos atrás. O plantio direto não tem necessidade de limpar o solo para produzir. **Outra coisa é a ganância por terra. Quem tem terra, acha que ter terra, por pior que seja o solo, é status. "Eu tenho fazenda!" A falta de consciência dos grandes proprietários que vão engolindo as pequenas propriedades.** Vão comprando por preços, nem de banana, porque banana está cara hoje**. Por preços tão pequenos vão agregando suas fazendas às terras dos pequenos proprietários, não dando oportunidade**. Por que? A maioria dos órgãos que deveria dar assistência a esses pequenos produtores, não dão assistência. A pessoa consegue a terra e fica lá jogada no meio do mato, como os indígenas. Não tem assistência nenhuma, para melhorar a qualidade do solo, para poder produzir. E depois ainda dizem que as pessoas são preguiçosas, por isso que nas terras dela não produz. Como produzir? Não tem assistência, não tem nada de que ela precisa. Não tem um curso técnico, não tem nada, ela fica lá, jogado na terra e depois, vem o grande proprietário e fica insistindo, às vezes cria até conflitos por causa da terra e acaba ficando com aquela terra que era do pequeno produtor. Então são N erros que existem que causam toda essa problemática no Meio Ambiente. [...] a ganância por terra é muito grande, o desespero para enriquecer, para desmatar e fazer pasto. Depois abandona aquele pasto, larga lá, sem produzir nada, causando erosão, causando danos tão grandes à natureza, aos rios, às nascentes, aos córregos, quer dizer, tudo isso tem que melhorar, tudo isso é ponto negativo para o nosso Planeta está pedindo socorro [...]. E cabe a nós educadores, aos meios de comunicação tanto o falado quanto o impresso, televisão deveria ter mais denúncias, deveria ter mais vinhetas falando incutindo no ser humano. As rádios têm a faca e o queijo na mão, as rádios são comunicação de massa, mas não usam para isso [...]. Então, eu acho que as coisas na Região Norte, em Rondônia, na Amazônia, nos estados da Região Norte, no Brasil todo mesmo, é assim a falta de interesse, falta de dedicação e amor. Porque os canais estão abertos, tudo isso poderia ser utilizado, mas infelizmente, não é.

Ana Nere, enfatiza que os grandes proprietários de terras são responsabilizados pela demasiada destruição da Amazônia e também por dificultar o crescimento do pequeno proprietário que não possui os mesmos recursos financeiros, chegando em muitos casos, a não ter outra solução a não ser, vender sua terra para os grandes donos de fazendas, o grande proprietário rural.

Barbosa e Lima (2018, p. 133) destacam que: “a violência contra trabalhadores rurais, sem-terra, posseiros, povos e comunidades tradicionais é constante na Amazônia desde o período colonial. Essa violência é tanto física como simbólica e aplicada mediante técnicas e graus variados”.

No excerto abaixo Leci também apresenta os tópicos referentes à situações preocupantes perceptíveis no estado de Rondônia:

> Bem, o nosso estado de Rondônia hoje, é um grande criador de gado e a criação extensiva precisa de muito espaço, o pessoal está derrubando muito e assim, percebemos algumas situações de mudança do ciclo da chuva e do calor. Isso influencia não só a nossa região, a questão do ciclo das chuvas interfere no sul do país. Então eu acho que a **criação de gado aqui e a plantação de soja** eu diria que talvez poderiam ser revistas. Não sei se a plantação de soja teria como fazer sem derrubar. A criação de gado, tem muita gente já fazendo o confinamento. Então acho que tudo é um meio termo tem que olhar tanto o lado econômico, quanto o lado social ambiental. **Aquele proprietário que tem uma fazenda muito grande é porque um pequeno proprietário saiu dali e esse pequeno proprietário, muda-se para a cidade e chegando lá não tem um emprego digno e isso gera uma série de consequências.** Todos os dias vemos nos jornais a questão do desmatamento que está muito forte. A gente percebe nos meses de agosto e setembro e às vezes até julho, as queimadas, então assim, eu acho que é hora dessa conscientização, mas não é o pequeno proprietário que está fazendo, são os grandes fazendeiros. E como é que se resolve isso? **A questão fundiária é uma situação bastante complexa no estado para ser resolvida, não só no Estado de Rondônia mas de uma forma geral a região Norte que é o foco agora de crescimento e de desmatamento.** Que é a região menos explorada menos povoada. Então, é o lugar que tem espaço. Uma coisa que a gente faz aqui em Rondônia gera consequências para a região e para todo o território. Porque junta um pouquinho daqui, um pouquinho do outro estado, com um pouquinho do outro estado e isso acaba dando ali uma grande proporção (grifo nosso).

Estes conflitos agrários são decorrentes de grandes proprietários da terra que intimidam e atingem os pequenos proprietários, que ainda resistem em vender sua terra. A este respeito Silva (2020, p. 9), aponta “no que se refere às grandes propriedades, o agronegócio converteu áreas de pastagens em espaços da

monocultura favorecido pela estrutura fundiária, áreas do sul rondoniense, caracterizadas pela presença de latifúndios e por conflitos agrários [...]". Conflitos estes, decorrentes de alguns poucos pequenos proprietários que resistem aos grandes proprietários de terra.

Barbosa e Lima (2018, p. 139) pontuam que:

> A questão da violência no campo não é problema local e específico a essa porção do espaço, uma vez que se reproduz em ampla escala e se acentua em toda a Amazônia Legal [...]. A existência de conflitos torna iminente a ocorrência de assassinatos e outras formas de violação de direitos humanos, como ameaças, tortura e danos patrimoniais.

Os autores apresentaram um panorama dos conflitos agrários no período de 2015 a 2018, na Amazônia Legal, e o estado de Rondônia destaca-se em número de assassinatos de camponeses. Os municípios em destaque são: Porto Velho, Vilhena, Buritis, Alto Paraíso, Cujubim, Machadinho e Monte Negro (BARBOSA, SILVA, 2018). Observa-se no Quadro 7, o resumo do panorama dos conflitos agrários na Amazônia Legal:

Quadro 7 – Resumo do Panorama dos conflitos agrários na Amazônia Legal 2015 a 2017

Estado	Municípios com maior número de conflitos	Número de assassinatos 2015	Número de assassinatos 2016	Número de assassinatos 2017	Total
Rondônia	Vilhena, Porto Velho	20	21	15	56
Pará	Anapu Moju	19	6	20	45
Maranhão	Codó Centro Novo do Maranhão	6	13	5	24
[..]	[..]	[..]	[..]	[..]	[..]

Fonte: Adaptado de Barbosa e Silva, 2018, p. 139.

A educadora ambiental Carmem atuante no município de Porto Velho é conhecedora dos conflitos que ocorrem neste município, da mesma forma a educadora Ambiental Ana Nere, no município de Vilhena. Estes dois municípios no período de 2015 a 2017 lideram em número de assassinatos de camponeses, causados por conflitos agrários.

Ana Nere pontuou anteriormente, que com os estudantes realizou uma denúncia contra a prefeitura de Vilhena pela poluição causada à nascente do rio Pires

de Sá. A ação política diante da devastação causada, obteve demasiadas questões resolvidas e ganhos de adeptos às práticas ambientais naquela época, mas, com passar do tempo e com a renovação da gestão pública, as parcerias ficaram fragilizadas, até que os projetos ambientais limitaram-se apenas à escola Zilda Uchôa.

A educadora ambiental Alemmar destacou os seguintes tópicos referentes às situações agravantes no estado:

> Quanto às **situações ambientais agravantes do nosso estado de Rondônia**, a maioria delas tem a ver com a questão do poder político porque **não somos nós na escola, trabalhando**, dizendo: _ Olha, não joga lixo na rua! _Não joga o lixo no chão _Não desperdice água! **Que vai resolver esse problema.** A gente sabe que tudo isso são coisas que dependem do poder político, da boa vontade, para que eles façam leis que sejam cumpridas, que sejam de preservação. Agora, foi liberado o garimpo de ouro que foi proibido anteriormente, eles vão continuar utilizando Mercúrio e vão continuar contaminando as nossas águas, e nós não podemos fazer nada sobre isso na escola. A gente tem esse desmatamento exorbitante para que seja plantado soja. Eu viajei agora a pouco, a gente vem de Vilhena para cá, você não vê mais uma mata em pé, você só vê como se fosse uma grama. É lindo gente! É lindo, eu não vou dizer que não é bonito. É tudo verdinho, mas não traz nada de bom para o nosso ambiente. Então, tudo isso perpassa pelo poder político, se a gente não tiver um representante na Câmara Municipal se a gente não tiver um representante na Assembleia Legislativa que realmente faça valer a situação da Preservação, não vai acontecer. Infelizmente, porque quem gasta muita água não é a dona de casa lavando roupa, não! São as grandes empresas que gastam muita água para fazer seus produtos. E normalmente quem mais precisa dessa sensibilização são os grandes. Então para mim, a gente tem que realmente militar nessa área, dizer para as pessoas: _ **Olha, você precisa fazer sua parte, mas não é só a criança, não é só adolescente, não é só dona de casa, são os grandes empresários do agronegócio, do garimpo, de tudo isso**. Porque senão não vai haver, não vai ter como mitigar isso. E a gente está vendo isso a olhos nus. Porque está acontecendo aqui e em todas as regiões [...] grifo nosso.

Alemmar narra que não é a escola e nem o trabalho realizado pelos educadores ambientais que resolverá todas as questões ambientais mencionadas acima. A prática de fazer a separação adequada dos resíduos sólidos, dos materiais reciclados, atitudes e comportamentos ecologicamente definidos, realizado pela educadora cotidianamente e por outras pessoas, não resolverá as problemáticas ambientais do contexto amazônico e pontua a atuação destruidora do agronegócio, garimpos e outros.

O educador Julcelho pontua que é desnecessário tanta destruição:

> Sempre comento com meus alunos que não é necessário mais que se derrube um pé de árvore, é necessário que se dê tecnologia para que o pequeno produtor consiga produzir com qualidade e quantidade. Para quê derrubar árvores? Quem é que vai usufruir disso? Falo para o aluno pensar. Essa fronteira agrícola nossa é tão extensa, o que falta é a distribuição de renda. Outro agravante são as queimadas que ficam piores no mês de agosto, é insuportável. Não dá para ver o céu devido a quantidade de fumaça que paira no ar nesse período, então, por que e para que?

Barbosa e Silva (2018, p. 134) pontuam que: “Embora os discursos sobre preservação ambiental sejam muitos e apresentem propostas inovadoras, as práticas sociais de ocupação e uso do solo em Rondônia prosseguem arcaicas, ocasionando impactos de elevado custo socioambiental”.

Diante do quadro apresentado em relação aos conflitos dos grandes latifúndios de terra, desmatamentos, queimadas em função do Agronegócios com a constituição da soja, das pastagens desde Porto Velho até Vilhena, a falta de conscientização das pessoas e ainda do poder público continua. Diante da problemática ambiental agravante no Estado de Rondônia, relacionados a estes conflitos faz-se necessário um trabalho educativo de modo que se possa ter mais sujeitos ecológicos para contribuir no desenvolvimento da Educação Ambiental.

Assim, os educadores ambientais inseridos neste contexto, ainda que conturbados e com situações desafiadoras, buscam cotidianamente, a coerência entre o “ser e o fazer” apresentado por Carvalho (2001). A ação permanente destes sujeitos ecológicos contribuem para a formação de outros sujeitos.

Acreditamos em uma práxis educativa ambiental de modo dialógico que venha a se constituir em uma dinâmica para a realização de aulas e projetos educativos permanentes no cotidiano escolar.

5.10 PERCEPÇÕES FINAIS DOS EDUCADORES AMBIENTAIS COMO SUJEITOS ECOLÓGICOS

Ao finalizar esta seção é pertinente registrar a mensagem final deixada por cada educador ambiental à geração atual e às próximas.

A educadora Carmem direciona a sua mensagem para os educadores e professores, ela narra:

> Eu deixo uma mensagem para os professores porque se eu deixar essa mensagem para professores, vai chegar nas crianças, na família das crianças, vai abranger mais pessoas, a mensagem que deixo é a seguinte: Não trabalhar a educação ambiental somente nas datas pontuais. Que trabalhe nas datas pontuais, mas que **procure trabalhar a Educação Ambiental de uma forma bem abrangente**, como a gente trabalha, **na escola, na comunidade e com a família**, e dessa forma com certeza eles vão inserir nas crianças principalmente, esse gosto pela Educação Ambiental e pelo Meio Ambiente. Isso sim chegaria às futuras gerações. Porque essa geração está lutando pelo que ainda temos, se a gente ainda lutar com certeza as futuras gerações ainda terão, do contrário, não! Então minha mensagem eu deixo para os educadores que foi a forma que eu achei e que eu tenho certeza que está alcançando e que está mudando a cabecinha deles, dos meninos. Eles mesmo falam, se for conversar com eles, tudo que estamos fazendo é para deixar para as futuras gerações, é o que os alunos falam.

O educador ambiental Julcelho destacou a importância do trabalho em equipe, do trabalho por meio de parcerias, da persistência frente aos obstáculos, da criatividade e motivação no exercício da docência no cotidiano escolar, ele relata:

> Eu digo que ninguém consegue fazer nada sozinho. A escola é a comunidade entre eles, professores e alunos. Primeiro, temos que fazer os colegas acreditarem no nosso trabalho e é difícil, mas conseguimos isso através das nossas atitudes. Se vai iniciar um projeto de Educação Ambiental na escola compartilha sua ideia com os demais colegas, peça apoio, sugestões, parcerias, expor os problemas a serem trabalhados com os alunos e dessa forma, a pessoa consultada e convidada vai ficar feliz por participar também. [...]. Não devemos desistir dos nossos objetivos, claro que, haverá os prós e os contras, mas que busquemos e façamos a nossa parte. Desenvolver um trabalho coerente com aquilo que faz no dia a dia. E assim as pessoas veem e passam a acreditar no seu trabalho. Não é um mar de rosas, haverá momentos de grandes decepções, mas o professor que trabalha com Educação Ambiental tem que ser criativo. Precisa ter criatividade e motivação. Às vezes eu quero que aquele meu aluno atinja aquele meu ideal 100%, e não é assim que funciona. Ouça seu aluno, deixe ele participar, expor as ideias. Porque se o professor quiser trabalhar sozinho, não conseguirá chegar a lugar nenhum.

Ele enfatiza a percepção que o professor pode ter para ouvir o estudante, para extrair destes, ideias e suas opiniões, além do trabalho em equipe: professor e estudantes. A educadora ambiental Alemmar pontuou o apoio e a importância da família na vida do educador para a realização das práticas educativas cotidianas da escola. O envolvimento e a participação da família, estimula, motiva e apoia o educador, que em muitos casos, trabalha sozinho. Alemmar descreve que:

> Para realização de todos os projetos que nos propomos colocar em prática quero enfatizar e destacar o apoio e a importância da família da gente. A família do professor é muito importante, a gente leva a família junto. Minha família sempre esteve me apoiando em cada momento, porque [...] a maior dificuldade é a solidão pedagógica. Então você não sabe onde tirar material, e você corre para a família, tudo você corre para a família. Quando eu falo família eu falo irmãos, mãe, sobrinhos, todo mundo no jogo. [...] Mais uma vez gostaria de agradecer a oportunidade, como eu já mencionei tenho certeza que a sua dissertação vai ser publicada e servirá de inspiração para outros professores, como a história da Professora Carmem, uma pessoa maravilhosa, que tem um histórico de militância mesmo[...]. E ela vem trabalhando isso já há muitos anos. Talvez a minha seja de inspiração de quem se deixa envolver pela história dos alunos, mas nunca para o mal deles. Se fosse ruim a gente não teria ido, não teria embarcado nisso. A gente adulto como professor tem que dar o norte para que eles se transformem em seres humanos melhores.

Ana Nere pontua o prazer que foi trabalhar com a equipe escolar que sempre a apoiou. Destaca as dificuldades enfrentadas pelos educadores, tais como, demasiado trabalho e salários baixos. Reitera que apesar dos desafios, estes são influenciadores na vida de seres em processo de formação. Destaca o amor como o fator principal para fazer a diferença na vida dos educandos e na comunidade. Inserção do Amor em tudo que se propuser a fazer:

> Bom, foi assim com imenso prazer que participei deste trabalho, sempre juntamente com a minha equipe de trabalho, nós fizemos tudo com muito amor e carinho, sempre. Porque eu acredito na educação, eu acredito no ser humano, eu sei que ser educador não é fácil, a minha vida nunca foi fácil, como a de todos os educadores. Mas a partir do momento em que nós escolhemos aquela profissional que nunca foi valorizada de umas décadas para cá. Nós sempre sabemos que até o momento em que participei ativamente trabalhando. Mas que continuo sendo da educação e professora, não vai mudar nunca. Então para alguém escolher essa profissão, tem que ter amor à ela. E todos podemos nos influenciar, podemos nos dedicarmos, eu sei que o salário é pouco, eu sei que o trabalho é muito, eu sei que a maioria dos jovens que vem vindo na carreira do magistério e de alguns anos para cá, já entram desestimulados. Mas eu penso assim, antes de iniciar nessa carreira, deve-se pensar muito, porque tem que se fazer com amor e dedicação. Porque o **professor é influenciador de seres que estão sendo formados e que estão se descobrindo para o futuro de suas vidas, o futuro de suas profissões.** Então, eu penso assim, **será que é uma grande escolha ser professor por falta de oportunidade?** Será que a maioria escolhe ser professor já para entrar desmotivado porque nunca faltará emprego? Será que é isso? Se for isso, eu recomendo, não entre nessa profissão não! Porque **aquele ser que está ali, sentado naquela carteira ou que está reunido com você, ele acredita muito em você.** [...] você tem que convencê-lo que você está ali para ajudá-lo e que você pode ajudá-lo. Principalmente nas séries iniciais, o pai e a mãe ensinam uma tarefa

> e se não for igual ao do professor, ele diz que a do professor está certo e o dos pais errado. Eles têm uma credibilidade muito grande e precisam muito da gente. Nós temos que ser assim, pegar o papel em branco e preencher aquele papel, aquele livro, aquele caderno, escrever naquele caderno que é a vida do nosso estudante, que é a vida do nosso aluno. Então, eu também penso assim, tudo o que você vai fazer na vida, você tem que fazer com amor, se você vai fazer chuchu, que a maioria não gosta e que eu amo, chuchu, se você faz bem temperadinho, com amor com dedicação ele fica delicioso. E você pode fazer um file mignon de qualquer jeito e ele não ficará saboroso. O amor é a regra básica, o amor é tudo na vida, então tudo o que você for fazer, até ser professor, faça com amor e dedicação. [...]. O aluno é curioso, o aluno se sente satisfeito quando ele é valorizado. Ah! Mas o aluno não valoriza o professor. Será que o aluno não valoriza o professor porque o professor não valoriza o aluno? Será que não é isso? Tudo tem que ter dedicação, tem que ter conhecimento, tem que ter amor. É uma bateria de coisas que você tem que ter para você realmente cativar o teu aluno. Fazer com que ele entenda e sinta a necessidade de estar ali todos os dias recebendo aquela orientação. As redes sociais, o google, o youtube estão cheias de informações, mas são diferentes das informações do professor. Porque as redes sociais, o youtube e o google não tem amor. E o professor tem amor. Tudo pode melhorar, mas depende de cada um. Depende do amor, da dedicação que ele tem por aquilo que ele vai fazer. É maravilhoso ser professor!

A intensidade com a qual Ana Nere enfatiza a importância da atuação docente, da influência do educador na formação do educando, é perceptível na sua na trajetória de vida como educadora ambiental. Sempre atuante e comprometida com os estudantes, com cada projeto que se dispunha a realizar, com a equipe de professores e com demais parceiros que contribuíram, ela destaca o amor, como elemento principal e imprescindível nesta profissão, o qual faz toda a diferença.

Por fim a educadora ambiental Leci menciona que a participação individual é fundamental no que se refere às questões socioambientais, mas destaca a responsabilidade e participação ativa que cabe ao poder público, conforme excerto:

> [...] que todo mundo, independente de professor, aluno, que todos façamos um pouquinho todo dia, se todos fizermos o que pudermos no dia-a-dia, já seria um grande feito, [...]. É claro que existem as políticas públicas em relação a isso. Mas se o cidadão não ajudar não vai resolver. Pode ter rios de dinheiro, que não vai resolver porque preciso fazer a minha parte. Cada cidadão precisa fazer a parte dele, em relação ao local que vive, não precisa planejar uma coisa para fazer lá em Manaus, no Acre, faça no seu lugar, na sua casa, na sua escola, na sua cidade. Porque fazendo a nossa parte servirá de exemplo para outros também. Estamos dando a nossa contribuição ao ambiente onde vivemos.

Estes educadores ambientais inseridos no contexto amazônico com problemáticas ambientais complexas que envolvem todo o estado de Rondônia, são atuantes e perseverantes na realização de práticas educativas ambientais contribuindo assim com a formação de outros sujeitos ecológicos.

Uma das ações realizadas destes educadores para a formação de outros sujeitos ecológicos é a COM-VIDA, que possui o enfoque no envolvimento da comunidade escolar com a comunidade local. As práticas educativas ambientais destes sujeitos ecológicos são oportunidades para a formação de outros sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos iniciais desta pesquisa, quanto ao surgimento da categoria Educação Ambiental, verificou-se que as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que aconteceram no mundo contribuíram para o surgimento desta categoria, criada por volta de 1965. O marco histórico que despertou a humanidade para a preocupação com o ambiente foi a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, ocorrida no final da Segunda Guerra Mundial; e a catástrofe ambiental ocorrida em Londres, em 1952, que causaram a morte de milhares de pessoas (TOZONI-REIS 2006; DIAS, 2004).

Sendo assim, pode-se inferir que as mudanças ocorridas na relação sociedade e natureza, e a intensa ação do homem na natureza, ocasionam situações ambientais desastrosas bem como sociais, culturais e econômicas. Nesse contexto a Educação Ambiental foi inserida no ensino formal, tendo como objetivo desenvolver uma relação socioambiental, cabendo à escola a realização de práticas educativas ambientais, além de desenvolver consciência ambiental nos estudantes, no entanto, apenas como tema transversal.

Em relação à trajetória dos educadores ambientais no estado de Rondônia, identificou-se que cada educador ambiental é natural de outro estado do território brasileiro, são eles: Amazonas, Pará, Mato Grosso, São Paulo e Paraná. Cada educador, de forma direta ou indireta, participou do processo de colonização e/ou crescimento do estado. A partir das narrativas foi possível identificar que dos cinco educadores ambientais, dois vieram morar no estado de Rondônia por intermédio da família que foram as educadoras ambientais Leci e Alemmar; Carmem e Julcelho vieram devido à aprovação em concurso público da secretaria estadual de educação; e a educadora ambiental Ana Nere, por opção pessoal. Sobre o processo de construção da identidade ecológica, verificou-se através das narrativas dos educadores ambientais, que estes, buscaram em suas memórias, as lembranças que os reportavam a tais práticas. Para Leci, Carmem e Ana Nere, tal identificação foi perceptível a partir de vivências desde a infância; os educadores ambientais Alemmar e Julcelho, foi durante a escolha profissional; Alemmar destaca que o interesse pelo campo ambiental ocorreu no exercício da docência, opção profissional e existencial. O processo de identificação com o campo ambiental pode ocorrer em qualquer momento da vida pessoal ou profissional, ou seja, pode acontecer antes da pessoa

se tornar um educador ambiental. Deste modo, a história de vida de cada educador ambiental se entrecruza com sua vida profissional.

Deste modo, observou-se que as práticas educativas ambientais realizadas por estes educadores ambientais são constantes, sequenciais e contínuas. Os projetos são duradouros, mesmo com sem recursos financeiros direcionados especificamente à Educação Ambiental na escola e com a rotatividade de estudantes a cada início de ano letivo. Estes educadores dedicaram e dedicam suas vidas em prol da causa que defendem. Isso reporta-nos aos mártires do contexto amazônico, como Chico Mendes (assassinado em 1988, no município de Xapuri, Acre) e Dorothy Stang (assassinada em 2005, no município de Anapu, Pará), e outros mais que tiveram suas vozes foram silenciadas, mas seu nome e sua história continuam discursando.

A atuação política da Educadora Ana Nere, frente aos desafios encontrados na busca perseverante por soluções, por exemplo, no caso da denúncia realizada sobre a contaminação da fonte do Rio Pires de Sá, em Vilhena, causada por um caminhão da Prefeitura da cidade, reforça a militância ambiental. Esta educadora atuou durante 49 anos, deste total a maior parte foi na escola Zilda da Frota Uchôa, reconhecida a nível estadual e nacional, pelo trabalho realizado por esta educadora.

A educadora ambiental Carmem desde que chegou na escola Murilo Braga, em Porto Velho, desenvolveu práticas educativas ambientais com os estudantes através da COM-VIDA, e contribuiu para a formação da consciência ambiental dos estudantes e da comunidade. O reconhecimento pelo trabalho realizado parte de vários órgãos e instituições, nos quais a escola já recebeu premiações a nível nacional e internacional. Carmem tem um total de 24 anos de atuação docente, voltadas à educação ambiental, nesta escola

A perseverança da educadora Alemmar no recomeçar a COM-VIDA em outra escola, quando a anterior já estava em funcionamento, é admirável. O anseio dos estudantes por mudança é o que motiva a educadora a continuar realizando ano após ano práticas educativas ambientais, mesmo com todas as situações conflitantes inseridas no contexto amazônico. Possui um total de 12 anos de atuação no campo ambiental. Assim também o educador Julcelho, realizou práticas educativas ambientais com a COM-VIDAS, na escola Oswaldo Pianna, realiza tais práticas com paixão, com enfoque em despertar os estudantes e comunidade para a situação socioambiental que estão inseridos. Tem um total de 17 anos de atuação.

A educadora Leci ativa em suas práticas educativas ambientais, atua numa região de garimpo, trabalha continuamente com os estudantes para conscientizá-los dos prejuízos que a prática da retirada dos minérios causam para a sociedade e para o ambiente. Com um total de 32 anos de docência, continua, assim como os demais educadores ambientais, empenhada em trabalhar com os estudantes e comunidade as questões ambientais; e disponibiliza para novos discursos e novos desafios. A trajetória de vida destes educadores ambientais se harmoniza com o contexto social, geográfico, cultural e político no qual estão inseridos.

Em relação à caracterização dos educadores ambientais como sujeitos ecológicos verificou-se que os mesmos possuem envolvimento pessoal e profissional, princípios, valores e atitudes que não se restringem somente à escola, sua atuação acontece na comunidade local. Traços do sujeito ecológico conforme descritos por Carvalho (2001, p. 207), tais como: atuação política, envolvimento ambiental; traço marcante da militância e também dimensões da militância como sensibilidades estéticas e afetivas, dimensões da vida individual e coletiva, que são as práticas materiais cotidianas e as condutas morais coerentes; e também dimensões apresentadas por Campos e Cavalari (2017): persistência, envolvimento pessoal, motivação superação. Inseridos numa região em que as questões ambientais não são o enfoque prioritário, cada educador ambiental, como sujeitos ecológicos, trabalham persistentemente em sua área de atuação.

Portanto, acreditamos que a história de vida de cada educador ambiental, contribui para a formação de sujeitos ecológicos na escola e na comunidade através da COM-VIDA e demais práticas educativas ambientais contínuas e duradouras que possibilitam mudanças significativas e importantes no trabalho da Educação Ambiental realizado pelos educadores ambientais.

Ao término desta pesquisa e, principalmente a partir das questões discutidas, algumas indagações ainda devem ser refletidas: a) Que políticas Públicas podem ser criadas para ajudar outros educadores ambientais na realização de práticas educativas duradouras, como as apresentadas neste trabalho? b) Como as universidades podem contribuir durante o período de formação de educadores, para que estes possam construir uma identidade ecológica com os ideais do sujeito ecológico? Estas questões refletem a trajetória de vida dos educadores ambientais desta pesquisa, enfatizando os objetivos que foram alcançados.

A parceria entre as instituições de ensino a Nível Superior sejam públicas ou privadas com as escolas é uma sugestão para a implantação de práticas ambientais nas escolas e comunidade, pois, nesta pesquisa percebeu-se o êxito em todas as práticas propostas com tais parcerias. Outros parceiros de outros segmentos são importantes para a execução de tais práticas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Fabrício Moraes de. Estado de Arte da Educação Ambiental em Rondônia/Brasil. **Revista Científica Internacional**. ano 2, n. 7. pp. 1-15. maio/junho 2009. Disponível em: http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/72/71. Acesso em 27 ag. 2020.

ARAÚJO, Ulisses F. **Direitos humanos em sala de aula**: a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BARBA, Clarides Henrich. **Ambientalização curricular no ensino superior**: o caso da Universidade Federal de Rondônia - campus de Porto Velho. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

BARBA, Clarides Henrich; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Contribuições da Pedagogia Histórico-Cwrítica na Educação Ambiental**: aspectos teórico-metodológico. X Seminário Nacional do HISTEDBR. UNICAMP. 2016.

BARBA, Clarides Henrich; PEREIRA, Suzy Mara Aidar. **Educação ambiental e o processo educativo**. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2015.

BARCHI, Rodrigo. Educação ambiental e (eco)governamentalidade. **Ciência & Educação.** v. 22, n. 3, pp. 635-650. 2016. Bauru, São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308129332_Educacao_ambiental_e_ecogovernamentalidade. Acesso em: 22 fev. 2020.

BARBOSA, Xênia de Castro. LIMA, Tiago Lins de. Sob jura de sangre: os massacres de Corumbiara e a luta pela terra em Rondônia. **Tempos históricos**, v. 22, 2018, pp. 132-160. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7292970. Acesso em 10 set. 2021.

BELLEI, Nancy and MELCHIOR, Thaís Boim. H1N1: pandemia e perspectiva atual. **J. Bras. Patol. Med. Lab. [online]**. 2011, v. .47, n. 6, pp.611-617. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-24442011000600007. Acesso em: 10 mar. 2020.

BERNARDES, Julia Adão. FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. *In*: CUNHA, Baptista da. GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Berntrand Brasil, 2005.

BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. Educação ambiental e o trabalho com valores. *In*: BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. CARVALHO, Maria Bernadete Sarti da Silva. (Orgs.). **Educação ambiental e o trabalho com valores, reflexão, práticas e formação docente**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2012. p. 35-55.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a fenomenologia. *In:* BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação.** 2. ed. Piracicaba: editora Unimep, 1997.p.15-22.

BONZI, Ramón Stock. Meio século de primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31007/21665. Acesso em: 25 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Casa Civil. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23. ag. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 10 fev.2020.

BRASIL **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Formando COM-VIDA:** construindo agenda 21 na escola. Brasília, DF: 2004. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/com-vida.pdf. Acesso em: 29 fev.2020.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm. Acesso em 10 fev. 2021.

BRASIL. **Plano de manejo.** Parque Nacional de Pacaás Novos. 2009. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pacaas_novo.pdf. Acesso em 14 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012a. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável.** Centro de gestão e estudos estratégicos. Brasília, DF, 2012b. Disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Economia_Verde_web_25102013_9537.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735. Acesso em 20 jun. 2021.

CALDAS. Alberto Lins. **Oralidade**: texto e história para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAMPOS, Daniela Bertolucci de. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. O professor de biologia enquanto educador ambiental: delineando o perfil de um caso particular de sujeito ecológico. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**. v. 2, n. 1. pp. 58-70. 2017. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/9651. Acesso em: 25 out. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2013.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura. **A invenção do sujeito ecológico:** sentidos e trajetórias em educação ambiental. 2001. 411 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação de educadores ambientais. In: SATO, Michele. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). **Educação Ambiental**: pesquisas e desafios. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura. Educação Ambiental no Brasil. **Salto para o futuro**: Educação Ambiental no Brasil. Ministério da Educação. ano XVIII boletim 01 mar. 2008a. pp. 11-20. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/educacao/livros/EDUCACAO%20AMBIENTAL%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO. Isabel Cristina Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais na escola. *In:* Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (org.). **Práticas coletivas na escola**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8680/2/O_sujeito_ecologico_a_formacao_de_novas_identidades_culturais_na_escola.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. Confins (Paris) **Revista franco-brasileira de geografia**, v. 23, p. 1-20, 2015.
Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/9949. Acesso em: 01 set. 2021.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagen**s**. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CORRÊA. Sérgio Roberto Moraes, HAGE, Salomão Antônio Mufarref. Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. **Revista Nera,** ano 14, n. 18. jan/jun. 2011. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1336. Acesso em 1 out. 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 01. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Laísa. FIGUEIREDO. GUIMARÃES, Mauro. O papel dos professores/educadores ambientais e seus espaços de formação. Qual educação ambiental que nos emancipa? **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2 p. 117-125, 2016.

FORQUIN, Jean-Claude. Educação artística – pra quê? *In*: PORCHER, Louis (org.). **Educação Artística**: luxo ou necessidade? Tradução Yan Michalski. São Paulo, Summus, 1982. p. 23-48.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução de Flávio Paulo Meuer. Revisão de Enio Paulo Giachini. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

GARNICA. Antonio Vicente Marafioti. História oral e educação matemática. *In*: BORBA, Marcelo de Carvalho. ARAÚJO, Jussara de Loiola (orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte. Autênctica, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** Campinas, São Paulo: 2004.

GUIMARÃES, Mauro **A dimensão ambiental na educação.** 5 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

GRÜN, Mauro. **A Estética Ambiental de Gadamer: algumas considerações para a Educação Ambiental.** CD de trabalhos apresentados na 28ª ANPEd. Caxambu: 2005.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2021. **Rondônia**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html. Acesso em 20.jun. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Base Cartográfica Contínua do Brasil.: **Mapa Brasil RO**. versão 2016. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 14. jul. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Base Cartográfica Contínua do Brasil. **Mapa municípios.** versão 2016. Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em 14. jul. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Base Cartográfica Contínua do Brasil. **Loc4 municípios.** versão 2016. Rio de Janeiro, 2016c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em 14. jul. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Base Cartográfica Contínua do Brasil. **Mapa loc Brasil**. versão 2016. Rio de Janeiro, 2016d. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em 14. jul. 2021.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisa Espacial. **Amazônia legal**: Terra Brasilis. 2021.Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br. Acesso em: 05.jun 2021.

JORNAL DE RONDÔNIA. **Robô "Calculixo**": projeto de escola estadual ganha reconhecimento nacional. Jornal de Rondônia 1ª edição, 5 de jun de 2019. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7671213/. Acesso em: 20. Abr. 2021.

KIST, Anna Christine Ferreira. **Concepções e práticas de educação ambiental:** uma análise a partir das matrizes teóricas e epistemológicas presentes em escolas estaduais de ensino fundamental de Santa Maria-RS.2010, 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11 ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Benedito Frederico. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Benedito Frederico *et al.* Contribuições da teoria marxista para a Educação Ambiental crítica**. Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 81-97, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a06v2977.pdf Acesso em 16.jan. 2020.

MACIEL, Antonio C. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. *In*: GOBBI, Marcia A; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. (org.). **Educação e diversidade cultural:** desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012.

MAIA, Jorge Sobral da Silva. TEIXEIRA, Lucas André. Formação de professores e educação ambiental na escola pública: contribuições da pedagogia histórico-crítica. **Revista HESTEDBR** *on-line,* n. 63, p. 293-305. Jun. 2015. Campinas. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641185/8692. Acesso em: 24 nov. 2020.

MAIA, Jorge Sobral da Silva. TEIXEIRA, Lucas André. **Educação Ambiental**: Aula 1 elementos históricos. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2XNiUuAk3Is. Acesso em: 2021.

MACHADO, Marilândia Martins de Almeida. **A Educação Ambiental em Escolas Públicas do Munícipio de Ariquemes**: um olhar na prática educativa. 2017, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto-Velho 2017.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como poíesis. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDES, Bianca Morais Mendes. Educação Ambiental **no contexto de escolas rurais do município de Porto Velho-RO.** 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2019.

MEIHY, Carlos José Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 191p.

MEIHY, Carlos José Sebe Bom **Canto de morte Kaiowá**: história oral de vida. Loyola: São Paulo, 1991.

MENEZES, Nilza. LINO, Célio. Rondônia: Vestida para tirar fotos. Universidade Federal de Rondônia (UFRO). **Centro de Hermenêutica do Presente**. Primeira versão. Ano II, n. 113, setembro, vol. VIII, Porto Velho, 2003. Disponível em: http://docplayer.com.br/81062597-Primeira-versao-primeira-versao-ano-ii-no113-setembro-porto-velho-2003-volume-viii-rondonia-vestida-para-tirar-fotos-nilza-menezes-celio-lino.html. Acesso em: 28 fev. 2021.

MERCADANTE, Marilu. **A natureza e a relação sociedade-natureza na memória de velhas professoras.** 2009. 224f. Dissertação. (Instituto de Biociências) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista-UNESP. Rio Claro-São Paulo, 2009.

MESQUITA, Helena Angélica. Corumbiara: o massacre dos camponeses, Rondônia/Brasil. **Revista electrónica de Geografía y ciências sociales**. Universidade de Barcelona. 2002. v. VI, n. 119. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm. Acesso em: 14. Jul. 2021.

MÉZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2009.

MORADILLO, Edilson Fortuna de. OKI, Maria da Conceição Marinho. **Educação Ambiental na universidade**: construindo possibilidades. Quim. Nova, v. 27, n. 2 pp. 332-336. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422004000200028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 fev. 2020.

MORAIS, Josmaria Lopes de. *et. al*. Os desafios da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: percepções dos participantes das Comissões Organizadoras Estaduais. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**. Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 49-62, 2018. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8562/5500. Acesso em: 10 abr. 2020.

NUNES, Natan Gurkewicz, FERREIRA, Evaldo. Análise da concentração demográfica na cidade de Vilhena-RO por meio da política de polarização regional. **Ciência geográfica**, Bauru, XXIV – vol. XXVI- (2) jan-dez. 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_2/agb_xxiv_2_web/agb_xxiv_2-19.pdf. Acesso em 20.06.2021.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Entre a ideologia e a utopia: reflexões sobre a geopolítica do desenvolvimento sustentável. **Revista Rede,** v. 9, n. 1, 2015. p. 7-20. Disponível em: http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/288. Acesso em: 20 out. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7706?show=full Acesso em: 01.mar.2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência das Partes**. Vigésima primeira sessão. Adoção do acordo Paris, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf. Acesso em 17.02.2020.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento:** aos **desenvolvimento dos projetos:** o Planafloro em Rondônia. 1992. 285.f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84242/183011.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Disponível em: 05 abr. 2021.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. O viver e o fazer geografia: história de vida acadêmica com professores. IN: PEREIRA, Rosa Martins Costa. **Procedimentos de pesquisa e análises.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2008, 192p. pp-55-64. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43029/R%20-%20T%20-%20ROSA%20MARTINS%20COSTA%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 31 mar. 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 2 ed. Tradutor: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza:** Tradução: Álvaro Cabras. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 8.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

REIGOTA, Marcos Reigota. **O que é educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2016.

RONDÔNIA. **Decreto n. 4575, de 23 de março de 1990a**. Criação do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D4575.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto nº 4.878, de 27 de novembro de 1990b**. Autoriza a criação de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D4878.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

RONDÔNIA **Lei n. 700, de 27 de dezembro de 1996**. Governo do estado de Rondônia. Limites dos municípios do Parque Estadual de Guajará-Mirim: Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L700.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

RONDÔNIA. **Lei nº 3.161, de 27 de agosto de 2013.** Regulamenta o artigo 22, Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia, dispondo sobre o Colégio Tiradentes da polícia Militar e dá outras providências.

Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3161-PL.pdf. Acesso em 01 set. 2021.

RONDÔNIA. **Lei nº 4.058, de 15 de Maio de 2017a**. Autoriza a criação de unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2017/7937/7937_texto_integral.pdf. Acesso em 01 set. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto nº 21.968, de 22 de maio de 2017b**. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidades do Colégio Tiradentes da polícia Militar – CTPM, que especifica e dá outras providências. Disponível em: http://cotel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D21968.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto nº 22.135, de 25 de julho de 2017c**. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM, que especifica e dá outras providências. Disponível em: http://cotel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D22135.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

RONDÔNIA. **Lei n. 4.611, de 15 de outubro de 2019a**. Casa civil. Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4611.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. Governo de Rondônia promove **I Mostra Vídeo Ambiental** produzido por estudantes da Rede Estadual de Ensino. 2019b. Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-promove-1-mostra-de-video-ambiental-produzido-por-estudantes-da-rede-estadual-de-ensino/. Acesso em: 03.fev.2021.

RONDÔNIA. CTPM. Colégio Tiradentes da Polícia Militar Vilhena. **Projeto verde que te quero verde**: recadinho da Ana Nere. 31. out. 2019c. Disponível em: https://m.facebook.com/watch/?v=590840064991755&_rdr. Acesso em: 31. Mar. 2021

RONDÔNIA. **Decreto nº 24.871, de 16 de março de 2020a**. **Diário Oficial do estado de Rondônia**. Porto Velho: Casa Civil, 2020. n. 49. Situação de emergência. Decreta situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Estado e dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus, COVID-19, do regime de trabalho do servidor público e contratado do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/corona-virus-decreto-que-estabelece-situacao-de-emergencia-em-rondonia/. Acesso em 20. Jun. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto nº 24.798, de 17 de fevereiro de 2020b**. Dispõe sobre a transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em Unidade IX do Colégio Tiradentes da Polícia

Militar - CTPM e dá outras providências. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D24801.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto nº 24.799, de 17 de fevereiro de 2020c**. Dispõe sobre a transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Alkindar Brasil de Arouca, em Unidade X do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM e dá outras providências

RONDÔNIA. **Decreto nº 24.800, de 17 de fevereiro de 2020d**. Dispõe sobre a transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Ezequiel Ramin, em Unidade XI do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM e dá outras providências. Disponível em: http://cotel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D24800.pdf. Acesso em 01 set 2020

RONDÔNIA. **Decreto nº 24.801, de 17 de fevereiro de 2020e**. Dispõe sobre a transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 28 de Novembro em Unidade XII do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM e dá outras providências. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D24801.pdf. Acesso em 01 set. 2021.

RONDÔNIA. **Portal SEI**. Secretaria de Estado da Educação. SEDUC. 2021a Despacho nº do processo 0029.037705/2021/05. Rondônia: Secretaria de Estado da Educação. 03. fev. 2021.

RONDÔNIA. **Decreto n. 25.780, de 29 de janeiro de 2021**. Casa civil. Licenciamento ambiental da atividade de outro em corpo hídrico no estado de Rondônia.2021b Disponível em: https://orondoniense.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Decreto.n%C2%B0-25780.-licenca-ambiental.pdf.Acesso em: 5 jun. 2021.

ROSA, Teresa da Silva, MENDONÇA, Marcos Barreto; MONTEIRO, Túlio Gava; SOUZA, Ricardo Matos de. A Educação Ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. **Ambiente & Sociedade** São Paulo v. XVIII, n. 3 p. 211-230, jul.-set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00211.pdf. Acesso em 10 jan. 2020.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa** São Paulo, v. 31, n. 2 p. 317-322, maio/ago. 2005a. Disponível em: https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf. Acesso em 10 fev. 2021.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. IN: SATO, Michele. CARVALHO, Isabel Cristina Moura(Orgs). **Educação Ambiental:** pesquisa e desafios Porto Alegre: Artmed, 2005b. p.17-44.

SILVA, Danielle Vargas. FERREIRA, Lopes. A construção do sujeito ecológico: uma agenda contemporânea permeada pelo passado. **Revista Laborativa**. v. 3, n. 2, p. 03-20, out./2014. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1024/pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 23, p. 1-21, 2015b. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/9949. Acesso em: 31 ag. 2021.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. MICHALSKI, Amanda. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia.** n. 45,p. 1-23. 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/28017. Acesso em 10 set. 2021.

SORRENTINO, Marcos. e*t. al.* Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. v. 31. n. 2 p. 285-299, maio-ag. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

TAVARES, Claudia Moraes Silveira. A estética na (re)significação de valores éticos do(a) educador(a) ambiental. 2009, 99f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antonio Rodrigues. FONSECA, Dantes Ribeiro. **História regional:** Rondônia. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON. Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental:** natureza, razão e história. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Revista Educar**, Curitiba, n. 27, p. 93-110, 2006. Editora UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/6467/4656. Acesso em: 10 jan. 2020.

TREIN, Eunice Schilling. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n, 14, agosto/dezembro de 2012. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673/1522. Acesso em: 19.fev.2020.

WU, Di; *et al.* **The SARS-CoV-2 outbreak**: what we know. International Journal of Infectious Diseases. Published online March 12, 2020 Tradução: Programa de

Voluntariado Acadêmico Tradução Livre De Artigos Científicos Sobre O Covid-19. Universidade Federal do Paraná. O surto do SARS-CoV-2: o que nós sabemos Disponível em: http://www.toledo.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/O-surto-da-SARS-CoV-2-o-que-no%CC%81s-sabemos.pdf.pdf. Acesso em 16. Jun. 2021.

APÊNDICE A

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Declaro, pelo presente termo, que me comprometo a desenvolver a pesquisa "Educadores Ambientais na Perspectiva do Sujeito Ecológico no Estado de Rondônia", no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE), - Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia, conforme metodologia apresentada e considerando as recomendações da Resolução CNS 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde.

Pesquisa envolvendo Seres Humanos

Assumo, neste termo os compromissos de:

1. Somente iniciar a pesquisa após sua aprovação no Comitê de Ética de Pesquisa com seres humanos (CEP-UNIR);
2. Caso a pesquisa seja interrompida, informar tal fato ao CEP-UNIR, de forma justificada;
3. Na ocorrência de evento adverso grave, comunicar imediatamente ao CEP-UNIR, bem como prestar todas as informações que me forem solicitadas;
4. Ao utilizar dados e informações coletadas no prontuário dos participantes da pesquisa, assegurar a confidencialidade e a privacidade dos mesmos;
5. Destinar os dados coletados somente para o projeto de pesquisa ao qual se vinculam. Todo e qualquer outro dado de pesquisa deverá ser objeto de um novo projeto de pesquisa, que deverá ser submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa;
6. Apresentar relatório parcial e final da pesquisa ao CEP- UNIR.

Porto Velho/RO, 04 de setembro de 2020.

_____

Luciara de Souza Bispo Oliveira
Discente do PPGE/pesquisadora

APENDICE B

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Prezado (a) Senhor (a),

Apresentamos a mestranda pesquisadora **Luciara de Souza Bispo Oliveira**, acadêmica devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia – Mestrado Acadêmico, que realiza a pesquisa que se caracteriza como **História Oral**, intitulada **"EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA",** para que possamos contar com vossa autorização para que a mesma possa executar a coleta de dados por meio de Entrevistas gravadas com Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino (professores de ciências, geografia e Biologia) dos Níveis de Ensino Fundamental, Anos Finais e Ensino Médio) e Educadores Ambientais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, que efetivamente exercem ou exerceram a docência na Educação Ambiental, com práticas ambientais ou projetos ambientais relevantes na comunidade local, com envolvimento da comunidade escolar e que tenham relevância social, resultados positivos e duradouros e/ou influências no modo de vida dos moradores da localidade.

A História Oral é uma junção de procedimentos que começa através da elaboração do projeto, e avança com o envolvimento dos participantes da pesquisa. Contemplando: planejamento das gravações; transcrição; conferência das gravações com o texto; a autorização para uso; arquivamento e a publicação dos resultados, quando possível. E tais resultados devem retornar para os participantes da pesquisa. (MEIHY, 2005). Depois de concluídas todas as etapas chega-se à final, que é a Conferência. Momento de rever a versão final da pesquisa. E a pesquisadora entregará uma versão da entrevista a cada participante da pesquisa para ser autorizada e por fim, assinada a carta de cessão de direitos.

Está pesquisa fará o registro de vivências e as práticas educativas destes educadores no estado de Rondônia, utilizar-se-á um gravador de voz e ou/filmadora

para registrar as narrativas orais de cada participante. O lócus definido para realização da investigação será em cidades do estado de Rondônia que tenham estes Educadores com a projetos ambientais significativos.

Deste modo, partindo dos dados documentais coletados (pesquisa bibliográfica e entrevistas) realizaremos a análise desses dados utilizando-se dos aportes teórico fenomenológicos hermenêutico.

Informamos que o caráter ético dessa pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, mediante vossa autorização, garantindo a preservação da identidade e da privacidade da instituição e dos participantes, bem como, o retorno dos resultados da pesquisa aos mesmos, na forma de um relatório

Fica esclarecido que a autorização é uma pré-condição bioética para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), sendo que, as informações serão utilizadas somente para fins acadêmicos e científicos.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração com nosso processo de obtenção do Título de Mestra em Educação e de desenvolvimento de pesquisa científica em nossa Região.

Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade Federal de Rondônia – UNIR ou outros contatos, conforme segue: celular da pesquisadora: (69) 9 9334-0087 E-mail: oiara3@gmail.com e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP, localizado na Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 2182-2116, e-mail: cep@unir.br.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Porto Velho, _____de _____de 2020.

Dr. Clarides Henrich de Barba
Prof. Orientador

Luciara de Souza Bispo Oliveira
Mestranda Pesquisadora

APÊNDICE C

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR

Declaro pelo presente termo, que me comprometo a orientar a discente **LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA**, regularmente matriculada sob o número de matrícula 20192010729, no Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/MEDUC), da Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho, na linha da pesquisa Políticas e Gestão Educacional. Estou ciente do conteúdo do Projeto de Pesquisa da Dissertação: "**EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA**". Observarei as normas e regulamentos do PPGE vigentes ao longo do período de orientação da discente.

Porto Velho/RO, 01 de setembro de 2020.

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba
Professor do PPGE

APÊNDICE D

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO

CARTA DE ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEDUC

O Secretário da Secretaria de Estado da Educação do Estado Rondônia - SEDUC, , vem, por meio deste Termo de Anuência e Autorização Institucional, informar que está ciente e de acordo com a realização, nesta Instituição, da pesquisa intitulada "**EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA**" sob a responsabilidade da pesquisadora Luciara de Souza Bispo Oliveira, e orientada pelo Professor Doutor Clarides Henrich de Barba, no Programa de Pós-Graduação em Educação Acadêmico em Educação, no período de 2020 a 2022, cujo objetivo geral é Compreender como os Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, desempenham as práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito ecológico no estado de Rondônia.

Os participantes da pesquisa serão educadores ambientais: professores de ciências, geografia, Biologia da Rede Pública Estadual de Ensino dos Níveis Fundamental, Anos Finais e Ensino Médio), que efetivamente exercem ou exerceram a docência através de Projetos e Práticas Ambientais relevantes na comunidade local, com envolvimento da comunidade escolar e que tenham relevância social, resultados positivos e duradouros e/ou influência no modo de vida dos moradores da localidade.

A coleta de dados acontecerá por meio de entrevista gravada individualmente, com Educadores Ambientais da Instituição que exercem Projetos e Práticas Educativas Ambientais com envolvimento da comunidade escolar e social. Está pesquisa fará o registro das vivências destes educadores e utilizar-se-á um gravador de voz e ou gravação no Google Meet ou Zoom para registrar as narrativas orais de cada participante, de forma individual. O lócus definido para realização da investigação será em cidades do estado de Rondônia que tenham estes Educadores

com a projetos ambientais significativos.

A entrevista ocorrerá de acordo com a disponibilidade dos participantes da pesquisa, de modo que será previamente agendada.

A Instituição estar ciente ainda de que a pesquisadora responsável obedecerá à Resolução CNS n. 510/2016 durante todos os procedimentos junto aos participantes e somente iniciará as ações de pesquisa junto aos participantes da pesquisa após aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIR.

DECLARO que a SEDUC/RO apresenta infraestrutura pedagógica necessária à realização da referida pesquisa. Declaro ainda que estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, deste modo concedo a anuência para seu desenvolvimento.

Para que sejam produzidos todos os efeitos legais, técnicos e administrativos deste compromisso, firmo o presente Termo.

Porto Velho, _____de setembro de 2020.

_____

Assinatura do Secretário – SEDUC/RO

APÊNDICE E

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:
Nome do participante: _____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:
1) TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA.

2) PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA

3) DURAÇÃO DA PESQUISA: Janeiro a Março de 2021.

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA, CONSIGNADO:

O(a) Sr.(a) está sendo convidado para participar da pesquisa: **EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA**, de responsabilidade da pesquisadora **Luciara de Souza Bispo Oliveira**, mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto sensu* em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação (MEDUC) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Nesta pesquisa, pretende-se utilizar-se-á a história oral para registrar a trajetória de vida dos Educadores Ambientais do estado de Rondônia. Dessa forma, a história oral temática, combinada com a história oral de vida torna-se fundamental, uma vez que, é muito considerada por combinar experiências vividas com atributos do narrador. A história oral temática, busca “a verdade de quem presenciou um acontecimento [...]. Já a história oral de vida, refere-se a uma narrativa composta das vivências de uma pessoa. (MEIHY, 2005, p.162). Sendo ambas, fundamentais para esta pesquisa, uma vez que, as experiências dos Educadores Ambientais podem ter ligações direta com a vida pessoal.

Buscando compreender a trajetória das práticas educativas dos Educadores Ambientais, tanto no contexto escolar como no contexto social, dotando-se de

atitudes, valores, práticas educativas, consciência ambiental e orientação ecológica, na perspectiva do sujeito ecológico, à luz dos estudos da autora Isabel Cristina de Moura Carvalho (2012), esta pesquisa tem por:

Objetivo Geral

Compreender como Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, desempenham as práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito Ecológico no estado de Rondônia.

Objetivos Específicos

- Apresentar o contexto histórico da Educação Ambiental na perspectiva socioeducativa;
- Caracterizar a constituição do sujeito ecológico em Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, no contexto escolar e social;
- Descrever a trajetória de Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, que desenvolvem práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva de sujeito ecológico no estado de Rondônia.

Dessa forma convém esclarecer que:

Prezado(a) Educador (a) Ambiental,

1) O(a) Sr.(a) foi convidado (a) a participar como voluntário (a) desta pesquisa que se caracteriza como história oral, intitulada **"Educadores Ambientais na perspectiva do ujeito ecológico no estado de Rondônia".** Nesta pesquisa a coleta de dados acontecerá por meio da História Oral. A coleta será realizada por meio de entrevistas gravadas, uma cópia será lhe assegurada.

2) Sua participação nesta pesquisa ocorrerá por meio de entrevista, previamente agendada. Caso, em apenas uma entrevista, não consigamos coletar todos os dados, podemos marcar outra data para completar as informações necessárias. Os encontros serão gravados. Tendo em vista a pandemia, os encontros poderão ocorrer de forma

remota, via plataformas digitais online Google Meet ou ZOOM.

3) Caso o(a) Sr.(a) tenha interesse, a qualquer momento, poderá procurar a pesquisadora para tirar dúvidas sobre a pesquisa e ou o Comitê de Ética em Pesquisa para esclarecimentos sobre a ética na pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim como, o (a) Sr. (a) é livre para retirar seu consentimento, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa.

4) Esclarece-se que a divulgação dos dados levará em consideração sempre os princípios éticos adotados nesta pesquisa;

5) A guarda dos arquivos da entrevista da pesquisa ficarão em poder da pesquisadora por cinco anos no Google drive e depois serão deletadas. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a mestranda/pesquisadora e o orientador terão acesso aos dados.

6) O (a) Sr. (a) tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano:

a) A qualquer momento, o (a) Sr. (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento;
b) Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição.

7) É garantida a total privacidade dos participantes desta pesquisa, quanto aos dados confidenciais que porventura sejam fornecidos.

a) É assegurado o sigilo das informações obtidas em caráter confidencial nesta pesquisa.
b) É garantido o anonimato do participante.

Os dados só serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, **SOMENTE** com a sua autorização, conforme alternativas, abaixo: Marque com o X a opção desejada.
Desejo e autorizo o uso do meu nome na Pesquisa ( ) SIM ( ) NÃO
Desejo manter anonimato nesta pesquisa ( ) SIM ( ) NÃO

8) O (a) Sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação na mesma.

9. Ao concordar, este termo de consentimento será impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a), assim como, pela pesquisadora responsável. Neste termo, consta o número do telefone e endereço da pesquisadora, a qual poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

IV AVALIAÇÃO DO RISCO/BENEFÍCIO DA PESQUISA

(X) Risco Mínimo ( ) Risco Maior que mínimo

Descrição do Risco: Considerando os riscos da pesquisa tendo como base as resoluções CNS 510/16, que dispõe sobre os riscos às dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual que podem ao longo de uma pesquisa ou em qualquer uma de suas fases e da resolução CNS 466/12, que assegura os direitos e deveres dos participantes da pesquisa priorizando o respeito pela dignidade humana e ponderação entre riscos e benefícios.

Diante disso, apreciando o ser humano como indivíduo social, apropriado de valores, cultura, crenças e emoções, podem haver **riscos** relacionados a possíveis constrangimentos ou desconfortos gerados durante a entrevista: invasão de privacidade e o tempo do participante ao conceder a entrevista Para minimizar estes riscos (i) o participante tem a liberdade de narrar as experiências que lhe for pertinente; (ii) a pesquisadora buscará oferecer um ambiente agradável que cause conforto e tranquilidade ao participante e ao perceber qualquer alteração emocional perguntará se o/a participante da pesquisa deseja parar a narrativa e continuar em outro momento; (iii) o participante será orientado que pode interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, é só expressar sua intenção quanto ao cancelamento de sua participação.

Descrição do Benefício

No que diz respeito aos **benefícios** da pesquisa para os voluntários: não estão previstos benefícios diretos para os participantes da pesquisa. Haverá benefícios indiretos, benefícios sociais através da promoção das Práticas Educativas dos Educadores Ambientais do estado de Rondônia, através dos eventos científicos ou artigos, onde mostrará a importância de uma constante discussão acerca do educador ambiental e apontamentos para futuras pesquisas acerca da temática Ambiental no estado de Rondônia. A pesquisa não terá nenhum benefício econômico direta ou indiretamente aos participantes, conforme apontado no TCLE, que será disponibilizado a todos os participantes da pesquisa.

INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADORA: Luciara de Souza Bispo Oliveira; Celular/*Whatsapp*: (69) 9 9334-0087; E-mail: oiara3@gmail.com. Programa de pós-graduação em Educação Mestrado Acadêmico em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia

- UNIR; Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5. Porto Velho/RO - CEP: 76815-800. (69) 2182-2172 Sala 110-C, Bloco 4ª http://www.ppge.unir.br/ | E-mail: mestradoeducacao@unir.br.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - CEP

Endereço: Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 2182-2116, e-mail: cep@unir.br.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP
Endereço: SEPN 510 Norte, Bloco A 1º Subsolo, Edifício Ex-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde, CEP: 70.750-521, Brasília-DF, telefone: (61) 3315-5878. E-mail: conep@saude.gov.br.

VI CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa **"EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA**" e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Fundação Universidade Federal de Rondônia; Endereço: Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 2182-2116, e-mail: cep@unir.br. **Consinto,** também, que os resultados obtidos por meio do meio de entrevista, dos textos produzidos ou do registro de imagens sejam apresentados e/ou publicados em periódicos, artigos, livros, comunicações orais e/ou pôsteres em congressos da área de educação e outros julgados relevantes pela pesquisadora em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Porto Velho/RO, ___ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do participante da pesquisa

_____
Luciara de Souza Bispo Oliveira
Pesquisadora Orientanda

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba
Orientador da Pesquisa

APÊNDICE F

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

CARTA DE CESSÃO PARA ENTREVISTA

Eu_____ _____, atualmente_____sob o nº do RG _____, CPF_____, Residente na cidade de _____, na Rua_____ nº_____ Bairro_____, CEP_____

AUTORIZO E CONCEDO à Luciara de Souza Bispo Oliveira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20192010729, sobre a orientação do Prof. Dr. Clarides Henrich Barba, os direitos de publicar, integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citação, minha entrevista, gravada no dia _____ às _____.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Você receberá uma cópia deste termo onde consta telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os dados só serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, com a sua autorização, conforme alternativas, abaixo:

Marque com o X a opção desejada.

Desejo que utilize meu nome na Pesquisa ( ) SIM ( ) NÂO

Desejo manter anonimato ( ) SIM ( ) NÃO

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADORA: Luciara de Souza Bispo Oliveira; Celular/*Whatsapp*: (69) 9 9334-0087; E-mail: oiara3@gmail.com. Programa de pós-graduação em Educação Mestrado Acadêmico em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5. Porto Velho/RO - CEP: 76815-800. (69) 2182-2172 Sala 110-C, Bloco 4ª http://www.ppge.unir.br/ | E-mail: mestradoeducacao@unir.br.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - CEP

Endereço: Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 2182-2116, e-mail: cep@unir.br.

Porto Velho, RO _____/_____ de 2020.

_____
Assinatura do participante da pesquisa

_____
Assinatura do Pesquisadora Orientanda

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba
Orientador da Pesquisa

APÊNDICE G

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO E ORIGEM

Nome

Completo:

Idade Sexo ( ) F ( ) M Profissão: _____

Quantos anos de profissão? _____

Quantos anos exercendo essa função? _____

Se não nasceu no estado de Rondônia, em que ano chegou no estado e porque escolheu Rondônia?

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso _____Ano de Conclusão _____

Pós-graduação:_____ __Ano de Conclusão_____

EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quanto tempo de profissão?

Qual a sua relação com a Educação Ambiental?

Por que a Educação Ambiental é importante para você?

Quantos anos de docência na Educação Ambiental?

Qual a importância da Educação Ambiental na sua vida?

Há alguma relação das suas vivências na infância com a Educação Ambiental?

Em que momento se identificou com a causa ambiental? Que práticas educativas ambientais já realizou envolvendo a comunidade escolar e a comunidade local?

Quais são as melhores lembranças ao pensar na sua trajetória como educador ambiental?

Quais foram as maiores dificuldades ao pensar na sua trajetória como educador ambiental?

O que gostaria de realizar no Campo Ambiental que ainda não foi possível?

Deixe uma mensagem para a geração atual e para as futuras gerações.

APÊNDICE H

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu,_____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº_____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº. _____, município de _____/estado.

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em Dissertação de Mestrado intitulada: Educadores Ambientais na Perspectiva do Sujeito Ecológico no estado de Rondônia e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela mestranda Luciara de Souza Bispo Oliveira, Universidade Federal de Rondônia – UNIR sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; mídia eletrônica, entre outros, artigos e demais produtos oriundos da presente pesquisa. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, dia _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura – Nome

ANEXO A

FOLHA DE ROSTO PARA A PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

PlataForma Brasil MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

2. Número de Participantes da Pesquisa: 15

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA

6. CPF:	7. Endereço (Rua, n.º):		
520.828.492-87	RUA GUIANA, 2904 EMBRATEL Apto 12 Bloco J PORTO VELHO RONDONIA 76820749		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 69993340087	10. Outro Telefone:	11. Email: oiara3@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 04 / 09 / 2020

Luciara de S. B. Oliveira
Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão:
Universidade Federal de Rondônia - UNIR	04.418.943/0001-90	

15. Telefone:	16. Outro Telefone:
(69) 1182-2111	

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: WALTERLINA B. BRASIL CPF: 161902892-15

Cargo/Função: Direção NCH

Data: 02 / 10 / 2020

Assinatura

Prof.ª Dr.ª Walterlina Brasil
Diretora do Núcleo de Ciências Humanas
Portaria nº 0225/2019/GR/UNIR

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

ANEXO B

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Pesquisador: LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA

Versão: 1

CAAE: 39085920.3.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 117064/2020

Patrocionador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA que tem como pesquisador responsável LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal de Rondônia - UNIR em 11/10/2020 às 17:51.

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

ANEXO C

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP – UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DO SUJEITO ECOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
Pesquisador: LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 39085920.3.0000.5300
Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.426.626

Apresentação do Projeto:
Trata-se de um projeto de pesquisa apresentada por Luciara de Souza Bispo Oliveira, referente ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO pela Universidade Federal de Rondônia, sob orientação do Prof. Dr.Clarides Henrich de Barba. A proposta do estudo é compreender como Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, desempenham práticas educativas ambientais no contexto escolar e social na perspectiva do sujeito ecológico na concepção de Isabel Cristina Moura de Carvalho (2012).Esta pesquisa é de natureza qualitativa e as abordagens epistemológicas são de cunho fenomenológico e hermenêutico. A abordagem metodológica é a História Oral que possibilita o estudo de pessoas ou de grupos sociais por meio de documentos produzidos através do uso de depoimentos gravados por meio de aparelhos eletrônicos. É uma ação com enfoque de apreender narrativas realizadas por meios eletrônicos com o objetivo de selecionar testemunhos, depoimentos e através destes possibilitar análises de ações sociais do presente. (MEIHY, 2005). Utilizar-se-á a história oral temática, combinada com a história oral de vida, muito bem considerada por combinar experiências vividas com atributos do narrador. Para a coleta de dados serão realizadas entrevistas gravadas, com Educadores Ambientais da Rede Pública Estadual de Ensino e da Universidade Federal de Rondônia-UNIR que realizam através de projetos e práticas educativas a Educação Ambiental no contexto escolar e social no estado de Rondônia com resultados significantes para todos os envolvidos e principalmente, para a formação de sujeitos

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

c. Registre o orçamento financeiro e quando pertinente avaliar conflito de interesses com orçamento.
d. Identifica claramente os participantes do estudo;
e. Descreve e deixa claro os procedimento e instrumentos de coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Apresenta os seguinte Termos obrigatórios ao projeto:
a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
b. Folha de rosto – está devidamente assinada
c. Projeto de pesquisa completo e detalhado
d. Declaração de responsabilidade do pesquisador
e. Termo de Anuência Institucional (TAI): são duas instituições e estão devidamente assinada pelos seus representantes legais.

Recomendações:
Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Recomendação de aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:
OBSERVAÇÃO: Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

PROTOCOLO APROVADO
1.De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.htm, bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. MODELO NO SITE DO CEP/UNIR: http://www.cep.unir.br/

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Continuação do Parecer: 4.426.626

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

3. Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº466/2012, X.3- 4

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1595947.pdf	08/10/2020 02:00:15		Aceito
Outros	Luciara_Oliveira_Carta_de_Cessao_para_Entrevista.pdf	08/10/2020 01:56:11	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Luciara_Oliveira_Carta_de_Apresentacao_da_Pesquisadora.pdf	08/10/2020 01:54:58	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Orçamento	Luciara_Oliveira_Orcamento.pdf	08/10/2020 01:52:38	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Luciara_Oliveira_Termo_de_Compromisso_do_Orientador.pdf	08/10/2020 01:52:15	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Luciara_Oliveira_Termo_de_Compromisso_da_Pesquisadora.pdf	08/10/2020 01:51:32	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_autorizacao_institucional_UNIR.pdf	08/10/2020 01:50:12	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Luciara_Oliveira_Roteiro_para_Entrevista.pdf	08/10/2020 01:49:32	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_autorizacao_SEDUC.pdf	08/10/2020 01:47:56	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Luciara_Oliveira_TCLE.pdf	08/10/2020 01:47:21	LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Luciara_Oliveira_Folha_de_rosto.pdf	08/10/2020 01:42:13	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Cronograma	Luciara_Oliveira_Cronograma.pdf	08/10/2020 01:41:43	LUCIARA DE SOUZA BISPO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Luciara_Oliveira_Projeto_de_Pesquisa.pdf	08/10/2020 01:41:12	LUCIARA DE SOUZA BISPO OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Continuação do Parecer: 4.426.626

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO VELHO, 27 de Novembro de 2020

Assinado por:
Elen Petean Parmejiani
(Coordenador(a))

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br